



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD-UNB)

VITOR ALESSANDRO VEIGA SALAZAR

**ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: UMA MEMÓRIA DO PÓS-ABOLIÇÃO
E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA REPÚBLICA DOS DEGENERADOS NO
FINAL DO SÉCULO XIX**

Brasília/DF

2025

VITOR ALESSANDRO VEIGA SALAZAR

**ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: UMA MEMÓRIA DO PÓS-
ABOLIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA REPÚBLICA DOS
DEGENERADOS NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (PPGD-UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito, Estado e Constituição.

Orientador: Professor Doutor Evandro Charles Piza Duarte.

**Brasília/DF
2025**

Vitor Alessandro Veiga Salazar

**ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: UMA MEMÓRIA DO PÓS-
ABOLIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA REPÚBLICA DOS
DEGENERADOS NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Dissertação desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Evandro Charles Piza Duarte e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (PPGD-UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito, Estado e Constituição.

Banca Examinadora

Professor Doutor Evandro Charles Piza Duarte – UnB – Orientador

Professor Doutor Marcos Vinicius Lustosa Queiroz – IDP – Coorientador e Membro

Professor Doutor Guilherme Scotti – UnB – Membro

Professor Doutor Luís Augusto Ferreira Saraiva – IFB – Membro

Brasília/DF, 25 de março de 2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as possibilidades infinitas de crescimento.

À minha família, sem a qual nenhuma possibilidade seria viável. Em especial, ao meu pai, Raimundo Salazar, cirurgião e poeta, verdadeira inspiração da dissertação; à minha mãe, Ângela Veiga, cujo calor do afeto embalava as melhores palavras; e ao meu irmão, Vinicius Salazar, cuja silenciosa sensibilidade sinaliza muitos caminhos bonitos.

À grande professora de tantas escolas boas e do Liceu Maranhense, Loriley Nascimento, que possibilitou o texto me presenteando com a obra do seu avô; Nascimento Moraes, há 12 anos.

Aos meus amigos e amigas que ombrearam ao meu lado as lutas constantes que a vida impôs nestes últimos anos de dissertação: Nakiely Arantes, Leonardo Sousa Santos, Leonardo Ortegá, Felipe Frazão, família Frazão, Vicente Belo, Lenhe Belo, Bruno Matos, Antônio Neres, André Ribeiro, Lucas Cerqueira, Rodrigo Portela, Túlio Humberto.

À minha psicanalista Gelta, que, no fundo, nunca saberei se realmente acreditaria que fosse terminar. Embora tenha interrompido, continuei e terminei, e ela foi importante para isso.

À Mariana Ozaki, que entrou nos 48 do segundo tempo e fez em tempo hábil a melhor revisão de texto possível.

Aos membros da Banca pela disponibilidade; ao Dr. Luís Ferrara, maranhense e grandioso em todas representações possíveis das gentes maranhenses; ao Dr. Guilherme Scotti, meu professor atencioso desde a Introdução de Estudos ao Direito.

Ao meu orientador Evandro, professor querido que há anos tenho a honra de acompanhar e de ler seus trabalhos, precioso nas grandes transformações que passa à nossa Faculdade de Direito. Nós da Faculdade de Direito da UnB temos sorte de tê-lo como mentor intelectual.

Ao meu coorientador e amado amigo Marcos Queiroz, sem o qual nem o projeto de dissertação teria ocorrido, quanto mais a dissertação. Marcos é um grande credor e espero um dia retribuir toda sensibilidade e generosidade crítica dispensados à mim.

Aos meus ancestrais, aos intelectuais negros que vieram antes de mim e a todas as pessoas que lutam por novos horizontes de liberdade e de existência, todos me são inspiração.

RESUMO

SALAZAR, Vitor Alessandro Veiga. **Entre continuidades e rupturas: uma memória do pós-abolição e a construção da cidadania na república dos degenerados no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2025.

No Maranhão, a abolição chegou por um telegrama, em uma noite cheia de rebuliços, agitações e aspirações políticas com a luminosa notícia de redenção dos cativos. Ninguém dormira na noite anterior, nem escravos e nem senhores, havia um medo e terror instaurado pela possibilidade de não assinatura da lei e da reescravização de muitos já libertos.

Os sentidos da memória do 13 de maio e as lutas pelos direitos civis e políticos no norte agrário, por meio da literatura de autoria negra, que se apropria e dá um novo tom ao romance histórico, ressignificam as possibilidades reinterpretar a história oficial e o devir negro na diáspora forçada. Nesse ritmo, novas narrativas sobre o cativo da escravidão racializada trazem a lume a recomposição de lacunas e o reposicionamento dos paradigmas centrais do constitucionalismo brasileiro.

Se a abolição da escravidão é uma noite que nunca findou, a aurora da liberdade marca as experiências negras, registradas por intelectuais negros no final do século XIX. Se houve continuidades, existiram também rupturas, que foram marcantes na circularidade do estrato do tempo nesse regime de historicidade.

Palavras-chave: Sentidos do 13 de maio, cidadania, intelectuais negros, abolição, memória.

ABSTRACT

SALAZAR, Vitor Alessandro Veiga. **Between Continuities and Ruptures: A Memory of the Post-Abolition and the Construction of Citizenship in the Republic of the Degenerates at the End of the 19th Century.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2025.

In Maranhão, abolition arrived by telegram, on a night filled with turmoil, agitation and political aspirations, heralded by the bright news of the redemption of the captives. No one had slept on the previous night, neither slaves nor masters, as fear and terror loomed over the possibility of the law not being signed and the re-enslavement of many who were already freed.

The meanings of the memory of May 13th and the struggles for civil and political rights in the agrarian north, through literature by black writers, appropriate and give a new tone to historical fiction, reinterpreting the official history and the Black experience in forced diaspora. In this rhythm, new narratives about the captivity of racialized slavery illuminate the recomposition of gaps and repositioning of central paradigms of Brazilian constitutionalism.

If the abolition of slavery is a night that never ended, the dawn of freedom marks the black experiences recorded by black intellectuals by the end of the 19th century. While there were continuities, there were also significant ruptures in the circularity of time within this regime of historicity.

Keywords: Meanings of May 13th, citizenship, black intellectuals, abolition, memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. NA INTERSEÇÃO DA LITERATURA, DO DIREITO E DA HISTÓRIA: O ROMANCE DE AUTORIA NEGRA E A RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.....	11
1.1. A ficção literária na tessitura de ausências presentes na narrativa sobre o Direito	11
1.2. Literatura e a escravidão: entre o trauma e a resistência	17
1.3. O romance histórico na reconstituição da memória da população negra	27
CAPÍTULO 2. O PÓS-ABOLIÇÃO COMO CATÁSTROFE/PROBLEMA HISTÓRICO (NORTE AGRÁRIO)	35
2.1. A crise do escravismo e o pós-abolição no Maranhão	48
2.2. Entre Sísifo e Narciso: Nascimento	57
CAPÍTULO 3. APONTAMENTOS NA OBRA LITERÁRIA: VENCIDOS E DEGENERADOS	69
3.1. Entreatos: 13 de maio, a caliginosa noite sem fim	69
3.2. Entre permanências e continuidades	77
3.3. A questão literária no pós-abolição	82
3.4. Uma hermenêutica distópica.....	86
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Em março de 2013, chegava em São Luís do Maranhão, depois de uma longa e cansativa jornada em São Paulo, onde conclui meu ensino médio e fiz cursinhos pré-vestibulares. Já desacreditado de mim mesmo, por colecionar tantas derrotas e reprovações em tão pouca idade, disseram à minha família que havia uma ótima professora de redação para o Enem, professora Loriley Nascimento Moraes, que dava aula no histórico Liceu maranhense e em escolas famosas da capital.

De pronto, comecei a ter aulas de redação com a prestigiada professora. As aulas de redação viraram de literatura, e as de História viraram histórias do seu pai e de seu avô: Nascimento Moraes Filho e Nascimento Moraes, ambos professores do Liceu, jornalistas e literatos.

No dia 24 de abril, na véspera do meu aniversário, a professora Loriley me disse que as minhas redações eram literárias demais e me apresentou com um livro do seu avô. Na oportunidade, afirmou: “- *Vítor, a linguagem nos possibilita desvendar os túneis do texto. Neste livro, você encontrará os mais preciosos escritos sobre essa capacidade humana. Aproveite. Com carinho, Loriley Nascimento Moraes.*”.

O livro se chamava “*Vencidos e Degenerados*”, do autor Nascimento Moraes. Àquela altura, eu juntava os cacos da minha subjetividade despedaçada lendo “*Os Manequins*”¹ de João Cabral de Melo Neto. Então, identifiquei-me de primeira com o livro do Nascimento Moraes, porque este poderia ter sido meu pai, com sua textualidade literária meio romântica, meio parnasiana. Declamando para mim quando criança naquelas suas noites ébrias e oníricas de um novo porvir: Gonçalves Dias, Raimundo Correia e me falava do romance de Josué Montelo.

Meu pai continuava Nascimento e, de alguma forma, queria não reviver, mas transfigurar o mito da Atenas brasileira com a enunciação do lócus de um negro que se regozijava e declamava poesia no púlpito improvisado, com pompas e galas, tal como faziam no final do século XIX.

Passados dez anos, como se fosse hoje, escrevo uma dissertação de mestrado sobre o romance de Nascimento, talvez pelas ausências e para tentar atar as duas pontas da vida e

¹ “*Os sonhos cobrem-se de pó.
Um último esforço de concentração
morre no meu peito de homem enforcado.
Tenho no meu quarto manequins corcundas
onde me reproduzo
e me contemplo em silêncio*”.

resgatar na minha fase adulta o que foi a minha infância, talvez para reescrever no presente republicano o que foi a escravidão no passado imperialista e o seu regime de transição e permanência.

Para este desafio acadêmico, utilizarei a metodologia de Chalhoub e Ginzburg, do paradigma indiciário, por meio de fragmentos soltos e despercebidos, na busca de uma totalidade, com a utilização de trechos de um romance histórico para acessar os silêncios do passado, e reconstruir uma história possível para a abolição no Maranhão. Como exercício de escrita para recompor memórias e deslocar histórias, utilizarei a “*escrevivência*”², de Conceição Evaristo, plataforma potente de repensar os passados que foram apagados e impedidos de serem contados.

Compreender a *escrevivência* não limitada na escrita centralizada de si, pois ela extrapola o próprio sujeito, ao carregar a vivência da coletividade. Por isso, não se trata somente de um neologismo ou da mera aglutinação das palavras “*escrever*” e “*vivência*”, mas de uma metodologia que utiliza a escrita do cotidiano, das lembranças e das experiências de vida de um indivíduo, compartilhada em coletividade.

Evaristo, em entrevista ao Roda viva, propõe a *escrevivência* como ferramenta para reconfigurar os estereótipos construídos em torno de sujeitos negros, afastando-a do mito de Narciso, em que o sujeito se perde na própria beleza, e aproximando-a do espelho de Oxun, no qual a beleza surge da autodignidade, e do espelho de Yemanjá, em que a beleza surge do acolhimento comunitário, da criação e do cuidado da coletividade. Por conseguinte, levarei essa perspectiva para analisar o estrato transicional temporal e social do pós-abolição maranhense.

O primeiro capítulo será construído numa tentativa de tatear o Direito com a Literatura, junto com a experiência do tempo na história, com enfoque no período transicional do pós-abolição. O Primeiro capítulo consistirá, basicamente, em perceber não apenas a importância da Literatura para o Direito enquanto narrativa continuada de juristas, como também a importância do gênero literário para expandir horizontes do passado, que não foram apreendidos por registros oficiais.

Então, a tese primária desse capítulo será: o romance de autoria negra para a reconstrução da memória da população negra. Para isso, iniciar-se-á mostrando que a ficção

² O termo “*escrevivência*”, criado pela escritora Conceição Evaristo, une as palavras “*escrever*” e “*vivência*”. Essa forma de expressão é baseada na força motriz das mulheres negras escravizadas no Brasil e na experiência de vida da autora. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo#:~:text=Criado%20por%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%2C%20o,explicitou%20a%20escritora%20e%20educadora>. Acesso em: 15 mar. 2025.

literária não possui menos credibilidade do que um registro oficial. Na verdade, o suposto distanciamento da literatura da realidade é mais uma imposição deslegitimadora, do que de fato uma constatação. Desse modo, abre-se flanco para a reconstrução do Direito por meio da razão, inculcada numa narrativa ficcional. Posteriormente, avançar-se-á no tópico da literatura negra e da escravidão, cuja principal finalidade é debater conceitos caros à reflexão sobre a modernidade e nossas percepções de tempo, quais sejam: a escravidão, a diáspora africana, o colonialismo, o pós-abolição como catástrofe, o processo de racialização como trauma, o racismo como mediador da memória e a literatura negra como resistência e ruptura da temporalidade sincrônica.

Encerrando o último tópico e, conseqüentemente, o primeiro capítulo, buscar-se-á no romance de autoria negra uma plataforma enunciativa de reconfiguração da memória coletiva, de rompimento com paradigmas eurocêntricos de longa duração, percebendo novas temporalidades e novos tropos narrativos de crítica e de repensar o passado e o movimento da história, os efeitos do pós-abolição na efetivação dos direitos civis e políticos.

CAPÍTULO 1. NA INTERSEÇÃO DA LITERATURA, DO DIREITO E DA HISTÓRIA: O ROMANCE DE AUTORIA NEGRA E A RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

1.1. A ficção literária na tessitura de ausências presentes na narrativa sobre o Direito

Por que nos inquieta que Dom Quixote seja leitor do Quixote e Hamlet espectador de Hamlet? Creio ter encontrado a causa: tais inversões sugerem que, se os personagens de uma ficção podem ser leitores ou espectadores, nós, seus leitores ou espectadores, podemos ser fictícios³.

Se os personagens de um romance pudessem observar o processo e o tempo histórico nos quais viveram e investigar a realidade deste período, por meio deles e de sua trama, faria do nosso registro um tempo menos legítimo ou inverossímil, por eles serem fictícios?

No segundo semestre de 2013, ingressei na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Logo na primeira semana caloura, deparei-me com intervenções do Centro Acadêmico de Direito (CaDir- gestão Maracatu 1), tais como passar o filme “*A Sociedade dos Poetas Mortos*”⁴, com uma mediação de diálogos feita pelos Coordenadores, entre eles, Marcos Queiroz, o qual não subira na mesa como o professor personagem do filme, porque encostaria no teto da sala, mas, igualmente, instigou-nos o espírito subversivo de uma linguagem viva e dinâmica que iria de encontro ao cimento armado dos bustos daquela Faculdade; os poetas, se não estavam mortos, jaziam em silêncio em uma Sociedade Limitada Unipessoal⁵.

No alto do monte Olimpo, encastelada, a nossa Faculdade passava por importantes transformações. A aprovação do novo (àquela época) projeto político pedagógico, a chegada de professores compromissados⁶ com a fuga do direito dos códigos, das leis e dos tribunais, a organização de coletivos negros dentro da própria Faculdade, a fim de inserir na órbita do sistema jurídico epistemologias marginalizadas e práxis dissidentes. Com isso, o nome do

³ Citação de Borges na conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que abriu o debate que se segue com João Adolfo Hansen.

⁴ Como no filme, a Faculdade de Direito da UnB passava por importantes discussões a respeito do sistema de ensino jurídico, da necessidade da extensão universitária e da reformulação das epistemologias de pesquisa, mais atrelada ao empirismo e à práxis do direito com a sociedade, enquanto comunidade que está além dos muros da universidade. No ano de 2013, houve a implementação do projeto de ensino político pedagógico da Faculdade, o que promoveu mais liberdade e autonomia aos estudantes no norteamento das suas grades curriculares.

⁵ Uma das formas da natureza jurídica da Sociedade Limitada, na qual não é preciso ter sócios. Aqui, faz-se uma alusão à forma mais individual e menos coletiva de representar as referências jurídicas tradicionais.

⁶ Como, por exemplo, Evandro Piza, Camilla Prando, Ana Flauzina e Ana Farranha.

auditório da Faculdade mudou, saiu Nabuco e entrou Esperança Garcia⁷, e a nossa abolição conquistava um novo rosto, sotaque, tez, formato, ética, estética, fenótipo e genótipo. Descia do Norte e aportava no Planalto Central do país.

Entre sustos, inseguranças, medos, inadequações existências e ideias fora do lugar, travessias de quem nada herculeamente contra a corrente ou de quem sempre tem de buscar a pedra que, do topo da montanha, retorna ao vale, fui me adaptando e estabelecendo pontes comunicativas com o Direito. As leituras, pesquisas e extensão no PET-Dir (Programa de Educação Tutorial em Direito), os encontros no CEDD (Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação), a fundação do Maré (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro), a paradigmática matéria de Pensamento Negro Contemporâneo ministrada pela Professora Ana Flauzina. De tudo, restaram três coisas: a certeza de que estávamos começando, de que era preciso continuar e de que seríamos interrompidos antes de terminar. Faríamos, então, da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro⁸.

Ana Flauzina nos apresentava as novas vozes, ou antigas que não foram ouvidas, ou novas de tão antigas e silenciadas que eram. Foi em sua matéria, Pensamento Negro Contemporâneo, que lemos Becos da Memória e vi a importância de se ter memória para se localizar em si e no mundo. Discutimos o Atlântico Negro e fizemos ao término do semestre letivo um exercício de escrevivência, como a própria Conceição cunhou este conceito: *“é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta”*. Neste período, também ocorreram as primeiras reuniões do Maré – Núcleo de Estudos e Pesquisa, em que o livro de Gilroy foi o ponto de partida para novas rotas de fuga e grandes expedições epistemológicas registradas em outras temporalidades.

A interdisciplinaridade acadêmica sempre foi o primado da Universidade de Darcy, Honestino⁹, EnegreSer¹⁰ e tantos outros, e foi por onde eu consegui tocar as faces desnudadas

⁷ Evento importante que marcou a nossa faculdade. Após reuniões entre alunos negros e negras da graduação e da pós-graduação, formou-se um coletivo transitório de nome Ocupação Negra, cuja finalidade era organizar uma série de seminários, em que a raça houvesse centralidade, no auditório Joaquim Nabuco. Ao término dos dias de Ocupação, foi proposta a mudança de nome do auditório para Esperança Garcia, homenagem póstuma à primeira advogada do Brasil, que, em 1770, escreveu uma petição (carta) denunciando a situação de violência e de maus tratos na qual ela e seus filhos eram submetidos nas fazendas de algodão piauiense.

⁸ SABINO, 2005.

⁹ Líder estudantil e estudante de geologia da UnB, preso 4 vezes pela ditadura militar e desaparecido em 1973 em razão da sua militância política. Somente em 2013 teve seu atestado de óbito completado com o motivo da sua morte, decorrente de atos de violência promovidos pelo Estado brasileiro.

¹⁰ Grupo autônomo de estudantes negros e negras organizado em 2001, que teve participação decisiva na implementação da política de cotas raciais na Universidade de Brasília, no primeiro processo seletivo de 2004.

do Direito, transpassar os hermetismos positivistas¹¹, os fetichismos da lei¹², o formalismo do procedimento oco e a linguagem embotada de casmurrice, que mais exclui do que extrai a justiça da realidade. Estava posto, então, o desafio de propor outras discussões sobre o Direito e não só para o Direito, que oxigenasse o coração do ordenamento jurídico, a Constituição, as histórias e estórias, como artérias e veias periféricas ou periferizadas, mas que compõem a integralidade do sistema.

Essa integralidade apenas é possível por meio de diálogos com outras fontes do Direito e outros sistemas sociais. O Direito já não é reconhecido como um sistema hermético, porquanto interage com os outros sistemas e se retroalimenta desses insumos para a atualização da resolução dos problemas e conflitos que diuturnamente batem à sua porta. O exercício de subsunção fática é um acréscimo de racionalidade a determinado evento do mundo das coisas. A verdade real, tão perseguida no processo penal, é mais ficcional do que a verdade substantiva, pois esta, ao menos, assume a sua limitação diante do grau de possibilidades da realidade. É razoável, portanto, afirmar que a ficção compõe a hermenêutica jurídica e enriquece o Direito.

Aristóteles, no capítulo IX da Poética, demonstra que o que distingue a ficção da experiência corriqueira não é um déficit de realidade, mas um acréscimo de racionalidade. Em sua forma clássica, a razão da ficção implica, assim, uma dupla relação do saber com a ignorância. O saber ficcional organiza os acontecimentos por meio dos quais as pessoas passam da fortuna ao infortúnio e da ignorância ao saber. Trata-se, antes de mais nada, das margens onde a ficção acolhe o mundo dos seres e das situações que estavam anteriormente nas suas beiradas: os acontecimentos insignificantes da existência cotidiana ou a brutalidade de um real que não se deixa incluir (RANCIÈRE, 2021, p. 14).

O exercício, então, do jurista não se distingue de um exercício ficcional, em que a razão da ficção organiza as circunstâncias fáticas constituintes do devido processo, seja civil, seja penal. O operador do Direito tenta recuperar fatos que já ocorreram, que estão perdidos nas memórias dos litigantes ou das testemunhas, por meio de depoimentos e declarações, isto é, de narrativas. Essa dimensão do Direito, enquanto narrativa, contém forte influência do saber ficcional.

¹¹ Desconsiderando as transformações históricas dos positivismos, do positivismo legalista ao analítico, nota-se que, em essência, a concepção positivista do Direito traz consigo a ideia de um ordenamento jurídico mais fechado, de uma interpretação mais mecânica e automatizada da lei, forma que ainda impera nos ensinamentos jurídicos das faculdades deste país.

¹² Quando se observa uma veneração fantasiosa da regra jurídica, o que causa um empobrecimento interpretativo, quando o interprete não o faz levando em consideração o diálogo com outras fontes do Direito, costumes, princípios e o próprio contexto histórico no qual se insere a norma. A palavra fetiche, no Direito, foi importada da psicanálise, mas precisamente de Lacan, que considera a ponta da relação em que o sujeito cria e se relaciona com um véu imaginário e não com a própria realidade (LACAN, Seminário 4, 1995, p.160).

As demandas existentes em uma sociedade inscrita em um momento histórico é que possibilitam o surgimento da variabilidade dos gêneros do discurso. É na *mimesis* literária que as condições socio-históricas de produção e de reprodução de narrativas se apresentam, uma vez que a *mimesis* representa e absorve da “*realidade*” as possibilidades multiformes e engendra no discurso literário uma complexidade de experiências vistas, mas não ditas (CARREIRA, 2015, p. 144). A realidade social, portanto, implica na textualidade literária, em uma relação multi e translateral de alimentações recíprocas. Como afirma Antônio Cândido (2006, p. 88) ao pensar sobre a relação de atuação da literatura com a sociedade no tempo:

A Literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando enormemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e os quais se juntam ao autor, termo inicial desse processo de circulação literário, para configurar a realidade da Literatura atuando no tempo.

A possibilidade de reconstrução de sentidos de obras literárias esculpidas em um lapso temporal, expande, também, os sentidos das realidades socio-históricas que permitiram a produção de determinada obra. O Direito, como um sistema imerso na sociedade, cuja práxis legitima e confere status de legalidade às relações sociais, é também imbricado por ela e consequentemente moldado e forjado na luz e na sombra da História.

O reconhecimento da dimensão narrativa do direito não admite o esmaecimento das fronteiras entre ficcionalidade e realidade, nem sequer uma legitimação de práticas jurisdicionais que inventam suas próprias narrativas de justiça despregadas do horizonte hermenêutico social em que se produzem (PAIXÃO; PINHEIRO, 2018, p. 2).

Nesse sentido, Direito e Literatura possuem diversas superfícies de toque. A hermenêutica jurídica é uma delas, já que exprimir sentido fático a partir do texto normativo é confrontar ficção e realidade, e esse embate não foge ao escopo do contexto histórico imergido. Historicizar os institutos jurídicos não é apenas uma medida de maior acurácia da realidade substantiva, como, também, de aproximação da justiça.

A professora Bistra Apostolova ensina que as relações entre direito e literatura podem se dar em três aspectos.: O primeiro é a literatura no direito, ou seja, a ideia de que os textos e os discursos jurídicos carregam poéticas, formas, estilos e estéticas, as quais podem ser melhor entendidas e criticadas à luz do arsenal fornecido pela crítica literária. O segundo é o direito na literatura. As formas literárias ensinam sobre hábitos e práticas da cultura e das instituições jurídicas. Assim, um romance pode ser porta de entrada para visualizar os valores e as atitudes que mobilizam o direito de

determinada sociedade, seja a nossa, seja outra distante no espaço e no tempo. O último aspecto está relacionado à imaginação moral. Por um lado, a literatura pode expandir nossa compreensão e ampliar nossa capacidade de se colocar no lugar do outro. Como toda forma de arte, mexe com a empatia e a alteridade. Por outro, ao iluminar os sentidos da justiça e da felicidade por trás dos dramas humanos, a literatura permite compreender, com detalhes, nuances e tensões, a hermenêutica por trás de palavras pesadas e caras ao direito, como liberdade, igualdade, cidadania, propriedade e nacionalidade (QUEIROZ, 2022, p. 27).

Ou seja, quando nos deparamos com um texto eminentemente jurídico, a Literatura, por meio da crítica literária, pode fornecer novas ferramentas, chaves de leituras, plataformas interpretativas, disposições espaciais dos agentes e temporalidades. Por conseguinte, também são amplificados os sentidos e os efeitos dos sentidos inerentes à abertura semântica do texto narrativo inscrito no tempo.

A narratividade¹³ é ínsita ao direito. A maneira como os fatos e os sujeitos são esteticamente ordenados numa decisão judicial demonstra como a narrativa jurídica não só descreve, mas, igualmente, prescreve. Por isso, um estudo sobre as potencialidades narrativas em textos literários pode permitir uma reflexão crítica e propositiva da maneira como o direito constrói sua própria narrativa por meio de decisões, reflexões doutrinárias, exposições de motivos legais e história constitucional (PINHEIRO, 2019, p. 2017).

Eis, pois, o nosso intento: tentar propor uma reflexão crítica sobre as narrativas do Direito e, mais especificamente, sobre o constitucionalismo moderno, a partir das potencialidades narrativas de textos literários escritos por pessoas negras. Desse modo, torna-se possível a visualização da construção de uma moldura social e das justificativas de reprodução de silêncio em um dado processo histórico, bem como tentar compreender as formas materiais que permitiram a produção e a oclusão de determinado discurso.

Trata-se, portanto, de identificar histórica e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido. Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão (CHARTIER, 1999, p. 197).

¹³ A narratividade normativa dos fatos como um gênero complementar à escritura do ser e do dever ser precisa igualmente submetê-lo aos critérios prévios, tais como o respeito à pluralidade dos ritmos sociais e a presentificação da ausência, sem que isso gere, por si só, outras perdas reflexas.

Para além disso, Chartier demonstra que os próprios sentidos dos textos, ou seja, a interpretação, são resultado de uma mediação entre a ficção e as gramáticas do mundo social, as quais inscrevem, invariavelmente, a estética literária e a sua inteligibilidade. Por esse aspecto, a estética de uma obra pode descobrir nuances borradas de um retrato de uma sociedade em um movimento da história.

O objeto estético exclusivamente literário, mesmo quando cria sua própria realidade, acaba evocando uma realidade pré-existente ético-cognitiva. O direito enquanto narratividade não pode, pois, se produzir desconectado das narrativas sociais que balizaram a elaboração legislativa e das narrativas presentes que, no momento decisório, ressignificam os conceitos jurídicos vagos e polissêmicos na facticidade da vida. O direito como narrativa deve ser sempre um ato responsável, ou seja, dialogicamente responsivo e eticamente responsável (PAIXÃO; PINHEIRO, 2022, p. 3)

Costura-se, por outras linhas, o Direito enquanto narrativa. A importância da estética literária é a possibilidade de compor ou deslocar discursos e histórias centrais do Direito, em que se desconsiderou as contribuições das partes que não compunham o polo hegemônico de quem detinha o monopólio da legitimidade da escrita. Esse privilégio está associado com o poder de quem conta a história, e quem a conta constitui a memória, que identifica e une um povo.

O Direito dialogicamente responsivo, que leva em conta o processo dialogicamente plural dos seus atores, e eticamente responsável conclama para a reconstrução dos seus elementos tradicionais: Estado, nação, povo, identidade, memória etc. Ainda, abarca a intervenção de vozes que não foram ouvidas na edificação das grandes narrativas da história oficial, mas que deixaram ruídos por onde passaram, porque resistiram, e porque viveram.

Desta forma a necessidade de retomar a dimensão cotidiana da resistência e das trajetórias fragmentadas, viajantes e flutuantes do mundo atlântico exige uma transformação na história, tornando-a apta a lidar com experiências apagadas de um espaço político e cultural no qual o deslocamento em massa, o exílio, a opressão e a resistência foram elementos constitutivos de processos transnacionais de longa duração, como a escravidão e o colonialismo (QUEIROZ, 2017, p. 24).

Na busca, então, pelas discursividades que informam e recompõem o Direito e pelas suas ausências. Em particular, nas experiências constitucionais eclipsadas pelo discurso colonial da modernidade escravista, têm-se a literatura negra como ferramenta para reelaborar os discursos sobre o passado, reconstruindo o próprio constitucionalismo brasileiro. Como revela Duarte (2011, p. 375), na construção da memória do povo negro, a literatura desempenha

o papel de reconfiguração discursiva dessas reminiscências, que se apresentam em diferentes matizes.

A potência da literatura, pois, na descortinação da face oculta da modernidade, perpassa não só à teoria política e o fazer historiográfico, como também a própria teoria ou o ponto onde se apoia a teorização. Como argumenta Paul Gilroy para as expressividades da diáspora africana – a exemplo da música, da poesia, dos romances, dos diversos tipos de retórica da liberdade, como de lideranças políticas e religiosas –,¹⁴ a arte negra desafia as fronteiras entre ética e estética, política e cultura. Ela é um contradiscurso da modernidade com aspectos descritivos e normativos. Isto é, compreende, interpreta e sistematiza a experiência humana ao mesmo tempo em que formula um vir a ser, um ideal de conduta e de organização social no porvir (QUEIROZ, 2022, p. 25).

Se muitas pessoas, nesse caso negras, foram destituídas da capacidade de narrar a si mesmas e as experiências que lhes interpelavam, devido à vivência de processos de extermínio físico e subjetivo, a ficção da razão negra cria personagens e enredos reais, que escapam do escrutínio racista da branquitude¹⁵ e pululam aos olhos dos poetas, que, como os cegos, podem ver na escuridão¹⁶.

1.2. Literatura e a escravidão: entre o trauma e a resistência

Se os poetas podem ver na escuridão, eles também a tateiam, identificam-na e evidenciam-na, e a forma como a tratarão dependerá de como vão lidar com os significados da cegueira. O poeta simbolista brasileiro Cruz e Sousa, o médico psiquiatra martinicano Frantz Fanon e o filósofo camaronês Achille Mbembe metaforizam a noite e a escuridão com a escravidão racializada – enquanto política dos Estados modernos. A saída da grande noite, embora abra espaço para um tempo de “*bifurcação de futuros inumeráveis*” (MBEMBE, 2019, p. 11), não permite dizer que o galo já teceu a manhã, ou que já raiou o dia, o que nos coloca a examinar os futuros do passado ou os lampejos de escuridão que rompem a parca luz que ensaia o resplandecer da aurora.

As narrativas literárias podem revelar diversas fissuras do direito e do constitucionalismo. Textos literários que abordem elementos de direito, justiça, Estado e poder permitirão revelar olhares condensados diacrônicos, futuros plurais de

¹⁵ Utilizarei o termo delimitado por Marcos Queiroz, que põe a noção de “*supremacismo branco*” como uma forma específica para descrever a estruturação do poder originada do colonialismo e da escravidão, tendo como ponto articulatório a preservação das posições de poder daqueles que estão sob o signo da “*branquitude*” (também se vale, com o mesmo sentido, da palavra “*branquidade*”) e a exclusão, o apagamento, a dominação, o controle, o subjugamento e o genocídio dos grupos racialmente marcados (QUEIROZ, 2017, p. 123).

¹⁶ Referência à música “*Choro Bandido*”, do Chico Buarque e do Edu Lobo, e à conferência “*La Ceguera*”, de Jorge Luís Borges.

um passado anterior à realidade presente jurídico-estatal, que podem ou não ter se cumprido (PAIXÃO; PINHEIRO, 2018, p. 3-4).

“*Os futuros plurais de um passado*”- imergidos na escuridão da zona abissal do Atlântico, que viveram e se perpetuaram diacronicamente nas diferentes temporalidades¹⁷, embora de difícil acesso, pela negação de qualquer elemento que indique e registre o outro como um par, um semelhante, pois foi nesse processo de diferenciação pela negação e pelo fomento do medo que se desenvolveu o empreendimento colonial¹⁸ - podem ser resgatados e trazidos à tona como forma de constituir as fissuras do constitucionalismo moderno.

Textos literários fora do cânone ocidental, por outro lado, permitirão a emergência de narrativas subalternas, surpreendentes, que fogem da temporalidade hegemônica e do padrão normativo do direito – alguns dos quais, inclusive, objeto de reapropriação por grupos historicamente excluídos das esferas decisórias do direito e do Estado. Por tais motivos, recorre-se às obras literárias para compor as ausências irremediáveis do constitucionalismo moderno. (PAIXÃO; PINHEIRO, 2018, p. 5-6).

Com o intuito de recolocar determinadas questões da história do direito constitucional, a partir de lugares abafados, e de tentar propor novas narrativas “*expurgadas*”, naturalmente, pela linguagem de poder canônica, eunuca em si mesma, ante a variabilidade dos cenários dos processos históricos, munimo-nos da literatura negra. Essa com a sua composição, idiossincraticamente, destoante, porquanto sempre foi interrogado o poder de fala de um subalterno, o que torna mais extremado ainda se fosse de um negro, pois causaria mais espanto e contradição quando se pergunta se pode um negro escrever na meia noite da escravidão ou no alvorecer da República.

Por conseguinte, as narrativas de autoria negra podem ser utilizadas como plataforma para catapultar novos ângulos sobre velhas molduras, muito embora a nova lente também guarde as suas próprias limitações de foco analítico, já que, quando se põe a luz em um lado, sombreia-se outro. Ou, como diria Hartog, “*toda história, seja ela qual for finalmente seu modo*

¹⁷ Experiências que não obedeceram a centralidade e a linearidade do tempo imposto pela colonização, e se desenvolverem em outras marcações temporais dissidentes que permitiram a sobrevivência de povos submetidos à barbárie do cativeiro e do genocídio.

¹⁸ O jurista Marcos Queiroz delimita esse conceito, tratando o empreendimento colonial ou o colonialismo como o processo histórico iniciado no final do século XV com a expansão da “*Europa*” sobre os demais continentes e povos, que deixou raízes presentes até os dias de hoje. Tal experiência, de confronto e dominação de alteridades radicais, articulou-se por meio da “*invenção*”, do “*descobrimento*”, da “*conquista*” e da “*colonização*” do “*outro*”, em um fenômeno que operou estratégias de poder não apenas no âmbito militar, mas também na construção discursiva e filosófica sobre aquilo que era tido como diferente (DUSSEL, 1993).

de expressão, pressupõe, remete a, traduz, trai, enaltece, ou contradiz uma ou mais experiências do tempo”¹⁹.

Dessa forma, a fim de vislumbrar ou juntar os farelos dispersos e cobertos pelo mito da história única, garantido pela tese da inevitabilidade do passado, posicionamo-nos no giro historiográfico para trazer ao centro o que estava periférico, como afirmam Juliana Barreto Faria e Flávio dos Santos Gomes (2013, p. 8):

Ultrapassando os sentidos de uma história nacional e investigando contextos e regimes sócio-demográficos, as perspectivas atuais da História Atlântica têm sugerido várias abordagens, mas as conexões teórico-metodológicas ainda permanecem pouco exploradas para o entendimento da escravidão africana nas Américas. De todo modo, a experiência principal tem sido desconstruir o modelo de ‘história nacional’ ou ‘história dos Impérios’, destacando-se os vários espaços, temporalidades, agências, projetos, processos e estruturas.

Em complemento, Marcos Queiroz argumenta que, além de levar a cabo os reais sentidos e os efeitos da escravidão, deve-se colocar em alto relevo a dinamicidade das relações coloniais, sobretudo no que tange às suas permanências e às suas ausências permanentes. Ou seja, a escravidão não deve apenas ser analisada como uma mera consequência do expansionismo europeu do final do século XV.

Assim, o ato de recolocar a temática da escravidão no centro da história exigia uma reconsideração das ideias sobre centro e periferia, na medida em que a dominação colonial era a face oculta constitutiva do “desenvolvimento” Europeu. Além disso, essa abordagem buscava compreender a dinâmica do colonialismo não como um processo teleologicamente determinado, a despeito das suas continuidades e transformações, mas como um fenômeno incessante de aprendizagem atrelado ao expansionismo marítimo e às suas respectivas consequências globais, no qual colonizadores e colonizados aprendiam táticas de dominação e de resistência diante das experiências passadas (QUEIROZ, 2017, p. 26).

Para melhor compreender a enunciação de autorias negras, faz-se necessário entender de qual lugar social essas autorias foram produzidas; a matriz colonial, o espaço da plantation, em que se recria novas de velhas memórias e a espiralidade do próprio tempo²⁰; que encolhe e se expande, reatualizando e ressignificando a gramática de poder colonial. Esses como novos elementos da crítica literária negra, que podem nos ajudar a apreender a produção e reprodução

¹⁹ HARTOG, 2015, p. 39.

²⁰ Lêda Martins, estudando os rituais dos Congados, percebe a experiência do tempo em um simultânea contemporaneidade: “*Em uma temporalidade presente que atrai para si o passado presente e futuro e neles também se espalha, abolindo não o tempo mas a sua concepção linear e consecutiva. Assim a ideia de sucessividade temporal é obliterada pela reativação e atualização da ação, similar e diversa, já realizada tanto no antes quanto no depois do instante que a restitui, em evento.*” (MARTINS, 2002, p. 69-92).

da estética nessas textualidades. Neste sentido, o professor Joaze Bernardino Costa (2015, p. 98), a partir de Aníbal Quijano, define a categoria colonialidade como:

[...] uma matriz de poder que sobrevive às instituições propriamente coloniais e continua atual nos estados independentes. Tal distribuição do poder parte da negação do outro, que é considerado como sem escrita, sem história e sem pensamento. Assim, a colonialidade do poder refere-se à condição de independência política sem descolonização, permitindo a sobrevivência, em plena modernidade, de hierarquias coloniais, como as de raça, gênero, sexualidade e classe.

A Literatura afro-brasileira, então, ao tematizar e repensar o sujeito negro nessa dinâmica da colonialidade do poder, mostra-se um instrumento de combate, de denúncia e de resistência. Eduardo de Assis Duarte, que tem se dedicado ao desafio de visibilizar as textualidades negras em conjunto, estabeleceu que *“algumas constantes discursivas têm sido utilizadas como critérios de avaliação dessa literatura”* (MIRANDA, 2019, p. 26), são elas:

Em primeiro lugar, a temática: "o negro é o tema principal da literatura negra", afirma Octavio Ianni, que vê o sujeito afrodescendente não apenas no plano do indivíduo, mas como "universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura." (1988: 54). Em segundo lugar, a autoria. Ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro, e, neste caso, há que se atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes fraturadas oriundas do processo miscigenador. Complementando esse segundo elemento, logo se impõe um terceiro, qual seja, o ponto de vista. Com efeito, não basta ser afrodescendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessária a assunção de uma perspectiva e, mesmo, de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo a toda problemática inerente à vida desse importante segmento da população. Nas palavras de Zilá Bernd (1988), essa literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro. Um quarto componente situa-se no âmbito da linguagem, fundado na constituição de uma discursividade específica, marcada pela expressão de ritmos e significados novos e, mesmo, de um vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas de África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil. E um quinto componente aponta para a formação de um público leitor afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura e, portanto, ausente do projeto que nortearia a literatura brasileira em geral. Impõe-se destacar, todavia, que nenhum desses elementos isolados propicia o pertencimento à Literatura Afro-brasileira, mas sim a sua interação. Isoladamente, tanto o tema, como a **linguagem** e, mesmo, a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes (DUARTE, 2007, p. 88)

Em que pese a importância da classificação, da conceituação e da sistematização da categoria de análise da Literatura afro-brasileira, entendo que, em algum instante interpretativo, poderá haver limitações na visualização da complexidade da própria autoria negra. Por esse motivo, utilizarei o termo *“literatura negra”* para me referir ao complexo de sentidos e seus efeitos quando um negro passa a escrever suas próprias experiências em interação com a sociedade em que viveu, em dado período de tempo na história.

A literatura negra congrega uma potência irredutível de ruptura, porque concebe em um sintagma dois nominativos que a racionalidade eurocêntrica não concebe simultaneamente, diferente da música, arte, dança e etc., negra, a literatura causa incômodo e reação porque deliberadamente posiciona o negro como sujeito da escrita. (MIRANDA, 2019, p. 13).

A partir desses dois sintagmas de ruptura, ater-nos-emos à experiência de formação social da população brasileira, calcada no processo de racialização do final do século XIX, que contribuiu sistematicamente para a perpetuação da desumanização de pessoas negras. Ademais, simultaneamente extinguiu formalmente a escravidão e criou pseudo teorias das raças, transformando o escravizado em negro, dando salvo conduto para as continuidades das atrocidades sociais da escravidão ou da permanência da ausência de direitos civis e políticos no pós-abolição. A constituição do sujeito negro, historicizada no rearranjo social e político do momento de transição do Império para a República, é abalada desde o introito pelo solo violento e destrutivo em que se desenvolveu a modernidade escravista.

Por isso, o desafio constante de ressignificar e de se apropriar dos próprios processos históricos, como agente que fora destituído da tutela dos seus próprios dizeres e da autonomia de pensar a si mesmo. Tentar perquirir e reescrever, escancarando a perversidade das condições impostas pelo colonizador, é também assumir a história como ruína e como catástrofe.

Evidenciar e tentar compreender o processo de racialização do pós-abolição como processo traumático que constituiu a nossa sociedade é uma forma de esquadrihar a origem da hierarquização racial na modernidade. Como diz Matheus Gato: “*as transformações sem mudanças, a liberdade sem emancipação. O trauma da racialização, cujo produto primeiro é o racismo, que faz a mediação entre o problema da crise de representação do negro e a violência do processo histórico de transição*” (GINZBURG, 2000, p. 43).

Ainda sobre o assunto, Clovis Moura (1988, p. 88) expõe que:

A criação dessa imagem dicotômica (negro/escravo) no bojo da sociedade competitiva que substituiu a escravidão e dos blocos intelectuais, surgiu, portanto, como resposta alienada de uma sociedade altamente conflitante a um problema polêmico, pois o negro, trazido do continente africano, era integrado, ou melhor, era coercivamente integrado em uma sociedade escravista. A imagem do escravo do passado ficou automaticamente incorporada ao negro do presente. [...] Esse condicionamento do sujeito ao objeto veio dificultar durante muito tempo o seu esclarecimento. Isto porque ao abordar-se o problema do negro tinha-se, de forma subjacente, mas com implicações variáveis no nível de interpretação, a imagem do escravo, o homem/coisa, que atuava de permeio, deformando e desfocando a imagem concreta do negro que se desejava retratar e conhecer.

O racismo, como mediação entre o processo de racialização e o trauma e a raça como dispositivo de biopoder, como trata Sueli Carneiro²¹, permite a reatualizações de feridas em nossas memórias constitutivas de nossas subjetividades; estar constantemente com o sentimento de inadequação existencial, de não pertencimento, de ser o outro diferente que deve ser eliminado, porque foi construído como inimigo na desterritorialização, dispersão e exílio que ocorreu na diáspora forçada e genocida do povo africano.

Marcos Queiroz (2017, p. 17), ao se apropriar do conceito de raça enquanto signo, cujos significantes destoam e distanciam do significado de humanidade, dificultando, assim, a construção de uma comunidade que se reconhece enquanto pares, escreve sobre racismo:

[...] o racismo passa pela naturalização e essencialização de locais de subalternidade para negros e negras a partir de signos produzidos pelas experiências da escravidão e do colonialismo, mas que são cotidianamente reatualizados e reconfigurados a partir de novas dinâmicas. Assim, as lutas da diáspora africana são, sobretudo, lutas para se ser reconhecido como humano e sujeito de direitos para além das marcas raciais que imobilizam a percepção do ser a partir de ideias racializadas.

Fanon (2005, p. 11), na obra “*Condenados da Terra*”, conceitua o que seria uma geração de traumatizados, gestada no seio estéril da violência colonial, ao discorrer sobre a selvageria do colono como outra face da artificial selvageria do camponês oprimido:

Negligencia a memória humana, as recordações indeléveis; e depois, sobretudo, há isto que talvez ele jamais tenha sabido: nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós. Três gerações? Desde a segunda, mal abriram os olhos, os filhos viram os pais ser espancados. Em termos de psiquiatria, eilos “traumatizados”.

Dessa forma, consegue-se enxergar duas relações do trauma. Uma no âmbito da memória, um trauma compartilhado resultante da violência constante e que atravessa as marcações lineares do tempo, da racialização, que atinge a coletividade negra. Outra no âmbito subjetivo, que afeta e interdita o negro enquanto sujeito e cidadão. A raça como dispositivo de biopoder é o fiel da balança. Ela invoca quem pode viver e quem deve morrer de morte morrida ou de apagamento do Eu. Gera também uma força de reação contrária, que é a resistência, como força atrelada à sobrevivência. No campo da literatura, a estética da resistência comporá a enunciação do sujeito negro na escrita.

Consequentemente, reexaminar a História, deslocando os elementos clássicos e adotando novas chaves de interpretação e de leitura, é um direito e um exercício de cidadania

²¹ CARNEIRO, 2005.

de pessoas negras, na busca por uma inclusão plena nos âmbitos jurídico, político e social. Além disso, a metodologia que será adotada propõe repensar as fronteiras nacionais e os territórios, inserindo os eventos históricos imersos no Atlântico Negro como um contradiscurso à narrativa ocultada pela branquitude a respeito da modernidade e da sua ideia evolutiva de progresso no tempo. Acerca do assunto:

A potência do Atlântico Negro seria trazer à luz processos sociais e políticos que forjaram a modernidade, mas foram silenciados pelas narrativas hegemônicas a respeito, e formas outras de formular projetos modernos. Isso porque, de porto em porto, encontramos diferentes atores a formular ideias e práticas políticas sobre liberdade e direitos, por exemplo. Se os ventos de ultramar lhes punham em contato com o que em outras regiões se produzia, eles também reinventavam e reliam essas ideias a partir de suas próprias vivências e necessidades. (SILVA, 2019, p. 24).

Subir a bordo, por assim dizer, oferece um meio para reconceituar a relação ortodoxa entre a modernidade e o que é tomado como sua pré-história. Fornece um sentido diferente de onde se poderia pensar o início da modernidade em si mesma nas relações constitutivas com estrangeiros, que fundam e, ao mesmo tempo, moderam um sentido autoconsciente de civilização ocidental (GILROY, 2001, p. 61)

Dessa forma, admitir novas possibilidades de constituição da sociedade, a partir de lugares que não são os fundacionais, assim como deslocar a centralidade do Estado-Nação para a fragmentariedade dos fluxos diaspóricos no Atlântico, traz à superfície da maré as realidades esmagadas, que num solavanco estilhaçam as representações oficiais de “*aparência de totalidade sem fissuras*” e conduzem à expressão da cisão das relações entre o sujeito e o mundo empírico. Caem as máscaras do realismo de fachada, caem as acomodações, e são expostas as descontinuidades da subjetividade cuja constituição foi atingida, em seu cerne, pela opressão da História oficial (GINZBURG, 2000, p. 44).

Assim, uma lupa é posta sobre eventos marcantes que construíram a dita modernidade e reorganizaram as gramáticas sociais no mundo. A modernidade teve como face constitutiva o empreendimento colonial e a escravidão, motivo pelo qual exige-se uma abordagem histórica que perceba o mundo moderno recortado pelos processos, pelas trajetórias, pelas resistências, pelas lutas e pelas reinvenções reeditadas mediante as realidades geopolítica e cultural da diáspora africana no Atlântico (QUEIROZ, 2017, p. 4).

Prosseguindo neste inventário das condições de uma história constitucional neodisciplinar, o tópico seguinte tratará da incorporação, já não de outro direito, ou de uma outra dogmática, mas sim de uma epistemologia da constituição. Chegamos agora ao “remédio mais difícil de engolir”, que tem a ver com a superação de uma concepção centralizadora, estadualista e voluntarista do poder por uma concepção que privilegia o periférico, concepção atomizada, homeopática e objetivada em práticas (HESPANHA, 2011, p. 365).

Encarar o processo histórico da abolição da escravidão a partir do conceito de trauma da psicanálise nos leva, necessariamente, a avaliar nossa capacidade de compreender e de representar o passado. Conhecemos traumas coletivos e sociais. Para o entendimento das relações entre Literatura, História e Direito é fundamental considerar a importância dos traumas históricos como motivação para mudanças nos modos de representação da estética literária no Brasil (GINZBURG, 2000, p. 46).

Representar a experiência da catástrofe em dimensões que a História não nos mostrou ao longo de todo período de transição da abolição da escravidão, necessariamente, exige uma renúncia aos modos convencionais de representação. Isso porque esses modos seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la por toda estruturação intencionada na produção dos silêncios e na manutenção de hierarquias de poder (GINZBURG, 2000, p. 47).

Ginzburg, em reflexões sobre o trauma como um problema de representação, que embaça a distinção do real e do irreal e coloca a consciência em crise de sustentação, mostra o problema da representação de grandes catástrofes que marcaram a humanidade. Nesse sentido, ao dialogar com Seligmann, afirma:

Seligmann observa que “a incapacidade de recepção de um evento que vai além dos limites da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem-forma” (Seligman, 116-7) constitui o trauma, de acordo com a psicanálise. Em um mundo marcado pela experiência radical da destruição, o trauma se torna um elemento constitutivo da formação social. Por ultrapassar nossos mecanismos de absorção e atribuição de legibilidade aos eventos, o trauma ultrapassa nossas referências de concepção de forma. O problema psicanalítico se torna um problema estético (GINZBURG, 2000, p. 47).

A impossibilidade, portanto, da representação, faz de uma possível estética da catástrofe somente uma representação, e não a ontologia da própria catástrofe em si. Lembremos que a imagem nos trai: “*ceci n’est pas une pipe*”²² (“*Isto não é um Cachimbo*”). Tomando o processo de racialização que a sociedade brasileira sofreu no final do século XIX como uma catástrofe inscrita na nossa história, tentar representá-la contará com o problema estético do trauma sofrido, no entanto, não impossibilitará de trazer uma representação estética, ainda que mediada por quem esteja traumatizado.

²² A traição das imagens foi uma série de pinturas expostas por René Magritte entre 1928 e 1929. A mais famosa dela é “*ceci n’est pas une pipe*” (“*isto não é um cachimbo*”), cuja temática principal é o conflito entre a imagem e o texto: embora a imagem seja de um cachimbo, o texto diz não ser um cachimbo, o que tensiona o signo, o significante e a própria representação da realidade, típica do surrealismo.

Assim, sob as travessias do universal para o regional, rupturas e continuidades, no Atlântico negro da diáspora africana, vislumbra-se o sentido de recontar os fatos por uma história digna de ser contada, que persiga a justiça. Nesse contexto, devemos incluir a crítica literária brasileira e suas novas edificações discursivas sobre a forma e os mistérios da reprodução estética nas textualidades de escritores negros. Ainda, merecem ser consideradas plataformas renovadas de leituras e reinterpretações, cuja lente possui o filtro do colonialismo como foco narrativo construído, com efeitos e sentidos ressonantes de experiências raciais compartilhadas.

A literatura negra, no século XIX, quase sempre contou com a resistência ao cativeiro em sua textualidade, literalmente ou metaforicamente, quando se impunham paredes cercando e cerceando as subjetividades como a do Cisne Negro que bradava:

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça. (CRUZ E SOUSA, 2008, p. 609-632).

Alfredo Bosi (1996, p. 26), ao examinar como a força da resistência poderia se expressar na forma da construção de uma narrativa literária, no cenário construído, nas impressões que causa, no deslocamento dentro da inércia do próprio texto e nos símbolos que são evocados, ainda que a nível de inconsciência, discorre:

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições.

Nessa perspectiva, a resistência se trata de uma estética de ruptura, disritmia, contrapasso, contradição e contraposição à linguagem de poder que estrutura as relações sociais e institucionais. Na modernidade pós-colonial, literatos negros utilizaram essa estética para deslocar ângulos e perspectivas de determinados fenômenos que os tocaram de modo particularmente e sistematicamente opressor e traumático.

É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente (BOSI, 1996, p. 27).

É nesse ponto tangente de outras verdades possíveis que a Literatura abraça a História e ambas tocam o Direito. Verificar as relações que se retroalimentam entre esses sistemas enriquece as perspectivas de ocorrência de determinados fenômenos sociais. Afinal, se na História ocorreu determinado evento, foi sob a legitimidade e a legalidade das normas jurídicas. Nesse sentido, transformar um acontecimento em ficção é possibilitar outras formas de representação e, portanto, enxergar outras realidades.

Permitem formular a hipótese de que os discursos que concebemos como literatura existem enquanto discursos como resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação. Esses sistemas, evidentemente, pressupõem códigos, ou melhor, pressupõem uma codificação retórica, tópicos, temas, regras, meios de circulação, condicionamentos materiais e institucionais, públicos e etc. Ou seja, uma abordagem especificamente histórica da literatura, como Chartier propõe, consistiria em não dar o discurso como natural, mas buscar, a partir de discursos particulares, a possibilidade de reconstruir os sistemas de representação que os subentendem, como relação de usos/estruturas (HANSEN, 1999, P. 208).

Essa busca por outras verdades imaginadas e outros futuros possíveis nos faz buscar na poética e nas obras literárias outras formas de fazer teoria e de se questionar a inclinação enviesada e autoprojeta dos parâmetros atuais ou ao menos desestabilizar a ideia de neutralidade e objetividade da técnica e das ciências sociais.

A música suspende, borra e tensiona os limites compreensivos dos conceitos e abstrações. Para os cientistas sociais e suas razões, a poética desloca os métodos utilizados para compreender e vincular história, literatura e direito. Ou, ao menos, levanta uma pergunta a entrar pelo corpo como os efeitos de uma batida sobre o couro: somente é possível teorizar dentro da “teoria?” (QUEIROZ, 2022, p. 25).

Marcos Queiroz (2022, p. 387), estudando a estética de Machado de Assis, como uma enunciação negra a partir do Atlântico negro e levando em conta a colonialidade do poder, o processo de racialização estruturado pela branquitude, no final do século XIX, e a ressignificação dos espaços, tempo e lugares de memória na crítica literária brasileira, afirma que:

Machado inaugura no Brasil um tropo típico do discurso negro na modernidade, qual seja, um poder necromante acompanhado pela premonição, adivinhação, apto a romper insistentemente com o coro dos contentes. Conforme argumenta Paul Gilroy a partir de Frederick Douglass e W.E.B. Du Bois, o discurso negro aponta, por diferentes vias, que as experiências do tráfico e da plantation são: [...] uma parte legítima da história moral do Ocidente. Não eram eventos únicos – episódios discretos na história de uma minoria – que poderiam ser apreendidos por seu impacto exclusivo sobre os negros em si mesmos, nem eram aberrações em

relação ao espírito da cultura moderna que provavelmente teria de ser superados pelo progresso inexorável rumo a uma utopia secular, racional.²³ O tráfico, a plantation e o Atlântico, são *locus* mobilizados para se interpretar as textualidades negras, chaves de leitura que mostram a translocalidade e as temporalidades marcadoras da experiência desse povo na diáspora forçada. O discurso negro é uma estética plural do Atlântico Negro atravessada por uma avaliação ética dissidente sobre as realizações da modernidade. A hermenêutica dessa estética-ética negra “possui duas dimensões relacionadas – ela é tanto uma hermenêutica da suspeita como uma hermenêutica da memória. Juntas, elas têm alimentado uma crítica redentora”²⁴.

Dessarte, com o giro historiográfico, houve um giro hermenêutico e uma mudança constante e dinâmica de se representar o passado, bem como suas localidades e a própria experiência do tempo na história. A cromonormatividade jurídica²⁵ já não dá sinais de totalidade e suas fissuras ficam expostas a cada novo ato de se inscrever capítulos salteados e formas outras de resistir que reconstroem o nosso próprio sentimento de povo e de pertencimento.

1.3. O romance histórico na reconstituição da memória da população negra

Sempre houve na historiografia o movimento de reconstituir a história por meio da Literatura. Em passos parecidos a Sociologia, também se utilizou desse subterfúgio para repensar categorias sociais. Já no Direito, esse movimento é recente, mesmo porque a manutenção do status de ciência e de técnica jurídica quase sempre pôs o Direito como uma ciência ou sistema fechado, hermético.

No entanto, com o giro historiográfico e hermenêutico, tornou-se inevitável a reinterpretção do Direito e das bases epistemológicas que o compõem. Ademais, tornou-se inevitável repensar o movimento constitucional na modernidade enquanto pretendente formador de uma comunidade constitucional aberta e democrática. Para isso, todavia, é necessário reconstituir a nossa memória enquanto povo. Matheus Gato (2020, p. 6) busca na literatura os eventos que não puderam ser ditos ou mostrados para não macular a memória social.

Não seria, então, exagero dizer que certos acontecimentos se apagaram tanto da memória coletiva de um povo que apenas a literatura os reconhece na armação do tempo histórico. São eventos esmagados pelos calendários oficiais, eventos cujas

²³ GILROY, 2012, p. 154.

²⁴ Ibidem, p. 154.

²⁵ O professor Douglas, em diálogo com Farrier, conceitua a crononormatividade como uma construção social que, à semelhança das demais, funciona como dispositivo de poder que privilegia certos modos de vida em detrimentos de outros, com a pretensa naturalização de um poder arbitrário e assimétrico que impõe a padronização de um ritmo de vida (PINHEIRO, 2020, p. 114).

fontes são imprecisas, aparentemente mais sugestivo à imaginação dos ficcionistas do que ao apuro dos historiadores e cientistas sociais em busca da verdade.

Inúmeras foram as formas de resistência na diáspora africana, sobretudo as que fogem à escrita, já que esta era um lugar intocável para a manutenção e a hierarquização do poder da branquitude. Por isso, ater-nos-emos às formas de resistência, sem usurpar a vivência do enunciador para resgatar a memória do que ou de quem se escreve.

Lélia Gonzalez já afirmava que nos recomporíamos nas entrelinhas, no decalque, no recalque, e nos atos falhos promovidos por uma consciência que se coloca como única. E estatuiu a se pensar ainda em um lugar colonizado e que muitas vezes nega as verdades sobre suas próprias memórias.

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo para nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela para tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala (GONZALEZ, 1984, p. 223).

Para retornar a cena de nós mesmos, a partir de nossas memórias, utilizaremos o romance histórico. Este permite reinterpretações do passado a partir de novos aportes teóricos sobre a realidade do presente, assim como mostra não somente a possibilidade, mas também o dever de reencontrar memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas (RICOEUR, 2003).

Nesse contexto, a literatura, não apenas pode expandir os horizontes da realidade, como também descortina, por meio do *corpus* da obra, novas formas e práticas de liberdade, de resistência, de se viver e de se reconhecer uma sociedade inscrita num período histórico.

Evandro Piza Duarte, ao estudar a história das constituições modernas, retoma os pensamentos de Ronald Dworkin para repensar a história constitucional como um romance em cadeia. Por meio da reconstrução de alguns dos vínculos históricos entre medo, lutas sociais pela liberdade, autoritarismo político e identidade nacional, o autor busca apresentar elementos

para reescrever a narrativa constitucional como “*uma história digna de ser contada*”²⁶, ou uma história que faça justiça às diversas vozes sufocadas no processo de interpretação e de transmissão dos discursos. Confira-se:

[...] o discurso jurídico não pode atribuir ao historiador a responsabilidade sobre a verdade do passado, sem questionar os pressupostos da produção dessa verdade, e sem considerar que deve assumir uma responsabilidade anterior, a de falar pelos mortos. Mortos não apenas em sentido físico, mas ausentes das narrativas oficiais que constroem a memória de um povo. Isso porque o lugar ocupado pelo povo constituinte é constituído pelas exclusões da narrativa nacional. Daí a razão pela qual **o direito como integridade pressupõe questionar as narrativas oficiais quanto a sua possibilidade de fundamentar decisões jurídicas quando essas mesmas narrativas são formadas a partir da violação dos princípios da igualdade e da liberdade** (DUARTE, 2011, p. 365 – Grifos adotados).

A ideia de direito como integridade parece ser a mais alinhada aos ideários de um paradigma de estado constitucional e democrático, por promover uma reatualização dos direitos fundamentais a partir da historicização. Nesse sentido, utiliza-se da ampliação dos conceitos de liberdade e igualdade, levando em conta os silêncios e os apagamentos do nosso passado histórico, a despeito das práticas de resistência e lutas por efetivação de direitos:

Nesse contexto, sugere-se que a retórica da “impossibilidade da memória” deve ser superada por interpretação constitucional que reconhece o pluralismo da Constituição como proposta de releitura dos direitos fundamentais, admitindo passado de uma sociedade moldada a partir da escravidão, do colonialismo e do racismo, e um presente de exclusões deles decorrentes (DUARTE, SCOTTI, CARVALHO, 2015).

Em diálogo com esses autores, Queiroz pensa na função e na finalidade da hermenêutica jurídica para que se faça justiça ao passado que tivemos, o qual está sempre presente. Por uma história constitucional tecida a partir da integralidade do direito, das ausências dos povos que haviam e que não foram consultados nos momentos de decisões coletivas. Apenas dessa forma haverá uma hermenêutica como ato reconstrutivo coletivo:

A hermenêutica jurídica deveria ser pensada como um livro escrito de maneira coletiva. Feito a várias mãos, o autor seguinte deveria ter responsabilidade de ler as páginas precedentes e de dar a elas a melhor continuação possível. “Uma continuidade que faça honra ao já escrito e prepare caminho para o próximo participante”.²⁷ Assim, a interpretação também deveria ser realizada prestando atenção ao que já foi feito antes, estabelecendo um fio condutor com a história jurídica existente. Da mesma forma, ela deveria levar em consideração que essa mesma história irá continuar por muito tempo. Portanto, o ato hermenêutico é um ato reconstrutivo coletivo que olha

²⁶ DWORKIN, 1999, p. 271-331.

²⁷ GARGARELLA, 2015, p. 10-11.

para o futuro, demandando a consciência dos seus limites e exigências (QUEIROZ, 2022, p. 464).

A reconstrução coletiva do passado perpassa a investigação de lugares em que houve interdições de pessoas negras, como na possibilidade da escrita e ainda mais na produção de um romance. Já que neste caso é escrever para uma coletividade interditada e escancarar a violência ou selvageria da interdição. Acerca do assunto, Toni Morrison (2001, p. 407) afirma que “*o romance é uma forma necessária para o povo negro*”:

Minha percepção do romance é que ele sempre funcionou para a classe ou grupo que o escrevia. A história do romance como forma começou quando houve uma nova classe, uma classe média, para lê-lo; era uma forma de arte de que necessitavam. (...) Durante muito tempo, a forma de arte purificadora para o povo negro foi a música. Essa música não é mais exclusivamente nossa; não possuímos direitos exclusivos sobre ela. Outros povos a cantam e tocam, por toda parte ela é o modo da música contemporânea. Portanto, outra forma precisa tomar o seu lugar, e a mim me parece que o romance é necessário... agora de um modo que não era necessário antes.

Afastando-se de um absolutismo étnico e da essencialização de grupos historicamente vulnerabilizados, a utilização de formas estéticas que promovem a reapropriação de identidades e narrativas sobre um povo é necessária para o não esquecimento e o não apagamento da memória deste povo. Trata-se do emprego de ferramentas da arte para arrancar vida da morte e impedir a perpetuação da interrupção:

O entendimento de que formas estéticas portam funções históricas e articulam devires estratégicos paira sob o gênero desde muito tempo, atrelado à história da ascensão da classe e do estabelecimento do mundo burguês. Partindo disso, Morrison reclama o romance como tecnologia particularmente necessária àqueles cujos discursos e arquivos da memória sofreram e sofrem apagamentos sistemáticos, e que ainda agora seguem lutando para existir contra os racismos presentes e as políticas de morte, ativas e funcionando na busca de eliminação não apenas do corpo do sujeito negro, mas também do seu pensamento, do seu imaginário.

No Brasil, pensar o gênero romance articulado à autoria negra é necessário e urgente. Necessário, porque aqui o sujeito negro ainda disputa para ter o direito de contar as próprias histórias e não estar aprisionado à condição de ser objeto da história; disputa para articular, no discurso, a continuidade histórica de experiências fragmentadas e problematizar a manutenção de um sistema imaginário durável eurocêntrico; disputa pelo espaço de narrar as histórias comuns e partilhadas, as histórias íntimas, particulares e anônimas, bem como as nacionais, as globais, as canônicas (MIRANDA, 2019, p. 38).

O romance, então, é redescoberto como uma arma de recolher e de espelhar vivências entrecortadas, incitando o espírito de comunidade nas coletividades leitoras que se reconhecem nessas vivências. Além disso, é o gênero para se problematizar teses perenes a respeito de fenômenos sociais, como a inevitabilidade do passado e a força do sistema imaginário durável

eurocêntrico, que se pretende atemporal e universal. Ficcionalizá-los é uma forma de mostrar a deformação das suas próprias fantasias, que entram com status de teoria científica.

Discorrendo sobre o porquê o romance foi vitorioso, Antônio Candido afirma que sua potência não está nem na *“transfiguração da realidade”* operada pela poesia nem na *“realidade constatada”* da ciência, mas sim na *“realidade elaborada por um processo mental que guarda intacta a sua verossimilhança externa, fecundando-a interiormente por um fermento de fantasia, que a situa além do quotidiano em concorrência com a vida”* (CANDIDO, 2006, p. 109).

O romance vence, portanto, quando esses elementos aparecem em equilíbrio e aquele se mantém fiel *“à vocação de elaborar conscientemente uma realidade humana, que extrai da observação direta, para com ela construir um sistema imaginário e mais durável”* (CANDIDO, 2006, p. 109). Ainda sobre o tema:

O romance dialoga com a manutenção da estrutura de longa duração que atesta a permanência da hierarquia como força dominante nas relações entre personagens, restaurando a cena senhorial no poder. Justamente porque o romance é uma forma que pode elaborar conscientemente a realidade e construir um sistema imaginário durável, é fundamental compreender as dinâmicas que falam no romance brasileiro (MIRANDA, 2019, p. 39).

Com essa característica intrínseca a esse gênero, podemos reformular as narrativas de totalidades e perenidades construídas no empreendimento colonial, desestabilizando os elementos clássicos do Direito e da teoria do Estado. Esse fenômeno elabora conscientemente novas realidades imaginadas – possíveis de terem sido vividas, já que a ficção também organiza e estrutura as experiências perdidas –, a partir de práticas de resistência. Ao abordar o assunto, Fernanda Miranda assevera que:

Para Benjamin, o romance e a informação jornalística se tornam formas narrativas predominantes no instante em que a experiência coletiva se perde e não há mais uma tradição comum (BENJAMIN, 1995, p. 295). Disputa a narrativa de imaginação da nação. Disputa a narrativa da memória que seleciona o passado a ser lembrado, impondo-se ao arquivo pretérito que apaga o negro ou o mantém escravo. Disputa a História oficial enquanto projeção das elites dominantes, inscrevendo as temporalidades da experiência negra na narração da nação (MIRANDA, p. 40, 2019).

Ademais, em diálogo com os pensamentos de Bakhtin, Fernanda Miranda afirma que *“a característica essencial da linguagem romanesca é que ela é um modo e uma intensidade de relação entre visões de mundo”* (MIRANDA, 2019, p. 102). Consequentemente, na linguagem do romance, *“o outro, da mesma forma que eu, é também sujeito, está vivo e respira;*

falar do outro é, necessariamente, dar voz ao outro; e, mais que isso, a forma está inextricavelmente ligada ao outro, e só pode ser completamente definida por ele, numa via de mão dupla” (TEZZA, 2005, p. 216).

Essa relação com a alteridade, vista no romance, além de fundamentar a subjetividade, permite-nos analisar a relação do “eu” com o outro, e de onde esses lugares são anunciados. Sob essa perspectiva:

O excedente da minha visão contém em germe a forma acabada do outro, cujo desabrochar requer que eu lhe complete o horizonte sem lhe tirar a originalidade. Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, contemplar seu horizonte com tudo que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente da minha visão, de meu saber, do meu desejo e de meu sentimento (BAKHTIN, 1992, p. 45).

Bakhtin (1988, p. 73) entendeu o romance como um gênero particular, cuja especificidade se encontra no fato de que, *“tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal”*:

Introduzido no romance, o plurilinguismo é submetido a uma elaboração literária. Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição socioideológica do autor no seio dos diferentes discursos da sua época (BAKHTIN, 1988, p. 106).

A ideia bakhtiniana de romance como pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal nos faz analisar o *corpus* em várias dimensões, assim como adaptar ou recriar narrativas que melhor se adequem ou traduzam a realidade que está sendo analisada. Os estilos de cada autor e suas vozes ou silêncios passam pelos lugares políticos dos quais se fala, o que faz toda diferença quando se analisa uma narrativa.

A experiência histórica negra elaborada nos romances abre a possibilidade, via ficção, de uma comunidade de sentidos partilhados. A inscrição dessa comunidade, através da narrativa, dá acesso a um conteúdo de experiência que confronta diretamente a representação do negro conforme o texto nacional canônico, fraturando certos signos da nação enquanto “comunidade imaginada”. Dessa forma, não apenas os romances permitem imaginar instantes da vida em movimento, mas também respondem às urgências da História como fluxo narrativo vivo e aberto, reconfigurando seus apagamentos e esquecimentos (MIRANDA, 2019, p. 43).

Com efeito, o romance é um gênero historicamente ligado à enunciação da comunidade nacional imaginada, pois, em termos amplos, romance e nação se conectam. Assim entendeu Benedict Anderson (2008, p. 13), para quem o romance e o jornal proporcionaram os meios técnicos ideais para *“representar o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação. [...] É por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada”*.

Se *“o romance é o mundo moderno”*, como entendeu Claudio Magris (2009, p. 1016), no Brasil esse mundo refletiu a imagem colonial que o constituía. O início da produção de romances escritos no Brasil foi posterior à ruptura oficial do território com a condição de colônia²⁸ e esteve intimamente ligado à construção tanto da identidade nacional quanto da elite letrada que a formulava (MIRANDA, 2019, p. 44).

Nos períodos de transição de regime político ou de historicidade, quando há um espaço aberto para novas reformulações e deliberações políticas, há a possibilidade de reconstrução dos elementos do Estado, da ideia de povo e das instituições que estruturam a sociedade.

Nesse sentido, para Aleida Assmann, a memória pode ser um agente poderoso de transformação. As memórias coletivas são dinâmicas e podem ser um veículo para importantes transformações políticas. A dimensão temporal ingressa nesse domínio, a partir das seguintes características da memória: plasticidade, mediação e heterogeneidade (PAIXÃO, 2020, p. 25).

A plasticidade dá à memória, que se constitui como *“desordem de possibilidades indefinidas”* (Paixão, 2020, p. 26) a chave de escolha entre rememoração e esquecimento, combinando novas e velhas informações, podendo, assim, ressignificar os efeitos e sentidos do passado. Isso também torna-se possível pela mediação que a memória estabelece com o passado por meio de representações, as quais *“envolvem seleção, reorganização, redescritção e simplificação, bem como a inclusão ou exclusão de informação”*²⁹.

Já na qualidade de serem heterogêneas, as memórias podem ser descritas como camadas de *“textos que se sobrepõem, se combinam, se resgatam e eventualmente se ressignificam”* (BORGES, 2004, p. 448). Assim, a escolha seletiva por determinada memória não exclui

²⁸ Um sistema de escrita apenas se desenvolveu no Brasil quando a colônia se tornou centro – e, com o centro, veio a imprensa. De fato, a impressão e a publicação de textos somente teve início, em âmbito nacional, a partir de 1808, após Portugal ser invadido pelas tropas napoleônicas, o que desencadeou a fuga da família real para o Brasil e a consequente instalação da capital do Império português no Rio de Janeiro. Assim, diferentemente do que acontecia em outros territórios coloniais no mesmo período, toda e qualquer atividade de imprensa, como a publicação de jornais, panfletos e livros, ficou proibida no Brasil até esse momento. A chegada da corte portuguesa implicou na instalação das primeiras instituições científicas, como a Imprensa Régia, o Museu Real, o Horto, a Biblioteca – importantes centros de produção e de reprodução da sua cultura e memória (SCHWARCZ, 2005, p. 24).

²⁹ ASSMAN, 2011, p. 3-4.

diretamente nem apaga completamente outras que existem de forma paralelas ou concorrentes, as quais sempre poderão inspirar movimentos de resistência e de mudança (PAIXÃO, 2020, p. 26).

Essas memórias são as que nos interessam: as que deliberadamente tentaram apagar na construção das narrativas oficiais do povo territorializado num Estado-Nação, as narrativas que estão à margem do Estado ou espalhadas pelo Atlântico Negro.

Reposicionar tais narrativas altera o imaginário social sobre o povo negro. Reconfigurar a memória da escravidão significa golpear as constantes atualizações do racismo cotidiano.

Grada Kilomba, em *“Memórias da Plantação”*, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação do passado colonial, mas também como uma realidade traumática, agonizante, em que o sujeito negro é colocado no passado escravista não como escravo, mas como negro submetido a uma hierarquia subjetiva, em que o passado se impõe sobre o presente. Na realidade, como lembrou Faulkner, *“O passado não morreu; ele sequer é passado”* (PAIXÃO, 2020, p. 25). Indo além:

Essa reelaboração de memórias se torna possível por meio da forma como os romances de autoria negra trabalham o tempo, articulando as temporalidades em um tropo narrativo de espiral-plantation: uma forma perceptível de problematizar a passagem do tempo filtrando aquilo que fica no espaço³⁰, que permanece como vestígios de ruínas que resistem, e que emerge à superfície do presente por meio da memória, à contrapelo do esquecimento. E, junto ao tempo, pela maneira como trabalham a experiência – filtrada por meio do lócus de quem enuncia. (MIRANDA, p. 49, 2019).

Portanto, analisaremos um romance publicado em 1915: *“Vencidos e Degenerados”*, de Nascimento Moraes, jornalista, literato e professor do Liceu maranhense, que escreveu com base em São Luís do Maranhão. Tentaremos repensar os conceitos intrínsecos ao próprio gênero romanescos e os que vêm no conteúdo da narrativa construída, que neste caso é o pós-abolição no norte agrário. Ademais, serão consideradas quais forças econômicas e políticas estruturaram os direitos políticos e civis dos novos cidadãos, e se há uma possibilidade de se repensar ou de se pensar na história da nação a partir de uma região em decadência no norte do país.

³⁰ A espiral-plantation funciona no corpus como o cronotopo bakhtiniano: *“No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico”*. (BAKHTIN, 1988, p. 211).

CAPÍTULO 2. O PÓS-ABOLIÇÃO COMO CATÁSTROFE/PROBLEMA HISTÓRICO (NORTE AGRÁRIO)

Pensar no pós-abolição como catástrofe é entender a dificuldade de representá-lo, já que o trauma inerente a esse processo cria um problema estético de forma. Como então recepcioná-lo, na tentativa de escancarar a face gradual e sistematicamente violenta que foi se institucionalizando na sociedade com o fim da escravidão?

Por isso somos levados a pensar no pós-abolição como um problema histórico na crise do tempo. Nesse regime de historicidade, percebe-se o esfacelamento das articulações da periodicidade clássica; de presente, passado e futuro, para a manutenção de permanências, que embora metamorfoseadas, continuam sob o julgo genocida do mesmo espectro ou matriz colonial:

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro.

[...] O tempo histórico, se seguirmos Reinhart Koselleck, é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte da expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados. É essa tensão que regime de historicidade propõe-se a esclarecer. (Hartog, 2015, p. 37-39).

Observar, então, a diferente temporalidade na qual se inscrevem as experiências das comunidades negras nos ajuda a visualizar melhor a plenitude dos fenômenos sociais que as atravessaram na diáspora, constituindo, pois, as suas memórias. Acerca do assunto:

Koselleck ao propor um novo conceito metafórico para o tempo histórico, diferenciou eventos lineares de circulares, admitiu a repetibilidade de alguns acontecimentos e preferiu usar o termo estratos de tempo superpostos – com distintas origens, durações e velocidades – que impedem tanto a ficção de um único contemporâneo ou uma única modernidade, quanto a rígida delimitação das dimensões temporais de passado, presente e futuro (PINHEIRO, 2019, p. 212).

Assim, aquilo que na linguagem cotidiana podemos definir como longo, médio e curto prazos exige uma complexa teoria dos tempos históricos. A proposta de diferentes estratos do tempo permite tratar de diferentes velocidades de mudança sem cair na falsa alternativa entre decursos temporais lineares ou circulares. (KOSELLECK, 2014, p. 25).

A metáfora de estratos de tempo é boa, pois considera os estratos como camadas geológicas de rochas. Nessa perspectiva, o historiador tenta simultaneamente mostrar que há

uma singularidade em um acontecimento histórico, que não se repete, mas influencia a outra camada de tempo posterior.

A experiência do tempo em períodos de crise, instabilidade, transição, em que supostamente novos paradigmas estão sendo formulados, interessa ao presente estudo. Como afirma Meccarelli (2020, p. 60), *“um aspecto relevante da condição transicional também pode ser encontrado no processo de implementação do espaço dos direitos no espaço jurídico pós-colonial, em que ocorre uma reelaboração e continuidade de estruturas sociais e políticas do passado”*. Além disso:

Assumem um valor analítico os pares conceituais que enfatizam o contraste entre perspectivas comensuráveis do fator tempo, capazes de relacionar pontos de vista não homogêneos deste fator, tais como continuidade-modernidade, tradição-mudança, transição-crise, transição-emergência; transição-construção; transição-circulação; transformação-exceção, etc. (MECCARELLI, 2020, p. 60).

Nesse sentido, o período de transição do Império para a República pode ser observado como um regime de historicidade, em que há a crise do tempo, quando perde-se a articulação entre passado e presente. Isso se torna evidente no que tange às expectativas de direitos civis e políticos para as pessoas negras e à frustração da permanência das engrenagens sociais imersas ainda na matriz colonial de poder.

Para melhor tatear esse regime de historicidade, o período transacional nos permite enxergar vários oximoros, pares de opostos, que servem de análise do campo jurídico-social. Em retorno a décadas antes, nos principais eventos que marcaram e permitiram determinados arranjos políticos, que estruturaram a sociedade maranhense no período da abolição da escravidão, temos o seguinte poema:

I. Entre ouro e ruínas: o mito da Athenas brasileira.

Perante o teu martyrio
Tão grandes, fundos penas,
Como enxugar-te as lágrimas,
Oh, brasileira Athenas?
Outr’ora tantos cânticos,
E hymnos festivaes!
Fundou o coro harmônico,
Elle mudou-se em ais!

Perante a dor tão vivida
Que agora te atribula,
Todo consolo é ephemero,
Toda esperança é nulla!
Carpe convulsa e tremula
A tua viuvez,
Pois hoje está paupérrima

Quem Deus tão grande fez!

O berço feracíssimo,
De tantos gênios, rico:
De João Lisboa másculo
De Souza, de Odorico

Do sábio mathematico,
Do Homero portuguez.
Do passador vernáculo
Irmãos na fama os três!
(O MALHO, 1880, p. 96)

Quando eu era criança e adolescente, até os dezesseis anos incompletos, morei e estudei em São Luís do Maranhão e cresci ouvindo sobre a fama que essa ilha possuía e que ainda gozava de alguma honraria. Berço de grandes poetas, filósofos, filólogos, literatos, homens de letras, em geral, terra do primor pelo colóquio da língua portuguesa, do vernáculo bem martelado, do cuidado e do zelo pela conjugação verbal.

Lembro-me das arguições de conjugação promovidas pelas professoras de gramática e de um vocativo comum que meus tios usavam: “*Oh, Ilustre!*”. As toadas de bumba-meu-boi frequentemente trazem o cognome “*Atenas brasileira*” para se referir à cidade de São Luís. No limite da minha consciência ou no exercício da dupla consciência de Dubois, eu sentia orgulho de ter nascido na “*Atenas brasileira*”.

Qual a correlação de forças fez surgir este epíteto e permitiu sua perpetuação e permanência no imaginário social ludovicense, sendo Athenas brasileira um elemento constituinte da identidade da população maranhense, ou pelo menos de parte dela, e como essa construção discursiva se relaciona com a construção da identidade nacional? Essa é a pergunta central do presente tópico.

Atenas brasileira é o mito fundacional do Maranhão, que começou a ser erigido no Império. A bem da verdade, não há consenso na historiografia maranhense sobre o período mais exato. Aqueles com a perspectiva mais tradicionalista relacionarão como efeito dos tempos “*áureos*” da agroexportação do algodão e do arroz pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), na segunda metade do século XVIII. Já a historiografia mais revisionista, coloca esse mito como uma reação direta da elite agrária à insurreição popular da Balaiada ou Guerra dos Bem-te-vis (1838-1841). De todo modo, é certo que a periodização da produção intelectual do que ficou conhecido como o Grupo Maranhense gira entorno de 1832 a 1868:

No que tange à cronologia do ponto de partida para que se iniciasse a atuação desses intelectuais e se construísse a Atenas, tomando-se o parâmetro de grupo, existem várias opiniões que, muitas vezes, são divergentes. Por exemplo, Veríssimo (1963, p. 88) afirma que “a bela progénie de jornalistas, poetas, historiadores, críticos, eruditos, sabedores” apareceu desde o momento da Independência até os anos de 1860, “isto é, durante cerca de quarenta anos ilustraram o Maranhão e lhe merecera, a alcunha gloriosa de Atenas brasileira” (Idem, Ibidem, p. 1963). Por sua vez, Meireles (1960, p. 291) aponta que “o Grupo Maranhense abrange, no tempo, o ciclo que vai de 1832 a 1868 e corresponde assim, no campo econômico, ao Ciclo do Algodão”. E, em um estudo mais recente, Borralho (2010, p. 118), apesar de seguir a cronologia mais recorrente (1832-1868) para efervescência do grupo, propõe que “A ideia de Athenas havia sido forjada na década de quarenta”³¹, após a derrota da Balaiada, quando os grupos dominantes maranhenses se firmaram como setores que iriam comandar a política local no decorrer do oitocentos e lançariam os traços de civilidade e de sociabilidade que eram seus constituintes. Seja qual for a perspectiva adotada e os mecanismos analíticos para que cada autor chegue a um período específico em relação à Atenas, a trajetória dos letrados que fizeram parte do panteão maranhense cristalizou-se de tal forma no imaginário social, que, geralmente, é retomada como símbolo de elevação cultural e paradigma de uma produção que, de tão singular, perpetuou-se no tempo (PEREIRA, 2018, p. 88).

Para tentar entender o solo fértil das ilusões da elite branca maranhense, um poder racialmente enraizado no privilégio provinciano e sistematicamente organizado no colonialismo, é preciso perceber as possibilidades estruturais que permitiram a concretização do delírio ou a fermentação fantasiosa da brasileira Athenas. A historiografia maranhense narra um suposto nativismo lusitano cultivado desde os tempos de colônia, com a rígida estratificação das classes e raças da sociedade provincial, pelos filhos do Reino e seus descendentes diretos:

[...] os segmentos mais proeminentes da sociedade maranhense colonial passaram, a partir de então, a aspirar a uma unidade política com a Metrópole, com o “ser lusitano”. Um fator que, com efeito, contribuiu para aumentar ainda mais esses vínculos reforçando o lusitanismo maranhense, é o critério do espaço de nascimento nas relações sociais e na divisão social do trabalho [...]. Ser filho do Reino ou ser filho da Colônia, ainda que português, criou uma estratificação ortodoxa - ser nascido na América ou na Europa -, em que os naturais da Colônia, inclusive os descendentes diretos de portugueses, estavam automaticamente excluídos dos empregos, encargos, prebendas e sinecuras mais destacados, mormente no que diz respeito à condução e organização da administração colonial. Portanto, os privilégios concedidos aos naturais da Metrópole criaram divisões profundas até nos círculos dominantes da sociedade maranhense, como reflexo da organização social brasileira, dando origem a tensões que, de um modo ou de outro, estavam implícita ou explicitamente patentes. (LEÃO, 2013, p. 289).

O período colonial foi marcado por uma forte imobilidade social e foi intensificado pela indissolúvel distinção racial escravocrata. O Lusitanismo maranhense nasce, então, nas

³¹ Além da colocação de que a “ideia de Athenas foi forjada na década de quarenta”, Borralho (2010, p. 46) afirma que a “expressão Athenas Brasileira aparece recorrentemente na segunda metade e mais vivamente em fins do século XIX”.

entranhas de uma sociedade colonial, patriarcal e aristocrática. Endereçado a um grupo específico da sociedade, o qual se ambienta na performance da cultura e da sociabilidade dos colonizadores europeus, mas precisamente portugueses, quando os filhos da aristocracia rural maranhense vão estudar nos grandes centros intelectuais da Europa:

Outro fator importante quanto à divisão social apresentada concerne ao desenvolvimento de uma cultura letrada por parte das classes privilegiadas, possibilitado a partir da então ascendente economia. Nesse sentido, os “filhos do Reino”, que dominavam o comércio e os empregos públicos, e os “bem-nascidos da terra”, os quais se concentravam nas atividades da lavoura, tiveram como umas das marcas distintivas a possibilidade de investir na educação de seus filhos seguindo uma tendência da época: enviá-los para estudar na Metrópole, “sobretudo a fim de formar os primeiros em bacharéis na Universidade de Coimbra, especialmente em Ciências Jurídicas” (LEÃO, 2013, p. 287). Com essa formação ou de outras congêneres, esperavam as classes abastadas a manutenção da família no rol das melhores ocupações, “como a política, a magistratura, a administração provincial” (Idem, Ibidem, p. 288). A aquisição do saber por parte dos maranhenses que possuíam o grau de bacharel e de formação superior em Coimbra foi vista por Leão (2013, p. 288) como **“um dos agentes sociais da transculturação e da importação cultural”** do modo de ser dos lusos, uma vez que se difundiram “costumes, valores, modismos, atitudes e comportamentos europeus” deles (PEREIRA, 2018, p 63).

A transculturação e a importação cultural são um eufemismo barato, para ser sutil, ao vilipêndio físico, ao extermínio cultural e ao genocídio de povos africanos e indígenas; que a urbe colonial incorrera para ficar macaqueando com ares e fumos de superioridade a gramática social colonizadora. Impressionante como muitos historiadores contemporâneos maranhenses, no afã de blindar o cânone local, utilizam figuras de linguagens para encobrir o racismo e manter a fantasiosa história oficial intacta:

Dessa forma, o período áureo do lusitanismo maranhense - iniciado com a reforma econômica de Marquês de Pombal - foi vivido a partir da internalização da cultura e da identidade dos colonizadores, que passaram a ser aspectos distintivos em relação ao restante do Brasil, fato que, como afirma Leão (2013, p. 343) “mais tarde refletiu em separação política, uma vez que o domínio português na região [...] começou por ali fundar uma possessão diretamente ligada à Lisboa, o Estado autônomo do Maranhão” (PEREIRA, 2018, p. 64).

Os perigos de se narrar uma monovisão da história e de ter a história oficial inscrita somente nos grandes eventos sociais europeus são as conclusões, geralmente engajadas na manutenção do cânone e do clássico, o que na modernidade está associado a uma manutenção ou à estabilização ideológica do supremacismo racial branco, de conteúdo europeizante. Borralho (2010, p. 14), em diálogo com Bernal sobre os sentidos do clássico nesta modernidade, afirma:

O livro bombástico do historiador Martin Bernal: *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, publicado em 1987. Novolume 01, que trata da expansão da cultura européia para outros continentes, a partir de movimentos como as Revoluções Industrial e Francesa, período abordado por ele entre 1785- 1850, o autor questiona o que é clássico numa civilização. A bem da verdade, por que uma civilização se torna clássica? Sem mencionar argumentos de autores como, por exemplo, ÍtaloCalvino na sua obra *Por que ler um clássico* (1993), Bernal direciona seu olhar sobre o caráter racista, de fundo ariano, acerca das circunstâncias que teriam levado a Grécia a ser exemplo, modelo, referência, pilar da constituição do mundo ocidental, e como o silêncio acerca das culturas afro-asiáticas foi uma opção consciente e meticulosa enquanto estratégia para a fomentação da superioridade racial sobre as demais civilizações.

Dessa forma, a depender do ângulo que se mobiliza a visão, o chamado período áureo maranhense (segunda metade do século XVIII) foi também o auge da política colonialista, incrustada no mercantilismo, recrudescida pelo Marquês de Pombal. Enquanto se aumentava a agroexportação na plantation, também se aumentou o número de pessoas escravizadas e, conseqüentemente, o genocídio de vários povos na diáspora forçada:

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior [...] data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo em quantidade insignificante até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transforma-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânicas. Deveu-se isto em particular à Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. É esta companhia que fornecerá créditos, escravos, ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a delinear. A Companhia não colherá frutos melhores do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançaram na empresa com recursos de gente e capitais muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos num momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 82).

O principal sucesso da política econômica de Marquês de Pombal, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, foi garantir a exclusividade na exploração e na exportação da matéria-prima. Ou seja, estabeleceu-se para essa Companhia de Comércio o monopólio da exploração e da comercialização da monocultura de exportação, explorando o tráfico de escravos africanos, devido à proibição da escravização dos povos indígenas nesta província; fornecendo crédito cambial, ferramentas e estrutura material para o cultivo à classe senhorial.

Ademais, foi nesse período que a província do Maranhão atingiu seus maiores índices econômicos com a exportação do arroz e do algodão, ganhando relevo no cenário nacional, em que pese toda ferocidade dessa política mercantilista:

O quadro de estabilidade econômica era, pois, uma realidade no Estado do Grão-Pará e Maranhão: organizaram-se os gêneros cultivados, consolidou-se um circuito de produção e exportação, expandiram-se os meios de transporte, enraizou-se ainda mais firmemente o uso da mão de obra escrava. Tudo isso esteve associado à necessária ligação das cidades maranhenses para que o arranjo econômico estabelecido pela companhia pudesse ser realizado. Dessa forma, as áreas que participaram ativamente no plantio e escoamento das produções foram as mesmas a apresentarem o reflexo material da Idade de Ouro: a cidade de São Luís, a vila de Alcântara, a Ribeira do Itapecuru, o Arraial das Aldeias Altas (Caxias), partindo-se, portanto, dos núcleos urbanos em direção ao interior - um dos grandes efeitos produzidos, já que adentrar o território mostrou-se por largo período um empecilho durante o Período Colonial. (PEREIRA, 2018, p. 43).

Os rendimentos da agroexportação nas lavouras da plantation promoveram uma maior interiorização, fato que, posteriormente, concorreria para um antagonismo entre a parte setentrional do interior maranhense e o litoral, ensejando muitos conflitos como a Balaia. Até os dias atuais, observa-se muito essa discrepância entre o sertão maranhense, historicamente negligenciado, e a parte do litoral maranhense. Não por acaso, nas últimas eleições estaduais para o governo do estado, em 2022, o refrão do “*jingle*” do então candidato Josimar de Maranhãozinho (da região de Maranhãozinho) era: “*O meu governador vem do interior*”.

A ilha do Maranhão sempre foi mais beneficiada pelos ainda que poucos rendimentos da produção da plantation na província. Não por acaso, São Luís tentou ser uma Lisboa tropical, atrelado ao sentimento colonial da nobreza rural e da pulsante classe dos funcionários públicos, dos prósperos comerciantes. Ou seja, de uma burguesia urbana crescente, que se sentia cada vez mais próxima culturalmente da metrópole. Nesse intuito, ocorreu na dita idade do ouro uma verdadeira reforma do centro de São Luís, a fim de espelhar a arquitetura e conformar a sociabilidade lisboeta:

São Luís- no conjunto de mudanças ocorridas - destacou-se pelo processo de expansão proporcionada durante o período pombalino e, sendo anos atrás um território relegado à miséria e ao esquecimento metropolitano, deixou de ser apenas uma “cidade de conquista” (LEÃO, 2013, p. 286), um centro militar e administrativo, para impor-se como uma “cidade comercial” (Idem, ibidem, p. 286), que, além da importância obtida através das atividades portuárias, apresentou um considerável aumento em sua população e “passou a contemplar também unidades fabris (fábricas de beneficiamento de arroz, de descaroçar algodão, de sola e pólvora) e um bairro comercial, por excelência, consolidou-se: a Praia Grande” (BORRALHO, 2011, p. 48). A paisagem central da cidade mostrava-se a mais opulenta, os brancos que moravam nos casarões da área, enriquecendo através do comércio, faziam reluzir as pedras de cantaria importadas da Europa. Sendo considerada “a quarta cidade entre as

idades brasileiras” (atrás apenas do Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife), São Luís (e sua elite) era o símbolo de uma cidade abastada (PEREIRA, 2018, p. 48).

Assim, no início do século XIX, com a dita opulência que grassava os potentados da província, com um planejamento discursivo e um aparelhamento burocrático, fortaleceu o lusitanismo maranhense. Evidencia-se que a maior proximidade em extensão geográfica com a metrópole e o consequente desligamento administrativo com o restante das províncias possibilitaram a emergente burguesia urbana ludovicense – que detinha o poder temporal simbólico e uma relativa estreita relação com a metrópole – não aderir de imediato a independência do Brasil. A adesão do Maranhão à independência do Brasil tornou-se feriado estadual, no dia 28 de julho de 1823:

Com efeito, somente em 28 de julho de 1823 se deu a adesão do Maranhão ao Brasil independente, ante a forte resistência da população portuguesa em São Luís. Uma razão, entre várias outras, para a sociedade maranhense não se incorporar no primeiro momento à emancipação política do Brasil é o fato de que o Maranhão passou a maior parte de sua existência histórica, entre 1621 e 1808, desligado administrativamente do Brasil, sendo integrado somente após a chegada da Família Real no Rio de Janeiro e, portanto, perdendo os privilégios com o contato direto que manteve com a corte portuguesa em Lisboa. Com o fim do Estado Colonial do Grão-Pará e Maranhão, os maranhenses e sua sociedade saem da condição de centro colonial para a de periferia da Colônia, o que decerto trouxe ressentimentos, com a queda do habitus local. Ligado ao Brasil somente durante quatorze anos após 1808, com a proclamação da Independência brasileira não houve, com este quadro histórico, nenhuma comoção nos segmentos sociais dominantes do Maranhão. Não interessava aos maranhenses a condição de periferia da periferia. (LEÃO, 2013, p. 294).

O período de fausto para a elite econômica maranhense, e a disseminação da performance de superioridade branca portuguesa mediada pelo processo genocida escravocrata, permitiram a ida dos filhos dessa elite para estudar em Lisboa, onde aprenderiam as ciências jurídicas, sociais, filosofia, filologia, ciências da natureza etc., com o intuito de voltar ao Maranhão e ao Brasil para capitanear, nos altos cargos, os princípios civilizatórios do recém criado Estado-Nação e a melhor articulação da própria identidade regional e nacional. Esses intelectuais maranhenses são a pedra de toque ou a última falange que articula a simbiose entre o nacional e o regional, em uma perspectiva colonizatória. Como diz o historiador Martins (2006, p. 89) “*essa elite de intelectuais foi cultivada na estufa da escravidão*”. Nesse cenário:

Havia um casamento, sem divórcio, de senhores de intelectuais na sociedade maranhense, quando em primeiro grau a ideologia Greco- timbirenses³². Da

³² Tribo indígena existente no Maranhão. Gonçalves Dias ecoou os gritos deste grupo em poemas como “Os Tymbiras” e em outros cantos, em sua fase indianista, daí passou a ser uma antonomásia (BORRALHO, 2010, p. 35).

funcionalidade recíproca, de senhores e de intelectuais, resultavam, no mínimo, a organização do trabalho e a consciência oficial, subestruturas essenciais da totalidade da estrutura social. Houve, portanto, um Grupo Maranhense dos magnatas da agricultura, da pecuária e do comércio, escondido pelo brilho literário e pela função científica, com os quais tem uma profunda e íntima relação de entrelaçamento. Os intelectuais do Grupo Maranhense cumpriram, sem nenhuma linearidade cartesiana, uma funcionalidade aristocrática. Interessa observar-se, nada obstante, que muitos conseguiram transcender o imediato histórico, contribuindo, sob perspectiva criadora, na elaboração do programa do que poderia/deveria ser uma consciência comunitária do concreto específico brasileiro, correspondente ao emergente Estado-Nacional (CORREIA, 2017, p. 152).

O Grupo Maranhense (1832-1866), como entrou para a história, foi composto por cinco figuras centrais, o que Borralho chama de “*Pentarquia maranhense de quatro notáveis*”, já que o último que será citado foi maior nas ciências exatas, quais sejam: Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Joaquim Gomes de Souza.

Embora todos esses e mais muitos outros compuseram uma geração de estudiosos da língua portuguesa, inserido-lhes na manutenção do neo-classicismo português antes da independência, foi na consolidação do romantismo de Gonçalves Dias que exsurgiu uma ornamentação literária sobre a identidade nacional. Portanto, nosso enfoque, nesse ponto, será neste poeta. Todavia, antes, convém tecer esclarecimentos sobre a sedimentação e a irradiação do epíteto Atenas Brasileira no imaginário social maranhense:

Os maranhenses e aqueles que participaram da ereção do epíteto da Atenas Brasileira têm em comum com os forjadores da civilização ocidental o caráter racista e preconceituoso, pois tal como na Grécia Clássica, escravista, em que culturas como as afro-asiáticas tiveram papel predominante na sua formação e ainda assim foram sistematicamente negligenciadas, no Maranhão, imerso na escravidão, a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras “geniais”, privilegiou aspectos europeizantes em detrimento dos africanos e indígenas. Esta escolha foi consciente (BORRALHO, 2010, p.16).

(...) A indicação de que a Atenas foi a forma como os maranhenses participaram do jogo da construção identitária nacional sem que necessariamente a herança cultural de Portugal fosse relegada. Nesse âmbito, no difuso processo de construção do que era ser brasileiro em terras maranhenses, o passado lusitano foi rechaçado quando interessou a comerciantes, funcionários públicos e demais setores eliminarem suas dívidas, ocuparem cargos e disputarem espaços de poder, para depois ser recomposto enquanto simbolização dos ícones de uma grande nação, incluindo as características que poderiam fazer do Brasil páreo ante as nações vizinhas do continente. Ou seja, a educação coimbrã, os estudos causídicos da formação jurídica, a constituição lingüística portuguesa, a religião católica, a economia mercantil, haviam constituído bases para a estruturação de uma nação que por suas condições, já nascera gigante pela própria natureza. Portanto, a recomposição não é resgate, é transfiguração, adaptação, remodelação, reestruturação, ressignificação do que interessava, quando interessava e para quem interessava (BORRALHO, 2010, p. 18).

Os autores supracitados entraram para história do Brasil como o grupo de notáveis, de gênios. Inclusive, muitos foram tradutores de obras clássicas da literatura universal, ou melhor,

da literatura europeia, greco-romana, estandarte máximo de “civilização”. Evidentemente, o Grupo Maranhense foi composto por homens brancos, letrados na fina flor do Lácio, egressos das Universidades de Coimbra e de Paris, de onde trouxeram a performance do mundo colonial civilizado, mas precisamente portuguesa, para irradiá-la na política, na literatura, no Direito e na sociabilidade maranhense, simultaneamente comprometidos na construção da identidade nacional hegemônica:

Esses intelectuais organizaram uma parte da cultura maranhense no sentido gramsciano do termo, ou seja, quando esses atores sociais, ocupando “função essencial no mundo da produção econômica, de forma orgânica, criaram consciência da própria função” (GRAMSCI, 1985, p. 03). Funções exercidas na estrutura administrativa do aparato burocrático como presidentes de província, secretários de estado da província, juizes, fiscais de higiene pública, professores, no legislativo central, provincial e local, como senadores, deputados e vereadores, enquanto liberais autônomos como advogados, tipógrafos, redatores, jornalistas (BORRALHO, 2010, p. 19).

Por esse ângulo, “*os segmentos dominantes da sociedade maranhense [...] reservaram-se a condição de terra de gente de excelência e de qualidade culturais: no Brasil, a Atenas*” (CORRÊA, 2017, p. 138). Em suas passagens mais críticas:

Tais figuras fizeram da Athenas Brasileira um projeto de construção de uma cultura oficial e, enquanto intelectuais, organizaram a forma como as estâncias sociais legitimadoras interpretavam a sociedade, posicionavam os indivíduos, controlavam o aparato burocrático do estado, didatizavam o passado, construíam o futuro, conduziam o presente. Não havia, no entanto, hegemonia dentro dessas frações de classes, pois cada grupo possuía interesses específicos dentro da construção do estado burocrático da província e como a província poderia se articular dentro da formação burocrática imperial. Por isso o subtítulo desta tese se remete “a uma fundação do Maranhão no império brasileiro”. Não é que o Maranhão passasse a existir a partir do século XIX, mas como esse novo Maranhão dentro do império brasileiro poderia ser interpretado e traduzido (BORRALHO, 2010, p. 18).

Em consonância com as discussões de como se deve escrever a história do Brasil, Borralho defende a tese de que o surgimento do mito da Athenas brasileira surgiu em meados do século XIX, justamente para dar cor e harmonia sobre quais interesses deveriam permanecer nos registros e quais deveriam ser afastados na recente constituição do Estado-Nação.

Nesse período, começa-se a criar o mito fundante do Brasil, erigido na tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no paradoxo de duas distintas interpretações: uma influenciada pelo “*cientificismo naturalista evolucionista e positivista*” e outra pela “*escola histórica alemã*” (CHAUI, 2000, p. 58). Ambas correntes, compromissadas

com a naturalização das desigualdades sócio-raciais, tornaram-se basilares para a construção da moldura das relações raciais no país.

A exemplo dessas discussões, “*Como se deve escrever a história do Brasil?*” foi um concurso de monografia vencido pelo naturalista alemão Von Martius, em que cabia ao historiador brasileiro trazer uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, ao conquistador e ao senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil (VON MARTIUS, 1845, p. 401-402).

Por conseguinte, nota-se que não somente houve a legitimação do Império, como também a fertilização dos elementos constituintes do Estado brasileiro, moldado na institucionalização do racismo. Inicia-se a instauração da ideia de pluralismo social, da harmônica integração entre as três raças, maquiando a realidade, ao desconsiderar o negro ou o indígena como sujeitos no processo histórico, afastando-os do plano jurídico ou da política e aproximando-os do natural. Nesse contexto, a historiografia passa a se engajar para justificar o poder do Imperador e a manutenção de uma sociedade escravista, com um recrudescido cientificismo racista (CARVALHO; PIZZA; SCOTTI, 2015, p. 27).

Gonçalves Dias publica, em 1846, a obra “*Primeiros Cantos*”, sendo aclamado pela crítica, consolida o romantismo e o adjetivo pátrio, funda a escola indianista e dá azo aos primeiros voos das letras nacionais. O escritor maranhense estava seguindo o mandamento de como construir a história do Brasil, e, nos “*Primeiros Cantos*”, já se observa a estética e a ética portuguesa, por meio de alguns elementos passivos da América ou de brasilidade e do índio guerreiro de valores cristãos idealizado nas matas virgens e na musicalidade das palmeiras dos sabiás, em um cenário harmoniosamente idílico. Gonçalves Dias se torna o gênio pacificador. Como toma nota Borralho (2010, p. 224):

Ainda que o romantismo pincelasse as cores do Brasil do porvir, tais cores estavam tematizadas, de um lado, por um olhar americanista, e de outro, pela idealização do modelo civilizacional europeu. O índio indianista mais se parecia com um cavaleiro medieval que com um Aimoré ou um Tremembé (BORRALHO, 2010, p. 37).

(...) Entretanto, Gonçalves Dias serviu como vórtice tanto para a construção da literatura quanto para os defensores de Athenas brasileira. À medida que os jornais fluminenses, indiscriminadamente, apontavam-no como um dos pilares da literatura brasileira, os maranhenses reivindicavam seu lugar de “pertencimento social”. — “Pertencia ao Maranhão!”, bradaram os maranhenses: o lugar torrão que lhe permitiu os caracteres geniais que o resto da nação tomou conhecimento. Quanto mais na capital do império ele angariava prestígio, tanto mais arrefecia o orgulho ‘por ser maranhense’ e não por ‘apesar de ser maranhense’. É que, nesse âmbito, as contradições políticas, sociais e culturais da província ficavam escondidas, não sublinhadas. O destaque dado a Gonçalves Dias enquanto um poeta nacional, sem enfatizar seu primeiro lugar de pertencimento, também atendia a outro princípio subreptício.

Dançando conforme a música da marcha civilizatória colonial, saudoso de um passado épico diante da crise das lavouras no Maranhão, dentro de um cenário social de decadência, o livro: *“Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos”*, publicado em 1873-1875, obra de Antônio Henriques Leal, é referência quando se busca os porquês da imortalização da pentarquia dos notáveis e na edificação da antonomásia Athenas brasileira para indicar o diferenciado torrão gonçalvino na gestação de gênios, em seu passado glorioso:

Pantheon ou Panteão em grego era o espaço de culto às divindades locais e estrangeiras que poderiam ser celebrizadas publicamente. Esta peculiaridade foi um traço de dominação a que os gregos submeteram os povos conquistados: a permissão e não intromissão em seus caracteres religiosos, demarcando supostamente alteridade e respeitabilidade. Como a religião na Grécia Antiga ocupava lugar de destaque, o panteão ocupava na Ágora a iconicidade ritualística da sociabilidade urbana, fazendo com que os gregos prestassem a devida referência aos seus respectivos deuses, abjurando do princípio de decidir sobre suas vidas, concedendo a estes tal prelácia, cultuando-os e admirando-os como exemplos a serem seguidos, mas nunca atingidos. “O culto que os homens observam para eles traduz a submissão do fraco ao forte, do inferior ao superior. Cumprir os ritos é, no respeito e na gratidão, honrar os deuses como o súdito deve honrar seu senhor”, segundo Pierre-Vernant (2002, p. 236) (BORRALHO, 2010, p. 88).
(...) O Panteão simbólico estabelecido por Henriques Leal segue princípios semelhantes ao homônimo grego, só que, ao invés de encará-los como deuses, encara-os como homens anormais, acima dos demais, heróis, gênios da raça, merecedores de uma obra imorredoura na memória dos maranhenses (BORRALHO, 2010, p. 88).

A função do Pantheon Maranhense, descrito por Mário Meireles no prólogo da obra, reeditada em 1987, sobre o seu autor, era:

[...] assim como um abrangente retrato de grupo com que o autor, como se fora um fotógrafo ou pintor, tentou reunir e preservar, para o conhecimento dos coevos e para a memória dos pósteros, a imagem de cada um daqueles seus conterrâneos e contemporâneos que, já falecidos, ele conhecera e admirara, e os quais, por sua inteligência, por seu talento, por sua cultura, por seus serviços, por suas obras haviam sido — e disso ele era testemunha, os responsáveis primeiros de a província natal ter, quase instantaneamente, se transformado do Maranhão velho, pobre e inculto, da Colônia, no Maranhão Novo, enriquecido e admirado do Império, o que ele podia testificar porque antes já lhe estudara e escrevera a história (LEAL, , 1987 p. XVII).

Por conseguinte, em meados do século XIX, a fim de reerguer São Luís — que se encontrava em ruínas, decrepita e vencida pela crise econômica e pela alienação política da classe senhorial que não possuía mais incentivos e interesses do império para prosperar —, o Pantheon Maranhense vem consolidar na memória social, primeiro no imaginário da elite e

depois na apropriação popular, o passado de glória e o encantamento que irradia e pulsa nas veias históricas do maranhense.

No que tange à idealização do grupo de maranhenses, Regina de Abreu chamará de homens semióforos, que são responsáveis por fazer a tradução do invisível para o visível, em decorrência da iluminação espiritual que lhes atribuíram como verdadeiros unicórnios de uma elite arruinada, que precisa de uma narrativa mitológica para manter a distinção social no seio do berço greco-timbirense:

Regina Abreu (1996, p. 43) cognominou enquanto “homens-semiόforos”, “estabelecendo uma distância entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semiόforos e deles fazendo alarde”. Essa distância foi construída através da linguagem literária, jornalística e, sobretudo, biográfica. “Os semiόforos são, portanto, pontes entre o mundo visível e o mundo invisível, são suportes materiais de idéias, desempenham a função de intermediários entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias”, segundo Regina Abreu (1996, p. 43). A Athenas Brasileira era um mito constituído a partir de homens-semiόforos, portanto, também mitos. (BORRALHO, 2009, p. 19).

Nessa toada, é interessante destacar que estudos recentes também mostram a resignificação da Atenas brasileira acontecida no decorrer do tempo, mas precisamente na segunda metade do século XX.

A obra “*O Patheon Encantado: Culturas e Heranças étnicas na formação da identidade maranhense (1937-1965)*”, de Evaldo Barros, demonstra como a Atenas brasileira, na segunda metade do século XX, foi apropriada pelas camadas populares, negras e mestiças, via manifestações culturais e de religiosidade como pajelança, bumba-meu-boi e tambor-de-mina, constituindo o que ele alcunhou de identidade modelada, insculpida na formação da memória popular maranhense:

A dissertação de Evaldo Barros consubstanciada numa excelente pesquisa documental, além de demonstrar como a cultura maranhense foi apropriada por estâncias como o Estado em seu projeto de construção da identidade maranhense, resignificando antigos elementos sociais outrora marginalizados, reforça a hipótese de que a Athenas, enquanto elemento dístico da singularidade maranhense, tem sido reapropriada desde sua ereção para aplacar uma marca regional, um ethos deste lugar, ainda que de forma antagônica; no século XIX, para legitimar a sociedade escravista, no XX, para incorporar os segmentos que outrora não eram percebidos enquanto sujeitos sociais. Assim sendo, “o Maranhão é reatualizado como Atenas Brasileira e São Luís como única capital brasileira fundada por franceses” (BARROS, 2007, p. 17). Este é um elemento que considero importante e novo, já que ao longo do século XIX a Athenas Brasileira estava restrita à imagem de São Luís e não da província e depois Estado do Maranhão. A transmutação e ampliação da Athenas para os outros maranhenses faz parte de um longo movimento de invenção da “maranhensidade” (BORRALHO, 2010, p. 32).

Dessarte, sabemos que houve uma remodelação identitária, apesar dos problemas de uma fusão subalternizada na apropriação da Atenas brasileira pelas camadas populares e por pessoas negras. No entanto, é válido perquirir como ocorreu o primeiro conflito narcísico com literatos herdeiros direto desse mito fundacional, da branquitude. Após a crise do escravismo e de se identificar os problemas do pós-abolição maranhense, vamos visualizar as interdições que Nascimento Moraes sofre ao requerer integrar a corrente literária dos Novos Atenienses, na virada do século XIX.

2.1. A crise do escravismo e o pós-abolição no Maranhão

No período retratado, o Maranhão passou a participar do jogo da construção da identidade nacional e da formação dos elementos ideológicos necessários na edificação do Estado brasileiro. Além disso, houve a consolidação da memória que seria construída e da história que seria transmitida, com o soerguimento do mito da Atenas brasileira e a consequente fundação desse estado, no império brasileiro, tese defendida por Borralho.

O trotar de nossa construção discursiva nos impele investigar como essa província se organizou nas décadas finais do Império, o estado de coisas ou estado da arte, que antecedia ou anunciava o fim da escravidão e o início da república. Ainda, torna-se importante refletir sobre como as relações raciais se articulavam nesse período de transição, no regime de historicidade de Hartog.

Percebemos como a elite branca maranhense participou da dança das cadeiras ou do “*jogo de dissimulação*” (termo criado por Wlamyra Albuquerque). Interessa-nos saber também como se agencia a resistência negra ou a existência negra em um cenário de extermínio físico e subjetivo de genocídio na diáspora.

Nesse momento, o tempo histórico entra em crise diante de uma ruptura paradigmática, que seria a abolição da escravidão e os consequentes sentidos e significados de liberdade e de igualdade para a população escravizada. No entanto, a crise do tempo é invocada, pois a expectativa de direitos civis é frustrada pelas permanências de práticas escravistas. Ademais, de forma sinuosa e reptiliana, as metamorfoses sociais são amparadas por uma nova política de racialização de sujeitos, a fim de permitir a subordinação social de grupos:

O meu argumento é que a persistência e importância da “cor” como critério de distinção e formação de grupos no pós-abolição deve-se à plasticidade e ambivalência dessa forma de classificação, que incorporou o significado moderno e oitocentista de “raça” sem desclassificar inteiramente os valores do passado. O simbolismo das cores

no pós-abolição carrega consigo a tentativa de perpetuação da cultura da escravidão nas relações sociais.

(...) A intensificação do processo de racialização na conjuntura observada estava relacionada à modernização política da sociedade brasileira, e às reivindicações por liberdade e igualdade, sem referência a origem, nascimento e cor.

(...) O racismo brasileiro moderno não data do dia 13 de maio de 1888, mas das reações nobiliárquicas da elite brasileira às pressões igualitárias, internacionais e nacionais, forjadas ao longo da crise mundial do escravismo no século XIX (GATO, 2019, p. 238-240).

Nas vísceras expostas do racismo moderno, encontra-se o fétido ranço das relações nobiliárquicas que fundamentam a elite brasileira, os intelectuais que estudaram em Coimbra, o patrimonialismo estatal e o compadrio e o patriarcalismo presentes na genealogia da república, que já nascia com as marcas de sangue do império colonialista. Contudo, o pós-abolição é marcado também pela luta social dos negros pelos significados de liberdade na crise do mundo senhorial:

Entretanto, não é demasiado lembrar que, para os negros – fossem cativos ou livres –, a abolição foi uma transformação política radical, que afetou profundamente o modo com que eles enxergavam os seus direitos e o seu sentido de pertencimento à nação brasileira”.

(...) O conceito de racialização é utilizado de duas formas específicas. A primeira para definir a imposição de categorias a um grupo – no caso, os libertos e outros negros. A segunda trata da racialização como a instituição da raça num dos princípios dominantes de hierarquização das pessoas na sociedade brasileira moderna, organizada pelo trabalho livre e instituições republicanas (GATO, 2019, p. 236-238).

O Maranhão apenas foi integrar o tráfico massivo de escravos na segunda metade do século XVIII, com as reformas pombalinas, o que promoveu o aumento econômico na província, que tão logo se findou com a crise da agroexportação do algodão. A segunda metade do século XIX é marcada pela decadência da elite agrária, pelo descompasso mítico da terra dos homens semióforos e pelas ruínas dos seus sobrados:

O atual estado do Maranhão possui uma história bastante singular no quadro das regiões que formaram o Império brasileiro, posto que integrou, junto ao Pará e ao Amazonas, o chamado estado do Maranhão e Grão-Pará, um domínio colonial português separado do antigo estado do Brasil. Toda essa porção setentrional, à exceção da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, foi integrada ao tráfico massivo de escravos apenas na segunda metade do século XVIII, como fruto da política de proteção de fronteiras, povoamento, dinamização econômica e integração regional da colônia sul-americana, instituída pelo Marquês de Pombal.

(...) Em contraste gritante com o Sudeste e o Sul do Brasil, o que caracteriza o pós-abolição maranhense não é a metamorfose do senhor de escravos no grande latifundiário que submete homens livres e libertos, dependentes da grande lavoura, mas sim a expansão da pequena produção camponesa de moradores e foreiros, das terras de preto e de outras formas de uso comum dos recursos; da produção para subsistência; e da manutenção da força do capital comercial-usurário no controle da

rede de intermediações comerciais, sustentadas pela proteção da oligarquia política (GATO, 2019, p. 241).

A crise do escravismo no Maranhão foi diferente, sob vários prismas, em comparação a outras provinciais do nordeste açucareiro. Com um clima tropical ameno e chuvas abundantes pela influência da floresta amazônica, predominantemente no oeste do estado, o estado possui uma rica hidrografia e uma morfologia climática de transição, estampada na mata dos cocais do meio norte. Essas condições de uma geografia menos rigorosa possibilitaram uma maior independência da população negra e mestiça da grande lavoura, que era controlada pela classe senhorial:

A geografia, em suma, favoreceu a criação de enclaves nos rincões das florestas mais próximas à cabeceira dos rios (ASSUNÇÃO, 1996, p. 436). A abundância de quilombos e de outras formas de uso comum da terra no Maranhão, como as chamadas terras de santo, terra de preto e terra de índio, estão ligadas historicamente à crise econômica das plantações escravistas de algodão e açúcar da região. Cientistas sociais documentaram, mais recentemente, a existência no estado de diversas comunidades negras rurais que se originaram da ocupação de terras abandonadas por proprietários falidos ou sem condições de realizar investimentos, ou ainda por meio de doações de seus antigos senhores (Almeida, 2008, p.144-145). As chamadas terras de preto constituem um dos fenômenos mais complexos da derrocada do mundo escravista brasileiro e explicitam o surgimento de um campesinato livre, expressivamente negro e mestiço, antes da abolição (GATO, 2019, p. 246).

A crise do escravismo maranhense, portanto, obedece ao binômio decadência da classe senhorial, com a crise das lavouras da monocultura de exportação, e formação das terras de preto. A falta de subsídios estatais, com a ausência de assistência para manutenção da produção pela aristocracia rural, contribuiu para um processo lento e gradual, já no final do Império, de consolidação de um maior número de pessoas livres trabalhando em latifúndios improdutivos. Ou seja, antes mesmo da abolição, muitos homens e mulheres já livres ultrapassavam o número de escravizados nas lavouras: um paradoxo da precarização da liberdade.

No Maranhão, a crise econômica do sistema agroexportador, capitaneado pela produção do algodão, tornou-se incontornável na década de 1850, quando o tráfico atlântico de africanos se tornou ilegal. Aliás, desde a primeira metade do século XIX, as rotas equatorianas dos tumbeiros com destino ao Maranhão sofreram com a intensa fiscalização inglesa (HAWTHORN, 2010, p. 118-119). Outro dado importante nessa comparação é que, no Maranhão, a população livre de negros, pardos e caboclos começou a suplantiar o trabalhador escravizado na própria lavoura escravista. Se no ano de 1821, dos 106.228 trabalhadores do campo maranhense, 69.534 eram escravos – aproximadamente, 77% do total –, a situação praticamente se inverte no recenseamento imperial de 1872. Dos 106.899 trabalhadores contabilizados no início da década de 1870, existiam 19.960 cativos, representando apenas 22% desse grupo (FARIA, 2002, p. 92). **Paradoxalmente, o dado que em 1872 caracteriza o Maranhão no conjunto das províncias brasileiras é a combinação entre a**

importância demográfica da população livre e a manutenção da relevância da escravidão (GATO, 2019, p. 243).

(...) No Maranhão, a lavoura escravista foi marcada pela ausência de investimentos na modernização da produção – o que impediu a redução de custos – e pela ausência do controle senhorial sobre as abundantes terras férteis e devolutas (EISENBERG, 1977, p. 201-202). Tal problema tornou a libertação dos cativos um processo moroso, mas não exatamente “controlado” pelos senhores maranhenses (GATO, 2019, p. 245).

Dessa forma, no pós-abolição maranhense, a liberdade está associada à autonomia sobre um quinhão de terra, à *parte pouca que cabe a cada um daqueles latifúndios* sobre a autodeterminação da vida doméstica e familiar. Por conseguinte, a elite maranhense passaria a pensar no liberto e no campesinato negro livre como um problema social. Afinal, esses preferiam o exercício da gestão de seus próprios tempos, inclusive nas marcações das suas experiências e existências, em detrimento do trabalho desumano e extenuante das lavouras de agroexportação:

A liberdade não existe, realmente, sem o acesso franqueado à terra, sem o controle sobre o meio de produção essencial e a moradia independente, em território próprio ou livre, equivalente à autonomia da vida doméstica e familiar (SOARES, 1981, p. 39). O amálgama entre a conquista formal da liberdade, no 13 de maio, e os direitos sobre a terra contrapõe-se à ideia e à memória do cativo. (GATO, 2019, p. 247)

(...) O “não quero” dos libertos, buscando maximizar suas alternativas de autonomia pessoal e coletiva no campo e nas cidades e assim fazer valer as conquistas do 13 de maio, estimulou, entre as elites, um conjunto de representações raciais sobre aqueles sujeitos como inconstantes, ingratos, preguiçosos e, não raro, criminosos (GATO, 2019, p. 272). Um aporte simbólico para a invenção de um “problema negro” no pós-abolição (RAMOS, 1995, p. 165).

(...) A sujeição é um padrão de relações sociais ligadas à experiência da escravidão, implicando na não diferenciação entre o tempo do trabalho e do lazer; na obediência incontestada ao senhor; na legitimidade do uso de violência a mando do senhor; na sonegação de salários; na disponibilidade permanente para o patrão; e na dependência econômica da grande lavoura. Enfim, o termo “sujeição” envolve muito daquilo que materializava o cativo, do ponto de vista dos negros (GATO, 2019, p. 272).

Diversas foram as resistências ao cativo maranhense, o que nos permite dizer que também foram várias as formas de existência negra no longo período da grande noite. Consequentemente, outras formas serão necessárias para a reconstituição da memória de determinado período histórico das pessoas escravizadas.

Não por acaso, Mathias Rörig de Assunção, em “*A Guerra dos bem-te-vis: A Balaiada na memória oral*”, tenta recompor, por meio de relatos orais de descendentes de escravizados, a memória do final da escravidão e do pós-abolição. Ainda, o trabalho tenta reconstituir uma memória oral sobre a insurreição quilombola da Balaiada (1838-1841), a partir dos anciãos locais, possuidores das terras da parte oriental do estado, localização dessa insurreição.

A fim de esquadrihar algumas dimensões do impacto e dos efeitos geracionais das dinâmicas do cativeiro, como o trauma e a ferida transmitidos, como disse Fanon, Mathias divide o capítulo V, “*Tempo de cativeiro*”, em três partes. Na primeira, as perguntas giram em torno da violência, castigos e punições no cativeiro. Na segunda, abordou-se a pluralidade de trabalhos e serviços que exerciam os escravizados e um já campesinato livre, que foi se desenvolvendo já no contexto da grande crise das lavouras maranhenses, em 1817, ou seja, bem antes da proibição do tráfico de africanos escravizados (Lei Eusébio de Queirós), que ocorreu em 1850. Por fim, na terceira, que nos interessa, tratou-se sobre a resistência e a sobrevivência ao cativeiro, à classe senhorial, à plantation e às diversas formas de sujeições e humilhações promovida pelos senhores.

Segundo o recolhimento dos depoimentos de Mathias, as principais estratégias de resistência, que viraram práticas emancipatórias no pós-abolição, foram: o tambor, o apelo ao divino, a ocupação e a autonomia sobre as terras improdutivas e devolutas ainda nas vésperas da independência, devido à grande crise do Algodão, em 1817; as chamadas terras de preto; e um artifício muito utilizado, que era o fingimento de ignorância para ludibriar os senhores.

As terras de preto, portanto, na minha percepção, tornaram-se um fenômeno da sociologia moderna que melhor traduziu a estratégia da população negra de resistência ao cativeiro e de ressignificação de conceitos como povo, território, sentimento nacional, constituição da memória, gestão e sentidos do próprio tempo, relacionada às suas manifestações culturais e religiosas. Rodrigo Portela Gomes em diálogo, com Flávio Gomes, descreve esse fenômeno:

O fenômeno remete as variadas experiências do que Flávio Gomes denomina de campesinato negro, identificado em outras regiões do país, refere-se às terras advindas da aquisição, doação ou ocupação, comprovando-se na maioria das vezes a titularidade ou posse das famílias negras (GOMES, 2015).

Nesse sentido, a afirmação das identidades– terras de preto, terra de santa, terra de pobreza, terra de herança, terra de preto véi, mocambo etc. – é primeiro um emprego decorrente das formas de organização e ocupação territorial, ou mesmo, de uma historicidade que foi produzida para dar legitimidade aquela ocupação. Daqui retiro o valor da autonomia, que será posteriormente reivindicado expressamente na agenda constitucional quilombola. Muitas vezes associada à auto-identificação, esse valor tem um emprego normativo imprescindível no enraizamento dos direitos fundamentais, precisamente pelo recurso histórico que é possível mobilizar do kilombo como uma narrativa de luta por direitos (GOMES, p. 147, 2022).

Rodrigo Portela mobiliza a força constituinte do Kilombo como subsídio para integrar experiências múltiplas dos territórios negrindios, a fim de reformular o conhecimento sobre os direitos conquistados pelas comunidades negras ao longo de suas historicidades.

Os registros da baixada maranhense nos apresentam a importância dessa multiplicidade como desestabilizadora das políticas classificatórias, estatísticas, que neutralizam as identidades elaboradas por esses sujeitos e, consequentemente, suas agendas políticas tão fundamentais para reconstrução constitucional (GOMES, p. 145, 2022).

Ainda sobre o tema, “*Depois da crise de 1817, no entanto, o algodão maranhense encontrou dificuldades crescentes no mercado mundial. Por isso o tráfico transatlântico de escravos para a província se tornou inexpressivo bem antes de 1850*” (ASSUNÇÃO, 1988, p. 3).

Com a crise da agroexportação de monocultura e a independência da metrópole, o Maranhão se tornou cada vez menos atraente para o Reino Unido do Brasil, fato preponderante para a formação das terras de preto, em meio a um cenário de desassistência do poder central e de abandono dos senhores das lavouras, que acarretou um campesinato livre naquela província:

O suporte técnico-político nos conflitos, produz resultados na compreensão histórico-jurídica das comunidades, mas também da própria comunidade política, no caso do Maranhão, o documento “Terras de Preto” no Maranhão: dos Quilombos às Comunidades Negras Rurais”, fica explícito como o evento do quilombo tem impacto na historiografia local. A guerra da Balaiada, ainda na primeira metade do século XIX, ocupa sentido importante nessa reconstrução, na medida em que os manuscritos registram como focos de resistência ao poder imperial as áreas de maior presença quilombola no estado (GOMES, 2022, p. 300).

Esse campesinato, composto por uma diversidade de grupos sociais como vaqueiros, pequenos agricultores e camponeses – o que Ciro Cardoso chama de “*Brecha Camponesa do Sistema Escravista*” e aquilombados –, uniu-se sob a liderança de Cosme Bento das Chagas (conhecido como negro Cosme) e Raimundo Gomes na maior insurreição de quilombolas do Maranhão, que transformou as narrativas oficiais sobre a ontologia da própria província: a Balaiada (1838-1841).

Em um duplo movimento, centrípeto e centrífugo, a elite maranhense, de dentro para fora, debruçava-se na construção de narrativas para extirpar dos autos a memória e o estigma dessa revolta regencial. Além disso, de fora para dentro, contribuía para as narrativas nacionais sobre o problema do liberto e da necessidade da construção de teorias raciais de criminalização e de controle dos novos cidadãos, a fim de produzir sentidos semelhantes ao do cativo:

No Maranhão, a ligação com a antiga metrópole foi um empecilho, a princípio, para a nova configuração política que se desenhava no Brasil, acrescentada da desconfiança do centralismo burocrático, capitaneado pelo Rio de Janeiro, fazendo com que a incorporação do Maranhão ao império só acontecesse em 28 de julho de

1823, sendo a penúltima província a “aderir” à independência brasileira, só superada pelo Pará. Uma vez rompidos os laços com Portugal, era a hora dos setores dominantes no Maranhão, famílias abastadas, organizarem o espaço de dominação sóciopolítico da província negociando a participação e a forma de estruturação da nação emergente, ou seja, articularem a inserção do Maranhão no império visando a permanência de seus privilégios. Em 1838 eclode a Balaiada, se estendendo até 1841, desorganizando a produção econômica pautada na agroexportação, radicalizando as diferenças entre os grupos dirigentes da província divididos entre cabanos e bem-te-vis, conservadores e liberais e, colocando em xeque a condição “civilizatória” da província. Alicerçado no *boom* econômico em virtude da agroexportação, a província passa a desfrutar de um refinamento material revestido em vários setores sociais, como educação, imprensa, teatro, viagens e, como resposta ao caos impetrado pela Balaiada, surge um projeto de formação de uma cultura oficial que desse visibilidade ao Maranhão perante as demais províncias. Tal projeto, pautado na escravidão, visou a exclusão de vários segmentos sociais, pois o referencial era o europeu, signatário da idéia clássica de civilização, cujo referente era a Grécia, supostamente o berço da civilização ocidental. Assim, surgiu o epíteto da Atenas Brasileira, o Maranhão, lugar onde havia florescido gênios como Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Joaquim Gomes de Sousa, João Francisco Lisboa, Antonio Gonçalves Dias, entre outros, caracterizado como Grupo Maranhense, existente entre 1832 e 1868, quando desapareceu o *Semanário Maranhense* (BORRALHO, p. 12, 2010).

[...] Quando de fato a província se deu conta da envergadura, dos transtornos, mudanças e radicalização da Balaiada, o que passou a ser defendido foi o estandarte da “civilização”. O velho receio da haitização soprava os ventos que toldavam as nuvens do Maranhão. A Balaiada era a haitização maranhense. (BORRALHO, p. 120, 2010).

A importância da Guerra dos Bem-te-vis para pensar a cidadania maranhense no pós-abolição se dá em dois espectros. O primeiro foi o da experiência, legada por essa revolução, de uma luta popular por liberdade e autonomia de gestão do seu próprio tempo e da sua própria terra, chamada por Assunção de “*movimento popular democratizante frente às elites mais conservadoras da região*” (1988, p. 223). Já o segundo foi o deslocamento discursivo do eixo civilizatório sobre a província, obrigando a elite branca maranhense a reestabelecer os seus marcos civilizatórios eurocêntricos, erigindo o mito da Atenas brasileira e fundando o Maranhão oficial no Império brasileiro, em contrapartida direta ao levante popular da Balaiada e ao medo de uma possível haitização do Maranhão:

A memória da violência na escravidão, a vontade de gozar a vida e, sobretudo, a desconfiança de que o ex-senhor transformaria muito pouco as práticas de exploração do trabalho seriam motivos de sobra para que, nessa primeira hora, os libertos tivessem verdadeiro horror a permanecer nas propriedades onde haviam sido cativos. “A ideia do liberto não é garantir sua subsistência, é principalmente isolar-se, viver sobre e para si, dormir e gozar quando entender, sem ter que dar contas, o que não sucede se for associado ou se contrair compromissos com quem quer que seja.” (GATO, 2019, p. 269).

Outra forma recorrente de reconstituição de memórias ocultadas pela memória oficial é a reconstrução por recortes e retalhos de jornais. No trabalho “*Escravidão e Resistência no*

Maranhão: anúncios e fugas no século XIX”, Régia Agostinho da Silva analisa, por meio dos anúncios de fugas veiculados nos jornais (Diário do Maranhão, o Paíz, Publicador Maranhense e a Pacotilha), entre 1870 e 1888, características da sociedade maranhense pré-abolição. Nesse período, possuir escravos era um símbolo de distinção social, e uma das sociabilidades negras que permeava era o uso da cachaça.

Em um viés semelhante, Mateus Gato analisa anúncios de trabalho, no primeiro semestre de 1888, em jornais maranhenses como A Pacotilha, Diário Maranhense e o Paiz, percebendo dois fenômenos nas metamorfoses de transição do pós-abolição: a construção da nomenclatura das cores e de uma gramática discriminatória, com uma pluralidade de adjetivos pejorativos, que vão construindo uma imagem negativa do liberto e uma consequente necessidade de criminalização, de controle e de extermínio dos novos cidadãos no pós-abolição:

Os anúncios de trabalho são fontes interessantes, pois, diferentemente dos artigos de jornais, dos escritos memorialísticos e dos romances, eles mostram a construção cultural de tipos sociais, como “moleques”, “negrinhas”, “criadas”, “alugadas” etc. A presença dessas descrições permite inferir como o mundo do trabalho clivou o espaço da cidadania pela via da cultura, por meio de um alargamento dos sentidos dos códigos e critérios de distinção existentes, na tentativa de atualizar a tutela senhorial.

[...]

O conteúdo ideológico e simbólico da abolição abrigou significados diversos, como o fim da ordem senhorial, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e, inclusive, a utopia da superação dos “preconceitos de raças” que estigmatizavam a enorme população de negros livres e os últimos cativos do país (GATO, 2019, p. 255-257).

O movimento centrípeto de maranhenses fora do Maranhão, escrevendo para a província e para a nação, também pode ser percebido na articulação do “*problema*” do liberto, construindo, paralelamente, no regime de historicidade transicional, as famigeradas teorias das raças, cujo maior efeito foi a construção do estereótipo do negro como inimigo do Estado, interditando qualquer possibilidade de uma cidadania plena e permitindo os mecanismos de extermínio típico do cativo.

Podemos mencionar dois maranhenses engajados nessa narrativa. O primeiro, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), em sua obra “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” (1894), postula um código criminal diferente para negros e mestiços, devido às suas inclinações biológicas ao crime. O segundo, Doutor Justo Jansen Ferreira (1864-1930), em sua obra “*Do parto e suas consequências na espécie negra*” (1887), tenta justificar a maior resistência da população negra à dor, explicando que o fato de os negros estarem mais expostos ao sol, desde a infância, contribui para uma formação diferenciada de tegumento externo, cuja

densidade considerável implicaria na obtusão a sensibilidade tátil (FERREIRA, 1887, p. 35-36). Sobre o tema:

Assim, velhos preconceitos sociais e culturais ganharam o prestígio da autoridade científica, conformando um novo fundamento à desigualdade social.

[...]

A importância crescente das teorias raciais, o avultado número de homens de cor livres e o mencionado sentimento de decadência da aristocracia senhorial maranhense configuraram um espaço social em que a antiga nomenclatura das cores, antes utilizada para distinguir senhores e escravos, foi mobilizada para hierarquizar negros e brancos. A aparição dessas categorias como “novos” grupos sociais resultava de uma reconfiguração da sociedade imperial, em meio ao processo de emancipação.

[...] a utilização da cor, no contexto da derrocada do escravismo, alargou os limites da subjugação de grupos, ao naturalizar ainda mais as diferenças sociais e culturais (GATO, 2019, p. 254).

[...] Tudo é descrito como se a violência do Estado e a violência pessoal fossem componentes necessários para a integração social dos libertos ao novo status de cidadãos (GATO, 2019, p. 253-268).

Dessa forma, nota-se que houve um engendramento crucial no regime de historicidade transicional para as permanências do mesmo estado de coisas do cativo, mas com uma nova roupagem. Ao passo que a escravidão se tornava cada vez mais insustentável na segunda metade do século XIX, a classe senhorial articulou uma nova forma de hierarquizar as relações sociais, por meio da construção das teorias das raças, simbolizadas pela política de cores e da nova gramática na diversidade de adjetivos que designam inferioridade e subjugação racial. Houve, então, a edificação de um espaço de distinção social no âmago da República consubstanciada nos supostos primados de igualdade e de liberdade a todos os cidadãos:

Entretanto, o fortalecimento e a persistência da cor, como uma das formas dominantes de distinção e formação de grupos sociais, estão ligados à modernização política da sociedade brasileira - as reivindicações por liberdade e igualdade que culminaram no 13 de maio. Essa é uma das razões que fizeram da abolição e dos meses seguintes um ponto de inflexão na luta social pelas fronteiras políticas e culturais da cidadania – problema acirrado, no Maranhão, como vimos, pela insegurança oriunda da crise econômica (GATO, 2019, p. 257).

O notável interesse de alguns ex-senhores por decifrar o significado da liberdade para seus trabalhadores, como indicam as preleções acima sobre “o direito de escolha” e “a ideia do liberto”, revela que o 13 de maio se transformara num aporte político importante para que os egressos do cativo pudessem fazer de suas expectativas de emancipação individual e coletiva um componente ideológico de peso na organização de sua própria vida. (GATO, 2019, p. 270)

Observa-se, portanto, a sintonia dialógica entre o pós-abolição local e o nacional, no empenho da elite maranhense em perpetuar práticas escravistas mesmo ao fim do cativo. Em contraparte, a luta social na construção de uma liberdade plena pelos livres e libertos, negros e mestiços, foi a tônica desse paradigma transacional; e as marcas do trauma permanente na

memória do cativo, que foi transmutado na memória social da população negra pelo processo gradual e controlado da racialização.

2.2. Entre Sísifo e Narciso: Nascimento

Também vi Sísifo extenuando-se e sofrendo, empurrando um bloco imenso com ambas as mãos. Na verdade, ele o arrastava até o cume, sustentando-o com os pés e com as mãos; mas, quando estava a ponto de, finalmente, atingir o alto da montanha, o peso excessivo o impelia para baixo. Novamente, a pedra impiedosa rolava até o vale. Entretanto, ele reiniciava o trabalho e a empurrava morro acima, a ponto de ficar com o corpo banhado de suor; ao redor de sua cabeça, porém, pairava uma nuvem de poeira. (HOMERO. A Odisseia, 2006, p.305)

Quando li essa passagem de Sísifo, em Homero, identifiquei-me com o que depois descobri ser o arquétipo da repetição infinita. Além disso, a metáfora parece ser verdadeira na experiência de pessoas negras no exercício de suas cidadanias, diante das eternas interdições sofridas e empreendidas pela branquitude.

Para tanto, o principal escopo desta seção será refletir sobre os novos movimentos literários que ocorreram no Maranhão na última centúria oitocentista e alguns fatos da vida do professor José Nascimento Moraes que influenciaram a sua obra literária. O presente subtópico busca tonificar o nosso texto com sua luta, que também é nossa, e fomentar a construção de um porvir mais democrático e republicano, em que a educação seria a mola propulsora para a liberdade e para o combate às injustiças sociais.

José do Nascimento Moraes foi um maranhense, nascido no dia 19 de março de 1882 e falecido no dia 22 de fevereiro de 1958, criado na ilha de São Luís, de onde nunca se ausentara para tentar a sorte em outras plagas.

Josué Montello descreveu seu mestre como *“poeta, romancista, crítico literário, cronista, crítico teatral, ensaísta, homem de jornal”*, no Jornal do Brasil (01/04/1958), na coluna Areia do Tempo, apresentada na coletânea de crônicas Escritores Maranhenses (1955-1965), publicada em 2017. Além de jornalista combativo e polemista, também foi professor de português e geografia do Liceu Maranhense. Filho de Manoel do Nascimento Moraes e Maria Catarina Vitória.

Seu pai nasceu em 1839, ludovicense, capoeirista de apelido Currupira, por ser do bairro de mesmo nome. O Sr. Manoel foi combatente na Guerra do Paraguai, da qual regressou lesionado das pernas. Todavia, não fora condecorado por ato de bravura como os demais, tampouco recebera soldos da Guerra, por ser analfabeto. Óbice artimanhoso para ceifar direitos civis da população negra, sem, no entanto, afirmar-se que foi por causa da raça.

As promessas de liberdade e o prestígio social nunca foram cumpridos para os combatentes negros dessa guerra. Esse fato levou os historiadores a afirmar que os negros serviram pejorativamente de “*bucha de canhão*”, em uma tentativa de mostrar a descartabilidade e a instrumentalização das vidas negras na guerra do Paraguai.

Após a decepção no retorno, o Sr. Manoel passou a trabalhar como sapateiro para sustentar a família e prometeu a si mesmo que seus filhos saberiam ler e escrever e que seriam doutores. Anos depois, aprendeu a ler sozinho, quando trabalhou de servente do Tesouro Nacional, lendo artigos de jornais.

A mãe, Dona Catarina Vitória, nasceu em São Luís e tem forte influência na obra de Nascimento Moraes. Era lavadeira e cozinheira da aristocracia branca da cidade. Por meio dos seus diálogos com o filho, conseguiu transmitir experiências e histórias observadas e vividas no seio da casa grande. Experiências apreendidas que iriam compor a ótica e o filtro utilizado por Nascimento na construção dos seus personagens e dos retratos narrativos da cidade de São Luís.

Autodidata e pesquisador cosmopolita dos mais variados ramos da ciência, Nascimento frequentou somente a educação básica no Liceu Maranhense, onde mais tarde veio a ministrar aulas ensinando e parindo uma geração de intelectuais maranhenses do século XX, tais como Ferreira Gullar, José Sarney, Josué Montello, Nauro Machado, dentre outros.

O crítico literário francês Mérian (2000, n.p), especialista nas obras de Aluísio Azevedo, afirmou que “*Nascimento Moraes soube se fazer respeitar como professor, crítico literário, ensaísta, contista e sobretudo como jornalista a serviço do povo*”.

Nascimento iniciou suas atividades no jornalismo sob a orientação e o incentivo do professor Manuel Bethencourt, preceptor de jovens, conhecido na sociedade maranhense por promover discussões literárias a partir das leituras do cânone.

José do Nascimento Moraes viveu uma época atrelada à tutelaridade historicista de Spencer e ao cientificismo evolucionista de Darwin, onde o mundo como vontade e representação o era anquilosado pelo pessimismo de Schopenhauer, vertentes, os três, da poesia noturna e angustiada de Augusto dos Anjos [...] (MACHADO, 1982, p.11)

Nascimento Moraes, então, será o sujeito histórico que, a contrapelo, provará em vida, em seu ofício de jornalista e em sua obra literária, que as narrativas sobre a construção da história e as teorias científicas da raça estavam equivocadas e politicamente engajadas; não representando a verdade sobre a população negra do país, senão argumentações justificadoras das hierarquias de dominação racial.

Sua primeira esposa foi Dona Ana Augusta, filha de criação do Pacífico da Cunha. Ela fazia parte da elite branca ludovicense, era culta, falava francês fluentemente e tocava piano. Com ela, Nascimento teve 4 filhos.

Sua segunda união foi com Dona Maria Francisca da Graça Bogéa, oriunda da aristocracia rural de Arari. Ela foi para a capital para dar continuidade aos seus estudos e acabara se envolvendo com o professor Nascimento. Essa relação foi conturbada, porquanto o professor foi acusado por parte da aristocracia rural arariense de sedução de menores. Dessa união nasceu José do Nascimento Moraes Filho, também professor e importante literato do modernismo brasileiro, pai de Loreley Nascimento Moraes, minha professora de redação e o fio condutor de histórias de seu avô, cujas histórias contadas e escritas representam um estrato temporal da História do Maranhão.

Como diria o escritor Nauro Machado (1996, p. 33):

Sismógrafo negro e antena viva (os artistas são as antenas da raça, diria o expatriado e cosmo-universal Pound), sua vida foi um campo de batalha a testemunhar, com sua prognose intuidora de rupturas profundas, a superfície mistificadora de um meio cujo fastígio econômico e cultural há muito começara a ruir, em todas as suas gamas e em seus mais variados aspectos, deteriorando-se em rachaduras solares e epigonismos provincianos.

Em meio a várias interdições, querelas homéricas e cisões com seus contemporâneos, sempre irresignados com a ousadia de Nascimento Moraes em querer vencer pelas letras e alçar o reconhecimento intelectual compatível à envergadura de seus trabalhos.

O professor escrevia diuturnamente e muito de sua estética literária estava estampada nos folhetins diários, nos quais colaborava. Escreveu como colaborador ou redator-chefe em quase todos os jornais de São Luís, tais como: A Campanha, O Maranhão, A Pátria, Diário de São Luís, O Jornal, A Tribuna, A Hora, Diário do Norte, Diário Oficial, Correio da Tarde, A Imprensa, Regeneração, Diário do Maranhão, O Imparcial, entre outros.

Foi professor de português do Liceu Maranhense e de outras escolas particulares da capital, além de educador, entusiasta da ciência e dos saberes populares, já defendendo uma pedagogia dinâmica voltada à práxis. Um crítico político, cuja lente social buscava sempre estar alinhada aos interesses dos menores, da arraia miúda da sociedade – não à toa, autoproclamava-se lutador, em vários pronunciamentos, discursos oficiais e textos jornalísticos.

Seu único romance foi *“Vencidos e Degenerados”*, escrito em 1913 e publicado em 1915. Alguns críticos de seu trabalho *“costumam deplorar e inferir que seu gosto diário pela polêmica jornalística lhe tirou o tempo necessário a uma grande obra artística. Justo o*

contrário: foi precisamente essa prática que lhe deu ferramentas para escrever seu único romance” (GATO, 2021, p. 539). Não obstante, Nascimento tratava-se:

[...] de um homem que se realizava agindo, lutando, e que fez da sua vontade, na força titânica de autodidatismo feroz que a tudo se voltava e sobre tudo se detinha, revolteando em torno de assuntos os mais variados, sem a retilinearidade dirigida do estudo universitário, o leitmotiv da sua obra de escritor, sobretudo, a de crítico político e sociológico do meio que o aprisionava e do qual não quis ou não pôde fugir. José do Nascimento Moraes era paradigmaticamente filho do povo (MACHADO, 1996, p. 39).

A sua obra romanesca principal e seminal retrata a sociedade ludovicense do final do século XIX, a queda do Império, a emergência da República e a abolição da escravidão. Tensiona o clientelismo político, o preconceito racial, as possibilidades de direitos civis e políticos que foram prometidos e não foram cumpridos e o agravante de uma cidade ao norte, em ruínas, vencida. Uma literatura militante, engajada, crítica e documental. Professor Nascimento fazia parte do grupo literário chamado de Renascença Literária, uma cisão dentro dos Novos Atenienses.

Jomar Moraes, em sua obra *“Apontamentos de Literatura Maranhense”*, divide a produção literária maranhense do século XIX em três períodos: o Grupo Maranhense (1832-1868), o grupo dos Emigrados (1868-1894) e os Novos Atenienses (1894-1932).

O Grupo Maranhense, mencionado anteriormente, era composto pelos *“homens semióforos”*, responsáveis pela construção do epíteto Atenas brasileira à São Luís. Conviviam neoclássicos, românticos, jornalistas e poetas. O jornalismo se fez como principal instrumento de propagação da literatura. O grupo dos Emigrados caracteriza-se por ter seu sucesso longe da província, nos novos polos econômicos do eixo sudestino e manaua com o ciclo do café e o da borracha. Os principais representantes desse grupo foram Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Raimundo Correia, Manuel de Bethencourt e Artur Azevedo.

Os Novos Atenienses, grupo composto inicialmente por Antônio Lobo, Astolfo Marques, Nascimento Moraes e outros, compuseram a Oficina dos Novos, cuja principal motivação era discutir e intensificar a produção literária maranhense em baixa pelo êxodo de grandes autores. O grupo se dividiu, após dissidências entre seus principais membros, formando os *“Neo-Atenienses”*, liderados por Antônio Lobo, e a *“Renascença Literária”*, liderada por Nascimento Moraes. Essa cisão nos dois grupos foi protagonizada por um conflito racial de aparente natureza literária, mas que desnuda a parte mais perversa e vilipendiosa do racismo sofrido por Nascimento no início da sua carreira jornalística e de escritor.

De fato, o localismo do qual se ressentia Montello, que talvez tenha contribuído para a falta de “uma irradiação maior” do nome de Nascimento Moraes, foi um dos óbices e uma das bandeiras dos Novos Atenienses. Ficar em São Luís - no contexto de decadência vivido e descortinado por Nascimento em suas obras - era sinônimo de lutar contra o reiterado quadro de uma cidade esfacelada e que pouco tinha a oferecer quando o assunto eram os meios concretos para se desenvolver o ofício de literato e por isto haver reconhecimento. (PEREIRA, 2018, p. 120).

Muitos discípulos se ressentem pelo professor Nascimento não ter tido uma maior projeção do seu nome, ao menos compatível com a singularidade do seu talento. Apesar de o professor não ter saído da ilha de São Luís, a qual sofria seus piores tempos até então, em um cenário de ruína e abandono, sabemos que o seu nome não teve o alcance que mereceria. Isso porque ele era negro, filho de pessoas libertas, mas que viveram a realidade do cativo, e ousou deslocar os lugares socialmente precarizados, que a sociedade provinciana de São Luís lhe impunha. Nesse sentido:

Daí não haver ele saído do Maranhão. Daí ser ele uma presença acusatória dos que o viam. Ele se sabia o reflexo da culpa que os brancos, olhando-o, tornavam mais culposa fazendo-a redobrar-se como na repartição de ato infernizado por não ter mais fim. Ele era, assim, contrário ideologicamente com aquilo no qual acumpliciava seu destino a fazê-lo dizer, ainda e sempre: “Eu sou um lutador”! (MACHADO, 1996, p. 45).

[...] os intelectuais maranhenses apresentam-se entre os que se deslocavam e os que permaneciam - os primeiros, segundo ele, aventuram-se pela necessidade, “em um ato de vontade do contexto ambiencial [...] marcados pela tradição, com o compromisso de vencer na literatura”; e os segundos, contemporâneos das circunstâncias materiais da decadência, em um conjunto que se diferenciava das décadas passadas, construíram um trabalho intelectual baseado no autodidatismo, longe dos centros universitários, como os de Lisboa, Paris, Recife e Rio de Janeiro. Nesse sentido, levando em consideração aquilo que Nascimento foi - “um escritor talentoso, de forte vigor de espírito, mas exilado do reconhecimento nacional” (Idem, Ibidem, p. 244) - e não as projeções do que ele poderia ter sido, atuou largamente em seu torrão natal, ao lado de homens como Antônio Lopes e Corrêa de Araújo, para “enfrentar guerrilhas, quase sempre inglórias, na Ilha de São Luís” (CORRÊA, 2001, p. 167).

Sobre enfrentar guerrilhas quase sempre inglórias, o seu antagonista, que representa a alegoria da branquitude intelectual maranhense do pós-abolição, foi Antônio Francisco Leal Lobo (4 de julho 1870- 24 de junho de 1916) – professor, polígrafo, jornalista, tradutor, literato, polemista, “a figura de maior expressão do movimento de ressurreição cultural, promovido pelos novos atenienses” (MARTINS, 2006, p. 153). Este, “por suas naturais qualidades de liderança, por seu entusiasmo realizador, foi, com toda certeza, em seu tempo, a principal figura de nossa vida literária” (MORAES, 1977, p. 206), uma vez que “sua visão ampla,

audaciosa, refletia, na província, o movimento intelectual dos grandes centros” (SARNEY, 1969, n.p).

Antônio Lobo é a pedra de toque da girada do século XIX para o XX, para se entender o racismo na historiografia literária maranhense e suas ramificações nas entranhas do nosso tempo presente. Um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras (AML), a qual recebe, também, o nome de seu fundador: casa de Antônio Lobo, escreveu *Os novos atenienses: subsídios para a história da literatura maranhense* (1909), no qual sugere como ocorrera a história da literatura maranhense e tenta consolidar o ideário eugênico greco-timbireense incrustado no supremacismo branco europeu com a genialidade mitológica dos homens abastados do Maranhão e o apagamento histórico de natureza racista de literatos negros contemporâneos como Astolfo Marques e Nascimento Moraes.

Em maio de 1908, chega a São Luís o jornalista Sebastião Sampaio, que percorria o Brasil com a finalidade de colher informações acerca da produção intelectual brasileira para compor a Exposição Nacional de 1908. Mais uma vez, devido ao cargo que ocupava, Lobo dá toda a assistência ao jornalista e se compromete em atender à sua demanda, escrevendo-lhe sobre a produção literária maranhense. No entanto, nesse documento, redigido em forma de carta, Lobo deixa de citar vários nomes da intelectualidade maranhense e, em outros casos, parece não querer se aprofundar na descrição das obras.

A carta destinada a Sebastião Sampaio e publicada no jornal Pacotilha em 17 de junho de 1908 traz um relato de modo algum impessoal, preterindo alguns nomes que faziam parte do cenário intelectual daquela época. Lobo começa afirmando que “vida literária definida” não existia no Maranhão e que a fama que São Luís gozava advinha de antigos escritores que já não tinham mais nenhum contato com seu torrão natal. Ainda assim, eram esses escritores os que ainda conferiam “direito ao usufruto da merecida alcunha de Atenas Brasileira”, “geração do Lisboa e do Dias” (CARDOSO, 2013, p. 58).

O livro de Lobo recebeu severas críticas de Nascimento, que via não apenas como um exercício de autopromoção ególatra, já que o patricio se arrogava como o próprio detentor do dizer historiográfico maranhense, como também de apagamento e de eclipsar uma geração inteira de literatos:

O desejo que ele nutre em vão, de erguer-se como restaurador do nosso meio literário, não mede obstáculos, nem conhece peias! Lobo não pensa noutra cousa; vive para isso, pensa constantemente nisso, e para o conseguir sacrifica a verdade dos fatos, inventa, mente, e a cada passo se contraria.

[...]

Lobo quer dar a entender que o renascimento literário do Maranhão se lhe deve porque foi ele quem promoveu festas ao nosso glorioso patricio Coelho Neto e quem aguentou o ‘mano’ [...] Foi para demonstrar que a ele e o ‘mano’ o Maranhão deve o seu reerguimento literário. Lobo está convencido de que o Maranhão se reergueu! Que ele inventou aquela ‘noite caliginosa’ em cujas sombras deixou uma geração inteira! E

isto – para subsídio da história do Maranhão! Já é ter muita vontade de entrar de botas na posteridade. (MORAES, 1910, n.p).

Dentre as várias contendas na disputa pelo campo historiográfico e literário, tiveram destaque os insultos e as injúrias raciais registrados nas colunas dos periódicos do ano de 1910. Moraes, em sua coluna “*Fluxos e Refluxos*”, posteriormente à querela, rebatizada de “*Puxos e Repuxos*”, no “*Correio da Tarde*”, jornal veemente republicano e antirracista, com o pseudônimo de Valério Santiago, respondia verso a verso às incursões racistas de um grupo de literatos capitaneada por Lobo, que utilizava o pseudônimo “*D. Galiza*” e escrevia no jornal conservador “*A Pacotilha*”.

A polêmica entre os dois jornalistas – Nascimento começando e Lobo já consagrado – ganhou corpo e extensão no dia 30 de julho de 1910, quando Galliza deu pistas de como o negro deveria ser ou era representado: como um mártir ou como um animal. O ideário de perfeição plasmado na humanidade negra era a deontologia necessária para que houvesse aceitabilidade e reconhecimento na sociedade intelectual da brasileira Atenas.

O negro é sempre isto: ou tem talento
Ou não tem raciocínio e é peru;
Ou Patrocínio é, ou é jumento;
Ou Luiz Gama, ou tu. (GALLIZA, 1910, p. 2).

Não cabia, portanto, em um mesmo verso Luiz Gama, o talento e o raciocínio. Nascimento, seria uma junção de opostos, um paradoxo. Lobo continua a violência psicológica racial e castradora afirmando a impossibilidade de Nascimento galgar, marchar pra cima, por mais força que empenhasse; por mais Hércules-Quasímodo que fosse, estaria fadado a crescer para trás. A penitência proferida pelos deuses gregos a Sisifo foi corporificada em Nascimento e insculpida no significado republicano do signo: negro.

Sorte amiga e fiel não, não te arrima,
Não pode o dois-de-paus chegar ao ás
Tu quiseste galgar, marchar pr’a cima
E cresceste pr’a trás.

Contraria para ti a sorte avara,
Contraria e justa é, não há negá-lo:
Tu tens o progredir, meu Guanabara,
Do rabo do cavalo.

Dest’arte cada vez mais encolhido,
Tal qual na frigideira o bom torresmo,
Tu hás em breve de ficar sumido
E é dentro de ti mesmo.

Um caso nunca ouvi eu tão bonito
 Nas histórias que ouvi de minha avó...
 Vê só tu que fenômeno esquisito
 Dois jumentos num só.

E os dois a escoucear, oh! que regalo
 Para a gente que gosta dessas brigas!...
 E em redor de ti só feito dois galos,
 O aplauso das formigas...

Da Guanabara o fluxo e o refluxo
 A ver p'ra trás crescer, alegre e rindo,
 Fico logo atacado de defluxo,
 Pois vou me advertindo.

Pois tu me xingar no teu Corsário,
 Sobre mim derribar uns mil sonetos,
 Desfiar todo dia um bom rosário
 De teus fluxos... pretos.

Tudo isso fazer tu podes, tudo,
 Mas ouve cá, escuta-me primeiro:
 Não impingias de novo o tal canudo,
 O monólogo imenso do tinteiro!...
 A prevenção, porém, fazer-te quero agora
 E com ela bem sei que te desbanco:
 Si o publicares, meto-te a espora
 E o relho cru, até ficares branco.
 (GALLIZA, 1910, p. 2).

A intimidação predatória feita por Lobo a Moraes, para que este não ousasse derribar-lhe uns mil sonetos, é sintomática do lugar que os republicanos da virada do século XIX queriam às pessoas negras. O negro que ousasse desbravar o mundo emancipatório das letras estaria submetido à espora e ao relho cru, até ficar branco.

A imagem do chicote e da espora denotam o calvário intelectual que aos negros seria imputado se desejassem disputar o campo da intelectualidade, sobretudo da escrita, o calcanhar de Aquiles da branquitude. Isso porque, pela escrita, era possível recompor os registros oficiais e remodelar a memória do estrato temporal perquirido. Portanto, para se ter os portões de Atenas abertos, os negros passariam pelo relho cru e sangrariam até ficarem brancos, essa era a imagem da inclusão republicana da elite intelectual maranhense do pós-abolição.

Nascimento, que se autoproclamava lutador - com a epígrafe: *“Eu sou um lutador”* constante no seu renovado busto na praça do Pantheon, no complexo Deodoro da Fonseca, no centro histórico de São Luís -, rebateu as injúrias raciais e a violência do racismo em sua coluna *“fluxos e refluxos”* no *“Correio da Tarde”*. As suas argumentações foram colhidas e juntadas em um livro chamado *Puxos e Repuxos*, publicado em 1910.

Negro! Eis aí o insulto, a palavra com que eles pensam que nos esmagam, que nos reduzem a última expressão!
 Que não diriam se fôssemos brancos da ilha, ou mesmo caboclo!
 Negro! É o grito de terror, de medo e de ódio, é o grito do vencido, do nulo, do inabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que todo mundo sabe - insultar!
 Negro! Repetem tomados pela cólera, possuídos por uma idiota indignação!
 [...]
 Estamos satisfeitiíssimos com esta amostra que deram do seu elevado preparo e grandeza intelectual e moral!
 Na verdade, é digno de nota, que um homem talentoso e de muito saber escreva versos ameaçando de chicote, relho crú, etc. o adversário!!!...
 Nada mais edificante, majestoso e eloquente, para quem brilha como estrela de primeira grandeza literária, para quem guia espíritos de moços inexperiente que lhe seguem as lições!!!... (MORAES, 1910, não paginado).
 [...] Vejam a pequenez do espírito tacanho do homem! O homem tem mesmo raiva de negro! Onde ele vê um negro, vê desde logo um inimigo a combater! Fecham-se-lhe o espírito e a alma! Ele já disse uma vez que negro é moleque, e ele suporta um negro por ... excesso de civilização! [...] Mas que professor e que jornalista republicano é Lobo! (MORAES, 1910, n.p).

Nascimento, nesses trechos, em resposta a Lobo, põe em questão o debate sobre a construção hermenêutica do signo negro e seus significantes, bem como a dinâmica da gramática com o surgimento de outras expressões como “*moleque*” para designar o liberto. Ainda, demonstra a matiz impregnada na dicotomia do republicanismo cívico dos intelectuais da elite provinciana do Maranhão, qual seja: suportar o negro, somente à base de chicote e de relho crú. Ademais, nota-se a construção do negro como inimigo da sociedade, aquele que deve ser combatido, fechando-lhe as portas do plano da inclusão cidadã, no âmbito social-político-jurídico.

Por conseguinte, Nascimento está lutando contra lobos, seus discípulos e toda a estrutura de teorias científicas da raça soerguida durante toda a segunda metade do século XIX. Não por acaso, em seu romance de 1913, “*Vencidos e Degenerados*”, ele afirma que “*Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam preconceitos*” (MORAES, 2000, p. 88). Em suma, a percepção de que o preconceito racial estava nas entranhas da sociedade republicana do pós-abolição era evidente e uma realidade vivida.

Não obstante, Nascimento, como Machado de Assis e tantos outros intelectuais negros, captou as incoerências e contradições no cerne das teorias científicas racistas desse regime de historicidade. O sismógrafo negro já entendia não apenas as questões relativas à mestiçagem, como a necessidade de se considerar a contribuição dos muitos intelectuais pretos e mestiços que construíram a literatura nacional. Àquele tempo, já observara o problema colocado na dita literatura nacional, que em si mesma, interdita e exclui o que não se coaduna com os símbolos da nação:

[...] Nunca sustentamos polemicas pessoais na imprensa da terra, nem nunca escrevemos artigos ferindo a família de quem quer que seja. Artigos políticos que nos têm saído da pena têm sido em favor de nossas opiniões. Ferindo o político e o partidário, jamais ferimos o homem [...]
 Lobo escreveu que pertence a RAÇA CAUCASEA!
 Que petulância! Que audácia! que respeitável coragem![...]
 Um TIPO DE RAÇA CAUCASEA NO MARANHÃO!!![...]
 Lobo literato, Lobo “chefe de uma intelectualidade”, diz pea imprensa que só o branco é capaz das grandes empresas! Grita que só os brancos são superiores!
 Nega, assim, o “colosso” toda uma história literária! Nega, na sua insonsciência os extraordinários monumentos da literatura e cultura brasileira!
 Nega André Rebouças, Tobias Barreto, Basílio da Gama. Laurindo Rabello, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Carlos Gomes, José Maurício, José do Patrocínio, Gonçalves Dias, Guimarães Passos, João de Deus, do Redo, João Gronwell, Aluisio, Americo, Arthur Azevedo, Cruz e Sousa, Hemeterio dos Santos, Sergio Martinho, Joaquim e. do Nascimento. Hermenegildo A. da Encarnação, Euclides da Cunha, Eduardo Ribeiro, Th. Vaz, Jonas da Silva, José Verissimo, Indio do Brasil, Silvio Romero, Alves de Miranda e tantíssimos outros que não podemos agora enumerar. Mas para achatar Lobo bastaria citar Gonçalves Dias, à custa de quem ele tem feito muitos discursos. Lobo terá perdido de todo a razão? Estarpa Lobo completamente desequilibrado para escrever que só é superior o “branco”?
 O Lobo caucaseo estará tomando gosto com a sociedade maranhense, com os homens cultos de nosso meio?
 Nem os próprios brancos te louvarão a injustiça!
 Há pouco tempo o Instituto Nacional de Música deu a um negro o primeiro prêmio de flauta, e logo o mandou aperfeiçoar os seus estudos na Europa.
 Onde é que está, pois, a superioridade de raça do que fala Lobo caucaseo? Quem ensinou ao dr. Cutiuba semelhante tolice? Pois se o tipo mestiço presentemente em toda a parte tem dado extraordinário resultado!? (MORAES, 1910, n.p).

Em outra passagem, Nascimento, que também era crítico literário e que bem analisava as produções artísticas de muitos literatos do período, demonstra o seu isolamento, evidencia o ódio dos seus inimigos e de uma rede de detratores, que tentavam lhe aniquilar. O crítico literário se manteve de voz firme, postura ativa e aguerrida e pena rija contra os Hércules da brasileira Atenas:

Estou a cercar-me de inimigos e nutrindo ódios contra mim mesmo! Que audácia a minha! Fazer critica nesta terra de finíssimos brancos, de homens ilustres, de talentos incomparáveis, de Hércules que jamais hão de trocar a massa por uma roca de rainha Omphale!
 [...] por detrás, podem dizer tudo, até matar-me, como dizia Sócrates. Tudo o que tenho trago comigo, dizia Bias, aludindo à sua sabedoria, e eu o repito, para os meus detratores. (MORAES, 1903, p. 1).

Se Hércules representa esse ideário de força, simetria, estética e equilíbrio nas formas, tão caros à branquitude eurocêntrica nesse período de transição, é em Narciso que o reconhecimento dos seus pares ganhará azo e justificativa, promovendo a exclusão do que não for espelho.

Nas palavras de Cida Bento (2022), branquitude é um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais. “A branquitude se expressa em uma

repetição ao longo da história, de lugares de privilégio assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações.”. Kaes (1997, p. 262) complementa “O narcisismo solicita a cumplicidade narcísica do conjunto dos membros do grupo e do grupo em seu conjunto”.

Tudo se passa como se tivesse um pacto entre os brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade... O negro é inventado como um “outro” inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse outro é visto como ameaçador. Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social. (BENTO, 2002, p. 7).

Um pacto narcísico republicano maranhense pode ser evidenciado com o apagamento histórico de Nascimento Moraes como um dos fundadores da AML (Academia Maranhense de Letras), além da sua própria interdição na composição dos membros imortais desta instituição. Nascimento só ingressaria em 1935, e muitos explicam esse hiato temporal, vez que a fundação da AML foi de 1908, pela sua contenda com Lobo. Entretanto, somente sabemos que o sismógrafo negro representava uma rachadura no espelho greco-timbirenses da branquitude local.

Nascimento perseguiu a busca pela perfeição sintática e morfológica como afirmação do lugar de intelectual negro no pós-abolição, assim como a possibilidade de apropriação e ressignificação do mito da Atenas brasileira, lugar eugênico sacralizado e fundamentado na branquitude da elite maranhense oitocentista. Nesse contexto, os embates de Nascimento com Antônio Lobo nos jornais marcaram essa tentativa de ruptura, denotando outras possibilidades de cidadania negra no pós-abolição.

Em sua tese de doutorado, Rosângela Carreira afirma a obra “*Vencidos e Degenerados*” como um testemunho-documental e o discurso de negritude inerente à análise da discursividade construída pelo autor:

Há um efeito paratópico que se sobrepõe na narrativa, o qual faz com que esse discurso seja analisado por historiadores, sociólogos e antropólogos como se fosse um testemunho de uma época. Isso se dá, graças a uma **atitude social** e pessoal do enunciador, que além de construir uma imagem de autor, outorga um testemunho que se dá paratopicamente; para representar a voz do negro e preconizar o discurso da negritude (CARREIRA, 2015, p. 62).

O romance *Vencidos e Degenerados*, escrito em 1913 e publicado em 1915, retoma os impactos e efeitos da abolição da escravidão na sociedade maranhense, no final oitocentista. Torna-se ainda mais expressivo como documento quando se tem em vista que a análise sobre essa fase decisiva na formação da sociedade brasileira moderna lida com o problema da escassez de narrativas e testemunhos orais ou escritos elaborados por negros livres ou pessoas escravizadas que conviveram com o fim do cativeiro (SCHWARTZ, 2005, p. 9).

CAPÍTULO 3. APONTAMENTOS NA OBRA LITERÁRIA: VENCIDOS E DEGENERADOS

3.1. Entreatos: 13 de maio, a caliginosa noite sem fim

No Maranhão a abolição chegou por um telegrama, em uma noite cheia de rebuliços, agitações e aspirações políticas com a luminosa notícia da redenção dos cativos. Ninguém dormira na noite anterior, nem escravos e nem senhores, havia um medo e terror instaurado pela possibilidade de não assinatura da lei e com a ruína das estruturas imperialista, a possibilidade de reescravização era um horizonte nesse período de transição. À época, a robustez do direito à liberdade e a materialização da igualdade eram corolários que mobilizavam o existir da população negra.

João Olivier, jornalista vibrante e orador fluente que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos, era um dos mais ardorosos cabos-de-guerra do abolicionismo, membro saliente do Clube Artístico Abolicionista Maranhense. Representava a intelectualidade negra maranhense do final do século XIX e era literato, guarda-livros de importante casa comercial, que aspirava uma sociedade mais justa e inclusiva com o fim da escravidão. Em suas crônicas e discursos, percebe-se seu engajamento nas lutas sociais que encorpavam esse lapso temporal.

Olivier colocado com desassombro num dos mais afamados periódicos da província, foi um dos maiores elementos contra a escravidão. E, como se não bastasse a sua ação na imprensa, onde ele com vigor e até certa violência, doutrinava, repisava o assunto na conversação, descrevendo negras cenas de selvageria desconhecida na capital e que se davam no interior, nas fazendas, e cujas notícias lhe chegavam por intermédio de cartas que raríssimos amigos lhe escreviam de lá, ou que, escravos vendidos e que vinham para a capital, contavam a tremer espavoridos. (MORAES, 2000, p. 32).

A imprensa, por meio do jornalismo, era uma importante ferramenta da recepção e publicização para os meios oficiais das atrocidades, que ainda ocorriam nas terras do interior, onde a lei chega mais tarde do que a vontade do Senhor. Nesse contexto, destacavam-se as cartas do interior para capital e os relatos de pessoas negras que chegavam fugidas das fazendas do interior como formas de transmissão de informações da realidade escravista.

O jornalismo militante e a imprensa negra já articulada no combate e na denúncia das diversas formas de torturas e expiações físicas e psicológicas, pelas quais eram submetidas as pessoas escravizadas, foram uma arma na evidenciação de como a violência que mediava a relação senhor-escravo articulava a relação da branquitude com pessoas negras.

Acerca do assunto, Gato (2020, p. 27) constrói a hipótese de que a *“experiência da subordinação racial e a clivagem de direitos, bem como a legitimidade para violência física e simbólica dela decorrente, mediou as escolhas políticas e a expressão pública dos interesses da gente negra no pós-abolição”*.

No entanto, se a clivagem de direitos fundamentas e a continuidade das violências física e psicológicas mediaram esse estrato temporal, a insurreição negra logo após a proclamação da abolição foi uma realidade evidente. De forma que denota não só um burburinho, mais um alto grau de entrópia no seio daquela sociedade, aqui, representada pelo centro histórico de São Luís. Desfazendo, assim, a ideia de passividade e resignação dos cativos ao mero sabor da canetada vinda da realeza. A rebeldia negra logo após a proclamação da abolição vinha com onda causando assombros e medo na branquitude.

Eram cinco horas da tarde e a cidade fulgia de delírio, ardia na febre ruidosa e empolgante de sugestionadora alegria. Pelas ruas cruzavam-se grupos e grupos de escravos, a gritar loucos de satisfação; outros berravam obscenidades que, como pedradas, iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas, apenas acabavam de sair os últimos libertos. (MORAES, 2000, p. 35).

Quando da proclamação da abolição poucas eram ainda as pessoas escravizadas, a liberdade era uma tônica, isso porque no Maranhão a crise do Algodão permitiu um maior número de terras devolutas, um maior endividamento da classe senhorial rural, que abandonava suas terras doadas desde o tempo do rei e seguiam para a capital da Província, ou do Império. Assim, quando da abolição, embora tardia e já inevitável, no Maranhão a quantidade de libertos já era maior do que a de cativos.

Momentos depois de proclamada a lei, começou a divulgar a notícia de que uma escrava ao passar pelo Rua dos Afogados, dera uma bofetada numa senhora que estava à janela. Esta senhora passara por amarga: viu saírem, portas afora, sem um adeus, desvairados pela comoção da notícia, todos os seus escravos. Diziam os que a conheciam que era uma mulher má, sedenta de cruéis castigos, e que se apontava, distinta, pela impiedade de sua cólera, pelo arrebatamento do gênio irascível e impensadas ações. (MORAES, 2000, p. 36).

Marca a historiografia maranhense, a história de Dona Ana Jansen, Donana, a Rainha do Maranhão, como era informalmente conhecida, que era famosa por ser impiedosa com seus escravos, castigando-os até a mutilação em praça pública. Por isso entra no folclore maranhense, como penitente, cuja carruagem com seu espírito está condenada a vagar,

eternamente, nas madrugadas pelas ruas de São Luís, com um escravo sem cabeça que guia a carruagem, levada por cavalos decapitados.

Donana, como era conhecida pelos seus escravos, faleceu em 1869, a sua lenda inspira não só a personificação do escravismo na memória social e monumental, já que um importante ponto turístico recebe seu nome: lagoa da Jansen. Como, também, é a metáfora para a barbárie e irracionalidade deste período, cujos nortes condutores estavam decapitados.

Provocaram fortes gargalhadas e pilhérias picantes os inesperados cômicos que se deram: cozinheiras que abandonaram os patrões, sem lhes apresentar o jantar; outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde. E em muitas casas se passaram cenas deprimentes e tristes: escravos dando expansão à raiva e ao ódio cometeram desatinos de toda a espécie, quebrando móveis e louças, e mais objetos que se lhes deparavam, e deixavam, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram, atirando ferinos e brutos impropérios que se iam quebrar, como garrafas e vidros, nas rótulas das janelas, nas portas, e na alma aniquilada dos infelizes ricos de ontem, que se viram em grande parte, pobres de um momento para outro. (MORAES, 2000, p. 36).

Configura-se, então, o estado da arte desse período transicional: a fragmentariedade, vista nas imagens quebradiças, descontínuas, que transitavam; desde os golpes de ódio e raiva às risadas, pilhérias, galhofas diante da ruína de uma instituição secular, que instrumentalizou e desestruturou vidas, no âmbito social. O esfacelamento formal das instituições centrais do império já era vacilante e em questão de tempo cairia em cadeia. *“Mas eu lhe dizia que você não conhece os caboclos desta aldeia... Eu lhe explico: nesta terra o indivíduo que não tem ambições, nem políticas, nem intelectuais, nem sociais, é um santo, é um pomba sem fel; fazem-lhes todos os elogios possíveis.”* (Moraes, 2000, p. 63).

Há nestas terras aquecidas do Equador uma idealização social de quem não tem ambição, seja ela em quaisquer dimensões da vida. Observo esse fenômeno sob duas perspectivas, a primeira: como dispositivo de manter a submissão das gentes e a segunda para reforçar a ideia de que o índio ou o negro maranhense era acomodado e conformado com as migalhas de pão que lhes eram ofertadas. Não obstante, em uma terra, evidentemente, sincrética ou de múltiplos pertencimentos religiosos, não possuir ambições equiparava-se a santidade; pomba sem fel.

(...) Aqui há inúmeros homens de merecimento, de incontestável valor. Estes, porém, vivem afastados, vergastados por um desprezo ridículo e mesquinho. Ninguém mais ignora a perseguição política daqui até onde vai. Ou capitula ou morre!...Então você não sabe que nós temos uma literatura oficial? Ignora, porventura, que parte dos homens de letras desta terra vive à custa dos cofres públicos, ou protegidos pelos potentados do mundo oficioso e que, a outra parte, vegeta, passa horribéis privações, sem emprego e sem proteção? (MORAES, 2000, p. 66).

Olivier como um intelectual crítico e mulato, já trazia à tona a segmentação que o mundo oficioso faz; protege e financia determinados homens de letras representantes da burocracia e da branquitude em detrimento de outros intelectuais distintamente valorosos, mas que não possuem o afago ou a cor, que preconizava a infraestrutura social. No Maranhão para se ter emprego e não ser perseguido politicamente era necessário ter algum protetor. Ou como diria um ex-Senador: quem não tem padrinho, morre pagão.

A depender do que escreve o bico de sua pena terá o afago da lei ou o abandono do mundo oficioso. A província se sustentava na relação de compadrio, centrada na ideologia senhorial, que promovia a produção de dependentes, indo na contramão da luta pela liberdade, esse foi mais um mecanismo da branquitude para se manter a colonialidade do poder.

A educação literária como instrução cívica e moral sempre rondou a ilha encantada de São Luís, havia um tempo que era bonito de se ver políticos literatos, Flavio Dino é um exemplo disso, membro da AML, acredito que almeja a ABL, como Sarney, que quando chega ao governo em 1969, tenta demonstrar em discurso que a poesia tinha vencido e que o governo seria de poetas. A ficção literária de tirar o extraordinário de uma matéria bruta e inacabada sempre esteve no imaginário social das elites maranhenses.

Há sim, no Maranhão uma literaturização da política, ao menos em um campo discursivo, traz legitimidade e legalidade ao poder constituído. Um governo de poetas, em que a poesia vence as relações de dominação e poder ou como coloca Lacan concerta as lacunas da linguagem, colore a opacidade da burocracia ante a riqueza das figuras possíveis de serem linguisticamente construídas.

- Mas por que não se chegam ao governo? Por que não se fazem lembrar?...

- Não é isso, não. É uma questão de disciplina moral, de caráter, de princípios. São homens que se educam com os livros em punho, que passam a mocidade a ler e que não conhecem a superioridade a não ser a do talento e a da competência. Fácil é concluir que, espíritos assim educados, não se curvam jamais ante um senador do Império que mal assina o nome, nem podem baixar a cerviz ante o funcionário que não sabe somar, mas que a proteção política altamente colocou, como que querendo humilhar o preparo dos que estudam” (MORAES, 2000, p. 66).

Assim, instaura-se certas tensões no cerne da República: a meritocracia e o compadrio político, a res-pública e o patrimonialismo pós-colonial. Ambos como ferramentas de sustentação social da branquitude. Não adiantava você ter uma educação formal, ler os clássicos, ter talento e disciplina para se autodeterminar, porque a manutenção do pacto colonial

implicava em sempre te colocar no vale para buscar a pedra acima; o compadrio político fazia você abaixar a cabeça para um Senador que não sabia assinar o seu próprio nome.

Por isso, a província era ao mesmo tempo uma terra encantada e uma terra desgraçada, um inferno que precisava ser enfrentado. Não por acaso a esperança no 13 de maio, nas promessas de mudança pela República, na expansão dos direitos fundamentais e na inclusão total no campo da cidadania. No entanto o discurso sobre a melancolia ou a desilusão do porvir ludovicense se encontrava diante das relações tacanhas que empobrece o mundo da vida, as sociabilidades e o espírito republicano.

“-Realmente dói e compunge viver numa terra assim. Mas eu ainda não perdi as esperanças de dias melhores. Obscuro e pobre como sou, sem aspirações, meu caro Machado, tenho ainda fé que isto não permanecerá neste estado por dilatados anos. O grande acontecimento de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa de sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças o peito. A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas forças, novos elementos, novos aspectos... Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio da confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, quem tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política.” (Moraes, 2000, p. 67)

Olivier deposita fé e esperança na abolição da escravidão e compartilha isso à Machado, personagem típico; português, branco, comerciante, que não mede esforços para se dá bem. Oportunamente, enriquece às custas de ilicitudes e do poder de sua estética branca, em uma sociedade escravocrata. Olivier já sinaliza para a importância da liberdade dos negros para o desenvolvimento da terra e do racismo como maior e mais vil violência política.

“(...) e eu mesmo me pareço mais morto que vivo, mais charuto que homem!... Olivier quase sempre se apresentava por essa face era essa a sua feição predominante. **Já lhe tinham custado muito dissabores a ironia e o epigrama; e se ainda não lhe tinham dado um pano de amostra, era por causa de coluna e meia de prosa fluente, saltitante e encantadora que ele escrevia para o jornal de maior circulação na capital.** Demonstrava-lhe uma afeição sincera o seu proprietário, que era um homem independente e de convenções que nem de leve admitia insinuações e pedidos oriundos do despeito e da má vontade. Guarda-livros hábil que era, a profissão lhe garantia a subsistência material; mas nesse posto mesmo o ódio muitas vezes transpondo o balcão e as grades foi rudemente ferir-lhes os brios.” (MORAES, 2000, p. 71).

A imagem de morto-vivo e mais charuto do que homem simboliza bem o lugar social de Olivier. Na construção política das raças a vida nunca foi completa para as pessoas negras, ela se encontrava nas ausências e o próprio extermínio era horizonte. Mais charuto do que homem, me faz enxergar alguém que se sentia tragado pelo racismo na estrutura racial e devolvido sob a forma de cinzas, mas é fato que das cinzas, também, se renasce. Vida, morte e

renascimento. E essa mesma estrutura socio-racial modulava e esculpia habilidades incomuns desse Guarda-livros.

Cumprimentavam-no, sorriam-lhe, dispensavam-lhe toda a consideração, por causa daquela coluna e meia; não que ele atacasse de frente, violento e feroz, mas atirava pedradas certas que iam bater nos telhados de vidro dos inimigos, dos potentados soezes, dos maus e dos imbecis. (MORAES, 2000, p.72)

Jornalista progressista e erudito que era, Olivier criticava com contundência a velha política, a fidalguia sem fé e apropriadora dos bens produzidos pelos excluídos. Graças ao seu domínio da linguagem e sua inteligência formal bem forjada na realidade prática, o abolicionista transitava nas várias camadas sociais, sem deixar escapar a hipocrisia fina estampada nos trejeitos da branquitude local.

Adorava-o a classe média, que via nele um amigo, um irmão, um companheiro. Adoravam-no os infelizes e os desgraçados, os da mais baixa estirpe, os sem nome, sem família e sem árvore genealógica distinta e bem regada, porque sua mão se estendia indistintamente a todos, a todos ouvia com o mesmo respeito e a mesma atenção, **pouco se importando que o olhassem de soslaio os finos e os puros**, os representantes da elite e os dinheirudos burgueses. (MORAES, 2000, p. 72).

João Machado, português branco, que enriqueceu de repente, da noite para o dia, inicia o romance pobre, tinha uma quitanda, onde comercializava bebidas e algumas mercadorias. E a uma altura da república se torna rico, bancário, casa-se com mulher de nobre figura e família, e garante seu passaporte para transitar nos encontros da elite local. Posteriormente, Zé Catraia, ex-escravizado e que sabia de todas as histórias do centro da cidade, porque vivia mergulhado em cachaça, revelará os segredos de tal fortuna, para além dos louros meritocrático típicos da nobreza.

O ex-taverneiro da Travessa do Precipício era atualmente possuidor de uma belíssima fortuna. Como se fez rico, há provada certeza. Falavam, à boca pequena, que os contrabandos o tinham ajudado extraordinariamente. Havia também quem dissesse que ele passava cédulas falsas. (MORAES, 2000, p.73)

João Olivier tinha um mestre, o professor do Liceu Carlos Bento, que embora abolicionista e republicano, representa a intelectualidade branca decadente da Atenas brasileira, cujos referenciais civilizacionais eurocêntricos seriam essenciais para as renovações sociais prometidas pelo novo sistema político. Contudo Olivier já visualizava as permanências do estado de coisas e a desesperança se torna sua companheira. Ocorre a distopia sobre os principais eventos do final do século XIX que direcionariam como seria o século XX. As

promessas não foram cumpridas, a grande noite permanecia no ar, em um horizonte, em que a aurora tardava a chegar.

-E tem porventura fundamento a tua persuasão? Por que te desiludiste assim tão depressa? Tão pouco tempo há decorrido! Meu João, há evoluções que duram séculos. (Velho Bento)

- Não duvido que esteja enganado; e prouvera que meu espírito se houvera empanado, quando me convenci de que tudo estava perdido. Acho, porém, que para infelicidade minha e sua, eu vi claramente os horizontes de nossa terra. **Eu esperava que depois do 13 de Maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante; esperava que houvesse uma renovação social.** Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que hoje nos infelicitiza (MORAES, 2000, p. 75).

Professores que eram, Nascimento e Olivier, acreditavam que a liberdade era conquistada pelo despertar que o conhecimento provoca, alicerçado no poder de uma educação libertária, como ingresso à cidadania. A inclusão neste plano jurídico-político passava pelas transformações que os bons livros promovem. O analfabetismo e a enxada permaneceram como ferramentas na manutenção da matriz colonial, que se atualiza e vigora em qualquer sistema político.

- Mal cuidaste. Bem compreendo. Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem **a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que chamam de direito político.**

-Mas que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder... (MORAES, 2000, p. 76).

No romance também se observa a tensão entre o ideário eugênico da imigração europeia para modernizar as lavouras do norte agrário, em contrapartida há o fenômeno das terras de preto sobre as terras devolutas e abandonadas pelos senhores. A imigração europeia, no final do século XIX, contribuiu para a consolidação de uma ordem social em que o “branco” passou a ser associado a atributos de civilização, progresso e modernidade, enquanto as populações negras e indígenas passam a ser estigmatizadas e marginalizadas, no centro, da República. Esse movimento da história, o qual acompanha o período de transição reforçou sistemas de exclusão e a legitimação do poder por meio de discursos que associam a modernidade à presença europeia.

No livro o professor Carlos Bento advoga em favor da imigração, ao mesmo tempo, que percebo um plano da ironia do próprio Nascimento, que brinca com as pseudo teorias raciais, como se as pessoas negras não tivessem braços para as lavouras. Ponto interessante, também,

porque esbarra no exercício da própria autonomia e poder de decisão dos libertos, que por aqui preferiam trabalhar pra si, do que suar e sangrar nas extenuantes jornadas nas lavouras de exportação.

- Também não vou por aí, pois vejo que a vida e progresso em muitos Estados, onde se criam escolas até noturnas, estabelecimentos importantes, como sejam institutos profissionais, nos quais gratuitamente se dá instrução ao povo. O que tu deves registrar é que nós não tivemos elemento exterior para auxiliar-nos, não nos favoreceu uma imigração qualquer, de gente trabalhadora e inteligente, nem, ao menos uma coloniazinha de meia-dúzia de holandeses diligentes, audazes e altivos. Continuamos com os mesmos hóspedes, os irmãos portugueses, que, filhos de uma cultura secundária, baldos de uma orientação apreciável, o que fazem é esse comércio de pequena bitola a que se acostumaram e que prejudicialmente ensinam aos filhos e aos caxeiros (MORAES, 2000, p. 77).

No maranhão a ação prática que se sobrepôs a própria imigração europeia para as lavouras foi a formação das terras de preto, aliado ao esquecimento e pouco interesse que tinha o Império-República nesta região do norte agrário. A consolidação dessas terras não só possibilitou a manutenção de práticas culturais, linguísticas e religiosas específicas das comunidades negras, mas também ajudou na construção e afirmação de uma identidade coletiva, em que o território se torna um símbolo de resistência, existência e autonomia.

Por outro lado ao passo em que se tem resistência e buscas pela materialidade da liberdade, a branquitude se ressignifica e reatualiza os significados da escravidão. A gramática de cores e a semântica dos adjetivos para manter o significante do escravizado grassa a toda ligeireza na estrutura social do pós-abolição. Muitos desses adjetivos longe da inocência pueril da neutralidade; encarnavam conotações históricas e simbólicas que reforçavam estereótipos de inferioridade e subalternidade, aptos a eternizar a precarização da cidadania dos libertos. Nascimento já notava isto e narra em seu romance.

O velho Bento levanta-se, pega no cachimbo que ele costumava colocar no peitoral de uma das janelas que dava para o quintal; acendeu com uma brasa que lhe trouxe na colher **o rapazito que ele criava**. E depois continuou,- Está ainda nesta falta de imigração a paralisação das principais fontes produtoras do Estado; porque falta quem nos venha ensinar os modernos métodos. **Ainda se o Governo subvencionasse os nossos patrícios que quisessem ir estudar na Europa.** (MORAES , 2000, p. 78).

O professor Bento, preceptor dos jovens intelectuais maranhenses, republicano, possuía escravos e acreditava no patrocínio do Estado aos estudos dos patrícios da terra. O patrimonialismo se mantém na república e é chancelado pela elite intelectual maranhense, que como disse Jomar “O grupo maranhense foi forjado na estufa da escravidão”. Isto só demonstra

a cumplicidade e o engajamento republicano no patrocínio das estruturas institucionais e intelectuais herdadas da escravidão. A República de um Estado pós-colonial não caberia aos vencidos e aos que foram degenerados.

A Cultura de estudar na Europa e voltar para a terra com a ética e estética lisboeta cumpria um duplo movimento: a legitimidade para que a Nação entre na modernidade e a permanência da colonialidade nas instituições modernas. Enquanto o ambiente acadêmico europeu promovia um conhecimento que simbolizava a técnica e o progresso, simultaneamente, os métodos científicos empregados contribuíram para a consolidação de um imaginário de superioridade racial. E principalmente como ilusionistas; maquiavam a face oculta da modernidade.

Professor Bento crítico da classe senhorial abestalhada por não ter cultura acadêmica, põe-lhe a culpa da crise das grandes lavouras do norte agrário. Todavia a continuidade das relações coloniais e escravocratas contribuiu para uma estrutura fundiária tecnicamente ineficiente, extremamente dependente e pouco produtiva na lógica do latifúndio. Além disso em uma transição de faixa para o trabalho livre, torna o liberto avesso e construtor de um contradiscurso ao trabalho com matizes escravocratas no pós-abolição.

De 13 de Maio para cá começou o Maranhão a decair materialmente, não por falta de braços como vulgarmente, erroneamente, se propala por aí de toda região brasílica; que nunca nos faltaram braços, nem os podia faltar num país que conta com dezoito milhões de habitantes, no mínimo de aproximação numérica. Começou a decai, a empobrecer, porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação ao que acudiam aos honrosos qualitativos de lavradores, agricultores e fazendeiros. (Professor Carlos Bento) (MORAES, 2000, p. 81)

3.2. Entre permanências e continuidades

Cláudio Olivier é filho adotivo de João Olivier, e o protagonista da segunda parte do romance. Ele vai seguir o caminho do pai, estudante do liceu maranhense, se dedicará as letras, a imprensa e ao magistério. Cláudio poderia representar o Maranhão de esperança no pós-abolição, o suposto Maranhão republicano, através de seus passos poderemos fazer alguns apontamentos sobre a estrutura econômica e política que se rearranjou para inviabilizar os direitos civis e políticos dos novos cidadãos, nesse regime de historicidade.

“- É inteligente e ativo o rapaz! Tem feito progressos admiráveis nos estudos, apesar da perseguição que lhe movem despeitados e da má vontade que constantemente se manifesta contra ele, da parte dos professores, a princípio, e depois, por imitação, da parte dos colegas (Olivier falando de Cláudio) (MORAES, 2000, p. 87).

Sofre perseguição por não ser de família com Sobrenome, além de corporificar a mestiçagem degradada do final do século. Os pais biológicos de Cláudio são ex-escravizados; Aranha e Andreza. Aranha é sapateiro e trabalhou por muito tempo como guarda-costas de coronel, tinha fama de ser bom de capoeira. Andreza era cozinheira, foi estuprada pelo coronel Magalhães nos tempos de escravidão e teve o João da Moda, personagem que guarda a memória do cativo e é liberto antes do falecimento do coronel.

Personagens marcados pela projeção do racismo em tempos omissos em direitos e ativos na manutenção de hierarquias raciais, na estipulação de uma subcidadania justificada por uma seletiva humanidade. Uma república que nasce sob a queima dos documentos da escravidão carregará a mancha do cativo, até conseguirmos no “contra arquivo” acessar e restituir nossa própria memória, que se manteve, apesar das indisponibilidades colocadas.

- Que dá motivo a isto?

-A prevenção que há nesta terra contra todo rapaz que não descende das antigas famílias dos **omissos tempos**! E é preciso que lhe diga: a minha sombra ainda é quem faz que os perseguidores guardem do pequeno respeitável distância. Outros há que são aberta e francamente fustigados... No meu panfleto há uma parte consagrada aos nossos prejuízos sociais. Eu os conheço, Olivier; não sabia, porém, que eles encontravam abrigo na alma dos nossos afamados educadores. São vícios de origem. Que queres? **Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam preconceitos.** Não se pode negar que são na maior parte distintos, brilhantemente preparados os professores do nosso Liceu; mas essa instrução cresceu e se desenvolveu ao lado do prejuízo do tempo. O vício é de princípio, e todos os vícios desta natureza (é até um lugar comum repetir) são incuráveis.

- Pau que nasce torto...

-É isto mesmo... tarde ou nunca se endireita.” (MORAES, 2000, p. 88).

O Diálogo entre Olivier, sua mãe e seu filho adotivo, mostra a permanência do estado de coisas, a continuidade de estruturas arruinadas. Três gerações atravessadas por problemas muito parecidos, os compõem a trama das relações sociais de São Luís. O segundo protagonista Cláudio, torna-se simultaneamente, também, o estado da melancolia da república e a persistência do racismo no pós-abolição; que persegue os negros que tentam crescer e vencer pela intelectualidade. Cláudio carrega em si os signos da esperança e da desilusão.

- E no entanto eu creio que com trabalho lento, mas pertinaz, as coisas chegariam aos eixos...

- Perfeitamente; mas esse trabalho só poderia ser feito por homens educados. Estes fazem parte da corte e está claro que não trabalharão no sentido de dar um carambola nesta igreja, e os que poderiam trabalhar estão, infelizmente, impossibilitados de tal, porque lhes falta a instrução necessária e precisa, e esta instrução lhes é negada nos nossos estabelecimentos de ensino.

- Mal sem cura... (MORAES, 2000, p. 90)

Oliver acreditava em uma terra mais inclusiva, isonômica e de oportunidades, no entanto, sabia também que os direitos haveriam de ser conquistados, por meio de lutas. A renovação social de que tanto falava tinha de ser promovida por novas pessoas, as que não estavam na corte, porque estas já estariam viciadas pelas relações nobiliárquicas. A educação e a formação dos filhos dos escravizados era o paradigma para o renovo de São Luís. Olivier pensa a república de forma horizontal e democrática, sem os excluídos, sem os degenerados, não haveria república.

- Não chego a tanto, mas sem medo de errar, digo que é uma panelinha muito bem temperada...

-Esta terra é para duas classes de gente: portugueses comerciantes e descendentes das antigas famílias.

O artista é, aplicando a frase do poeta, a vítima imbele que o tufão roubou!

A nata social é um composto de portugueses capitalistas, os descendentes dos cujos, e algumas famílias pobres e mal arrumadas que se curvam à vontade suprema e que por isso ganham um pouquinho de bem-aventurança.

- E no entanto tu vais vendo...-observa a mãe de Olivier.

-Mas não é pelos meus bons olhos. A senhora compreende perfeitamente...

- Eu não!... (MORAES, 2000, p. 90).

O literato não entrava nas arcadas da brasileira Atenas, ali já não havia espaço para o artista prosperar, os literatos haveriam de ir para outras terras. Na província o que valia era o sobrenome e a raça. Olivier era um crítico contumaz, sua mãe utiliza do desconhecimento para continuar a viver diante daquelas relações pecaminosas no norte agrário. Não tomar ciência de sua própria condição existencial era uma estratégia de sobrevivência desde os tempos do cativo.

- É porque não quer pensar um momento. Seu marido e meu pai, foi solicitador e rábula por muitos anos nessa cidade; o que quer dizer; sabia da história de quase todos os habitantes deste vale, quais os gatunos, quais os prostituidores, quais os falsários, etc. Os autos ainda estão aí.

-Como não me haviam de receber bem? Armado com tão belas armas para uma guerra de sucessão, era um inimigo terrível, e mais prudente acharam aturar-me com as minhas inconveniências e irascibilidade. E a prova de quanto afirmo, argumento esmagador que a vai fazer calar, num instante, é a perseguição que investe feroz contra Cláudio. (MORAES, 2000, p. 91)

Muito embora o pai de Olivier tivesse serviço prestado na cidade e soubesse das histórias boas e ruins de todos, a sociedade não aceitava Olivier, cujas as armas eram as palavras, orador estonteante fazia discursos avassaladores e cortantes aos potentados locais e colecionava

desafetos, era um polemista. Perseguição esta que estava sendo transferida para o seu filho, que seguia os rastros deixados pelo pai; nos estudos das letras e nas polêmicas na imprensa.

- O Cláudio, eles perseguem porque não gostam de ti.
 -Mais uma prova da incapacidade moral dessa gente, a ser verdade o que a senhora diz. Eu, porém, estou convencido de que se não fosse eu, a perseguição seria maior.
 -Eu também acho que sim,- confirma Cláudio.
 -Diz o rifão que há males que vêm para bem, -recordou a veneranda senhora. – Se não fosse isso, ele não capricharia tanto para fazer bonita figura.
 -E será mesmo no dia de amanhã,-continuou Olivier,- uma unidade de guerra que se há de voltar com todas as baterias contra eles.
 -É o que não aconselho. Ele está vendo a vida que tens, as dificuldades que te cercam. Já que estás lhe fazendo este benefício, manda-o formar em Direito, ou em Medicina, consulta-o sobre a sua vocação, e com alguns sacrifícios sustenta-o na Academia. (MORAES, 2000, p. 90)

A incapacidade moral de que se queixa o autor nada mais é do que uma moral e ética racista. A incapacidade de absorver o negro intelectual na sociedade cria a imensa necessidade de exterminá-lo em outras dimensões, principalmente por sua continuidade, por sua descendência. A hereditariedade negra precisava ser quebrada, e, para sobrepor a toda essa investida predatória, foi necessário criar o jargão de que o preto tinha que ser três vezes melhor, mesmo diante de trezentos anos de escravidão. O *“fazer bonita figura”* simboliza o ideário da busca da perfeição, a partir do olhar do outro, da sociedade branca (de parâmetros racializados), colocando-nos na dupla consciência de Du Bois.

Olivier, que nascera no final do Império e guardara a memória do tempo do cativo, já abominava a cultura academicista do bacharelado encastelado e, embora leitor dos clássicos, tinha consciência de que o estudo haveria de ter a serventia de mudar algum parafuso das engrenagens que movem o mundo. O abolicionista ainda se orgulha em ter criado e educado um lutador incansável por direitos dos desassistidos, direcionamento que une razão e emoção nas tomadas de decisões, coração e cérebro para trazer a empatia e a sensibilidade para o campo de batalha.

-Mas como nós andamos por trilhas opostas! Eu estou criando um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça, é que eu o estou preparando. Um homem que tenha alguma coisa de leão é o que eu estou preparando. Instruo um cérebro e educo um coração. Cérebro que pense nos altos problemas de sua terra e de seu povo, coração que saiba amar e odiar, amar o bom e odiar o mau.

Olivier tinha sempre estes rasgos com os quais a família e os amigos já estavam acostumados. (MORAES, 2000, p. 91).

Entusiasta em seus discursos, o jornalista negro tinha a utopia como estrela do norte, sem deixar de pisar o chão de barro que pavimentou o centro histórico da cidade. A sua maior frente de luta era por meio das letras: com sua pena em rije escrevera crônicas, contos, resenhas críticas e romances sobre a província do Maranhão. Fazendo uso de um repertório rico, suas palavras eram afiadas, e os seus discursos eram cheios de referências e muito bem martelados. Ele servia a luta dos negros e a consolidação de uma República sem senhores ou coronéis, princípios esses que foram passados à sua próxima geração:

“- uero o Cláudio um homem destemido, e não um bacharel qualquer, forrado para resistir a insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos; um polemista terrível que faça uma época e traga com a lâmina cortante de sua prosa, que há de ser castiça e fulgurante, o pêlo desses animais que nos maltratam. Se me educassem polemista, outros galos me cantariam, e esse pessoal ruim passaria bem devagar nas minhas mãos.” (MORAES, 2000, p. 92).

O abolicionista sabia que a guerra era inglória, constante e contínua e que, no meio, muitas intempéries iriam despejar-se, motivo pelo qual saber absorver os golpes era essencial.

A luta política era eivada de malversação, não era para amadores. Conquistar direitos básicos significava atear fogo na estrutura secular do patriarcado escravista colonial. Instituições essas que forjaram a República e se desdobram até hoje, em um tempo que não passou, que vai e volta, puxa e repuxa o passado e se projeta no futuro. Trata-se da espiralidade do tempo na atualização dessas instituições coloniais. Em outras palavras, muda-se o vestuário, mas permanece, os personagens. A cena do teatro republicano é colonial:

Ultimamente, à força de ouvir sempre a mesma coisa, foi-se-lhe acalmando o ânimo, até àquele sorriso que lhe vinha aos lábios, quando via o filho empenhados em luta pela liberdade, em delírios pela República, que vinha a fazer do preto cidadão. Não obstante, quando a linguagem de Olivier ultrapassava essa bitola comum, os pruridos de outrora se agitavam, subia-lhe o despeito ao seio, e ela dizia mais alguma coisa, em defesa da raça de que descendia.” (MORAES, 2000, p. 94)

As permanências minavam o entusiasmo utópico de Olivier. O tempo passava e as mudanças não modificavam as realidades. Impotente, lutara tanto pela abolição que se decepcionara com a própria República. Erguia, por anos, uma pedra morro acima e, já no topo, esta escorregava dos seus braços, enquanto seu rosto suado de sangue apenas a olhava desmoronar morro abaixo. Se é bem verdade que há permanências no estado de coisas, há continuidade, também, na luta, na resistência e nas formas de se opor à ordem pré-estabelecida.

3.3. A questão literária no pós-abolição

O pós-abolição é um problema histórico na crise do tempo. O fio da tessitura que atravessa o tempo e desafia os novos cenários é Cláudio. Olivier, como Gonçalves Dias, falece na costa dos mares bravios de São Luís, quando estava voltando de Belém. Não aguentou a perseguição política no Maranhão, estava emparedado como Cruz e Sousa, fechavam-lhe o caminho por todos os lados. Já não tinha o superpoder da juventude, mas sabia andar nas rotas construídas pelos anos de sempre. Foi-se para Belém tentar uma outra sorte:

Sua vida passara por uma transformação extraordinária. João Olivier, seu pai de criação, o vibrante e inesquecível cronista maranhense morrera ao voltar de Belém, para onde fora, depois de alguns anos de ostracismo em sua terra. O grupo político contrário ao que ele pertencia galgou o governo definitivamente. Olivier aguentou os primeiros anos de perseguição. Dava-lhe o ordenado de guarda-livros, o qual, por causa das péssimas condições do comércio, fora reduzido para as despesas mais urgentes. A crônica não lhe rendia nada. A imprensa maranhense é servida por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se em representa-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro. (MORAES, 2000, p. 97).

A memória é seletiva, abre e fecha como uma chave, modula-se no correr do tempo e se atualiza no calor das batalhas, na amplificação do Direito. O que Cláudio e Olivier representam é essa trama contínua por inclusão cidadã, pela efetividade de direitos civis e políticos, que constituem a memória coletiva da gente negra.

O vigoroso abolicionista, ao se deparar com o pós-abolição, perde a pujança, que sempre o acompanhou, e, sem forças, passa a sucumbir nesse novo sistema político. O pós-abolição como catástrofe é porque se torna infinito na experiência do tempo histórico, já que a distância entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa nunca findou:

“Olivier era um destes abnegados. A perseguição de que era vítima, em parte ocasionada por essa imprensa a quem ele servia por amor à arte, apresentou-se furiosa e insolente na casa comercial onde ele era empregado; impôs-se, por fim, ao patrão, e o desditoso guarda-livros começou a sentir o fel da indiferença que, contra a vontade, lhe dava a provar o seu velho e leal amigo de tantos anos. Nas horas vagas, fazia pequenas escritas em tavernas e armazéns e estas lhe foram arrebatadas pelas exigências dos inimigos; só um português repeliu a afronta e varreu do espírito independente a indignidade que o aconselhavam, sem levar em conta a prevenção que lhe ficou a vigiar os negócios, para, na primeira oportunidade, dado o sinal, a desforra cair-lhe em cima, sôfrega e ardente. (MORAES, 2000, p. 98).

Até mesmo os velhos amigos do jornalista negro estavam-lhe abandonando, ceifaram-lhe até mesmo as possibilidades da escrita, a publicização de suas ideais e o progressismo necessário na abertura do período de transição. Aos poucos e simultaneamente, ocorre o

declínio, a estética da queda. Olivier e seu entusiasmo fulminante vão dando espaço à escassez no mundo da vida, e o pós-abolição passa a ser um verdadeiro anticlímax.

Quem ainda mantinha Olivier ali, na imprensa, na condição de opositor dos governistas de situação, era o Machado. Contraditória e ambígua essa relação com o português, que, ao mesmo tempo que lhe socorria com empréstimos, enriquecia com falcaturas, estelionatos e contrabandos. Admirava a cultura de Olivier, por isso lhe ajudara, porque compartilhar um pouco dessa cultura fazia Machado se sentir menos excluído nas rodas e nos bailes que a elite econômica e intelectual promovia:

Quem lhe facilitava os negócios, quem o desapertava era o Machado, que não mais o deixou, alimentando e robustecendo aquela amizade de 13 de Maio de 1888. Eram as finanças que lhe davam às letras de banco, eram os valiosos presentes de comestíveis que vez em vez lhe faziam, sabendo de suas necessidades. Olivier, embora forte de espírito, alma afeita aos embates da vida **cedia devagar à amargura**: -Quando mudará esse estado de coisas? -Daqui a trinta ou quarenta anos! Estou condenado a morrer de fome. Que não me falte resignação (MORAES, 2000, p. 98).

A luta por direitos cedia à amargura, teria uma dimensão do constitucionalismo do atlântico negro na melancolia, em que a constituição republicana de 1891 continuava sendo um norte de esperança, mas de efetividade racialmente limitada. A realidade prática não acompanhou as transformações sociais do papel. A evidente crise do período de transição, marcada por disputas em torno de um novo modelo político, passa a se reconstruir sob a ótica das velhas concepções hegemônicas:

Apertando-se-lhe, porém, as condições monetárias com o acentuar-se a crise econômico-financeira do Estado, reduzidos os seus vencimentos, aumentando o número de suas obrigações para com a família, pois adoeceram sua irmã mais velha, que muito o auxiliava com a sua costura, e sua mãe que, derribada por terrível enfermidade, tornou-se fonte de despesa, Olivier pensou mais seriamente na sua posição bastante crítica e difícil. Veio-lhe à imaginação a florescente Belém, onde os guarda-livros percebiam somas fabulosas, a dar-se crédito ao que contavam os que de capital os que de capital vizinha vinham a passeio, ou a tratamento da saúde alterada. (MORAES, 2000, p. 98).

Belém, nos idos de 1880 e 1910, vive um período áureo na agroexportação brasileira, pela extração do látex para produção da borracha; o famoso ciclo da borracha. Essa Belém, em crescimento econômico, receberá muitos maranhenses seja para o serviço manual, seja para concretização e difusão de ideias literárias e políticas. Uma Belém florescente, uma São Luís decadente, foi o contexto necessário pra um importante fluxo migratório do Maranhão. Nesse fluxo que muitos vão para o eixo sudestino como; Aluísio, Arthur de Azevedo e Coelho Neto.

Ambos irão articular e concretizar as ideias de Nação, Estado e Direito, por meio da prosa, do teatro e da literatura, vez que a estética cultural constrói a identidade dos povos.

Olivier, já casmurro e desacreditado com a São Luís em ruínas do pós-abolição, vai tentar a sorte em Belém. Cansado de tantas lutas inglórias, acredita piamente que saindo do seu torrão natal, poderia ter algum valor numa cidade que valorizava o caminho das letras. Precisa sair para prosperar, isso martelava em sua mente. Ir para um centro econômico-intelectual que valorizasse suas habilidades nas ciências e nas letras. São Luís um inferno imprestável continuaria a ser uma terra de picaretas.

O Machado sempre solícito foi quem o tirou da enrascada. Emprestou-lhe dinheiro para viagem.
Olivier embarcou lacerado dos mais cruéis pensamentos, mortificado pela acerba saudade, ferido no seu amor.
Meia dúzia de amigos foram deixa-lo a bordo do paquete. De casa só o acompanhou até à rampa o Cláudio. (MORAES, 2000, p. 99).

À bordo do navio não foram muitos, o abolicionista carregava no peito todas as ilusões de sua cidade e a descrença até ali, que aquilo de sair do seu rebento; não poderia ser verdade, mas era. A terra que lhe viu nascer, agora não o veria morrer de tanto emparedado que estava. O torrão gonçalvino era ingrato com seus filhos mais ilustres, estava dominado por estruturas pouco republicanas de poder. A poesia não venceu. O governo era de continuidade ao antigo paradigma. Coragem e juízo era o que Olivier deixava para Cláudio, além de seus escritos sobre esse período de transição.

-Você volta daqui, meu filho. Ser-me-á mais penoso despedir-me de você no paquete.
Juízo e coragem!
Olivier foi bem recebido em Belém, onde seu nome era sobejamente conhecido. Foi-lhe fácil obter um emprego no comércio, com avultado ordenado e colocação na imprensa oposicionista que lhe pagava a colaboração.
Coerente com seus ideais, não se chegou ao governo:
-Não posso compreender que quem é oposicionista no Maranhão, seja governista no Pará! Quem assim procede não pauta os atos pelos princípios com que se rege, mas prova que o seu único móvel é o pandulho que precisa estar cheio. Praza Deus que a necessidade nunca me leve a renegar os meus ideais!
De Belém sustentava ele a família, mandando-lhe mesada. Escrevia longas cartas conselheiras ao **Cláudio, que passou a estudar com o velho Carlos Bento.** (MORAES, 2000, p. 99).

Cláudio continua Olivier em seu amor pelas letras, em sua perspectiva crítica aos potentados e no seu desejo de vencer pela literatura. Cláudio e Olivier, pai e filho, negros, jornalistas e literatos, demonstram um surgimento de uma tradição negra na literatura maranhense; que fundou correntes literárias, grêmios estudantis, escolas e buscou educar suas

gentes como Nascimento Moraes. Há uma forte crença da ascensão pela educação formal, que é transfigurada, também, pela corporificação da presença negra; a educação formal passa a não ser tão formal assim com essa nova estética disruptiva. Não por acaso Cláudio por vezes é chamado de “príncipe dos vencidos da vida”.

Cláudio tinha decidido gosto pelas letras. **Seguia admiravelmente as pegadas de Olivier de quem lia**, sempre que podia, os escritos. Imitava-lhe a forma em que vasava aquele sentir irônico que era arma predileta do malogrado cronista.

As letras, porém, já lhe iam dando seus amargos frutos, já lhe iam amontoando dissabores que ele tinha pena em os afogar. Fundara com alguns moços que lhe eram afeiçoados **uma associação literária**, sob os auspícios de Gonçalves Dias. E, como houvesse marasmo literário no Maranhão, dormindo as letras um sono condenador, depois de tantas lutas, e tantas atividades, o Grêmio Gonçalves Dias foi uma nota saliente na vida pacata de São Luís. Choveram as chufas, os doestos sobre o Grêmio, o ridículo distendeu suas malhas para prender nelas os seus membros. A fundação do Grêmio foi o assunto predileto das rodas; falava-se nele nos bailes e nas tavernas, falavam grandes e pequenos; e ainda mais se falou, quando a diretoria do Grêmio, reunida, visitou as redações dos dois jornais diários da capital, comunicando-lhes que tinha ficado resolvido em sessão, que em todas as reuniões ordinárias do Grêmio cada sócio defenderia uma tese, que seria tirada à sorte na sessão anterior. As sessões se realizariam todos os domingos, em casa de um dos sócios, o Plácido Monteiro, filho de um calafate que possuía alguns vinténs e tinha a residência, que era casa de sua propriedade, na rua da Cotovia, bem preparada. (MORAES, 2000, p. 104)

A luta negra no norte agrário, fazia-se fortemente pelas disputas literárias. A criação de grêmios estudantis denota esse caráter. Quem foi jovem nessa transição de tempo viveu essas querelas intelectuais travadas por meio de debates orais em tribunas, nos bailes, nas tavernas, nas ruas, em todos os espaços possíveis. Ao mesmo tempo, que São Luís vive o declínio na literatura diante das décadas anteriores de fausto, de grandes representantes, que iluminavam o cenário nacional.

No início do século XX, a uma tentativa hercúlea de reerguer a ilha encantada, catapultando-a em novos e maiores horizontes, proporcionando a seus novos filhos a oportunidade de, também, compor a História nacional, a partir de suas próprias histórias. O Grêmio Gonçalves Dias é essa ponte. Associações literárias como: Os Novos Atenienses e a Ressurgência Literária estão nesse bojo ou cofo, como diz o maranhense.

Há uma dimensão da cidade que está em movimento pelas letras, a ressurgência e insurgência da literatura a partir de outros e novos intelectuais era uma realidade clamada pelos cantos, becos e vielas; um negro e outro filho do povo, a sedimentação de novos lugares discursivos que desestabiliza o plano anestesiado, permanente e duradouro da branquitude. A luta por esse enunciador negro que não só fala como escreve e escreve o que vive e passa é algo contínuo na história do meio norte maranhense. “os colegas não lhe poupavam o pelo; que ele

estava com mania de ser um segundo Olivier, e encontrara aquela gente imbecil para lhe fazer o coro”. (Moraes, 2000, p. 104)

Não por acaso a translocação desse lugar de quem escreve assombra a branquitude, pois possibilita a reinterpretação dos fatos e a reconstrução do discurso não só sobre os eventos oficiais, mas também na microfísica das relações de afeto e diárias que atravessam as pessoas negras. O desembargador Tomás Brito demonstra justamente esse assombro com a possibilidade dos vencidos tomarem o papel e o bico de pena, e assumirem os lugares que naturalmente não correspondem a estrutura burocrática e republicana inventada na província.

O desembargador Tomás Brito, um extremado fidalgo que tinha dois filhos peraltas, que passavam os anos a dar cascudos pelos Liceu, a cometerem tropelias de toda sorte por onde iam, uma tarde, à mesa de jantar, depois de ler no Diário uma notícia da saída do Campeão, disse:

-Vejam o futuro que há de vir por aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados de um Cláudio Olivier, de um Plácido Monteiro, que naturalmente virão ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições!...

(MORAES, 2000, p.108)

Há uma preocupação visceral geracional da elite jurídica econômica e intelectual na mobilidade social, na desestabilização de lugares já naturalizados e ontologicamente ligados a branquitude. A ascensão de Cláudio e Plácido Monteiro, filho de um operário, representa as vitórias pontuais dos periféricos, mas que não se deram por vencidos; que ensejam a construção de novas narrativas, muito embora não haja modificação da infraestrutura colonial do poder. A imagem de uma cidade ilustrada aos poucos contrastava com a realidade da exclusão social e da desigualdade racial, elementos que ficaram ainda mais evidentes no pós-abolição, com o despontar da intelectualidade negra.

3.4. Uma hermenêutica distópica

Cláudio torna-se um intelectual, leitor dos clássicos e de Olivier, aluno dedicado de Carlos Bento, toma gosto também pelas luzes das noites febris do centro histórico e beberricava aqui e acolá uma parati para esquentar o espírito, sensibilizar a alma e fermentar as melhores ideias para a fala. De Olivier, herdou o gosto pela literatura e pelos rompantes discursivos. Foi numa reunião festiva, na casa de João da Moda que conheceu Armênia Magalhães, filha do Coronel Magalhães:

[...] uns trinta e tantos anos, já em decadência de forma, em declínio de exuberância, mas ainda formosa, ainda simpática, ainda infernalmente sedutora, pela distinção do

porte pela admirável disposição de linhas, harmonia de membros, o bem lançado dos braços e seios entumecidos, que naquela noite arfavam num corpete cor-de-rosa, a sobressaírem com a graça sedutora, tronco esbelto repousado em soberbas colunas que se desenhavam belas na saia de cambraia branca. (MORAES, 2000, p. 115).

Armênia era uma mulher branca, filha de senhor de escravos, prendada no bom português lapidado pelo latim, além de pianista e fina. Quando se envolveu com Cláudio, já não estava tão jovem, já tinha tido sua grande desilusão amorosa e na cama já navegara com alguns outros dois poetas, *“cavalheiros fidalgos da desilusão e do desgosto”* (MORAES, 2000, p. 116). Tanto que, nessa descrição contrastante, Armênia carregava em si o equilíbrio da forma da branquitude e, ao mesmo tempo, era uma mulher de uns trinta e tantos anos desgastada pela sexualização e sensualização.

Encantara logo imediatamente os olhos de Cláudio. Armênia fidalga, desiludida e criticada pela alta sociedade maranhense por sua inclinação às noites nas tavernas. Cláudio negro, literato e pobre, criticado por todos, pelos três adjetivos. Os dois se encontram numa noite boêmia de reconhecimentos e estórias. Os paradoxos, aparentemente ingênuos, amalgamavam a teia da relação, e há quem diga que o amor nasce em contradições. *“-E os teus olhos ressuscitam os mortos para os crucificar no Calvário dos teus seios!”* (MORAES, 2000, p. 117). Era uma relação proibida pela sociedade maranhense, que poderia ressuscitar os mortos apenas para crucificá-los na vigência desse enlace.

Armênia era filha do Coronel Magalhães, cruel senhor de escravos, que teve a má sorte de ser assassinado por seu ex-escravo Alfredo. No entanto, não foram poucas as tentativas de homicídio que sofrera em vida. O capoeirista e sapateiro Aranha (pai biológico de Cláudio) nunca perdoou o coronel pelo crime de estupro que incorrera à sua companheira Andreza (mãe biológica de Cláudio), que nunca mais foi a mesma depois da violência sexual sofrida, isso nos tempos do rei. Como se não bastasse, após o parto, o coronel pagou as parteiras para afastar o filho de Andreza, que nunca mais soube do seu rebento. Antes de falecer o Império, o coronel contou essa história para seu filho bastardo, o João da Moda.

A morte do coronel Magalhães, famoso por sua ferocidade ao lidar com os escravizados, e a relação afetivo-sexual de Cláudio com Armênia denotam a crise da classe senhorial. Essa já vinha se esfacelando nessa zona cinzenta do estrato temporal. Ocorria, paulatinamente, a desnaturação de personagens como o coronel Magalhães, sua filha Armênia e o professor Carlos Bento, o qual se torna cada vez mais sem a salvaguarda e o prestígio do mundo oficioso.

Interessante que, ao longo do Império, o coronel sofreu várias tentativas de assassinato, mas não morreu. Foi alvejado, ferido, fugiu para mata, ficou acautelado na casa de seus

escravos. Porém, só passou a ser ferido a ponto de morrer na República, no pós-abolição, por seu ex-escravo, Alfredo, que, posteriormente, veio a ter sua pena capital proferida pelos irmãos do coronel: o enforcamento em praça pública, onde o coronel foi assassinado.

Armênia fora enganada pelo seu primeiro pretendente e professor italiano de piano, que a amou por algumas notas de piano clássico e por um conto de reis para a compra de um piano moderno, que nunca desembarcou na ilha, ao contrário do italiano que partira para a Europa, com o coração de Armênia. Esta, desde então, guardara asco pelo falso puritanismo moral e ético da elite maranhense. Talvez, em resposta a toda contradição que vivia, envolvera-se com Cláudio.

No entanto, um relacionamento amoroso impulsionado por uma certa rebeldia aos valores da época teria de enfrentar muitos entraves para poder vingar. Não tardou para que a hipocrisia da elite tacanha local passasse a impor a Cláudio interdições, inclusive no âmbito da vida. O jornalista ainda enfrentou muitas situações de confronto físico e de embates ideológicos, que os nobres pretendentes de Armênia vieram-lhe a intentar:

Era preciso, pois, travar luta tenaz consigo mesmo, mais árdua, mais cruel, mais heroica, talvez que a que ele vinha sustentando com sacrifício e valor contra o meio que o queria abater, destruindo-lhe a vontade de ter nome, e contra aqueles que investiam cegamente para o matar por causa de uma mulher que se lhe entregara voluntariamente. Era uma luta de leões a que se ia travar: era o sonho e a realidade que se iam bater; a revolta da alma que aspira a subir e a conveniência palpável dos fatos; a utopia da fama e a verdade esmagadora do ganha-pão.
(MORAES, 2000, p. 260)

Porém, quando viu que outras pessoas dependiam dele para sobreviver, percebeu que aquela relação não teria um bom futuro. Além de posteriormente saber do crime do coronel Magalhães, havia uma barreira racialmente construída que seria intransponível.

Como, por exemplo, a de sua mãe Andreza, cozinheira e lavadeira, que carregou durante a República o maior trauma do Império: ser estuprada pelo coronel e não ter a oportunidade de criar seu próprio filho. Ainda, não pôde viver o amor que tinha por Aranha, que, após esse evento, não conseguia pensar em outra coisa além da vingança ao coronel. Andreza repetia copiosamente, quando violentada: *“meu sinhô, me desgraçou”* (MORAES, 2000, p. 123).

Andreza é uma mulher negra que, já no final do Império, possui seus canais de sustentabilidade, seja lavando e passando roupas dos brancos, seja cozinhando e assim auferindo sempre algumas patacas. *“No entanto Andreza se entregara por último ao vício da embriaguez, dava escândalos amiúde. Cláudio, com paciência evangélica, acompanhava-a em todas as suas quedas, ajuntava-a na rua, levava-a pelo braço até a casa, aturando-a e ouvindo-*

lhe os insultos” (MORAES, 2000, p. 101). Nesse contexto, Andreza não resistiu ao trauma imposto pela classe senhorial e passou a ter no álcool seu companheiro, muitas vezes, infiel.

Nota-se que o compartilhamento do fardo dos traumas que assolaram as pessoas negras no fim do Império não se descolava de uma geração à outra e da estigmatização que estavam expostas às pessoas negras ao alcoolismo e as doenças mentais eram comuns. Aliás, as pseudo teorias raciais do fim do século vêm atribuir estas como doenças do negro. Recrudescendo à população negra o destino do abandono e do relento, por suas inadequações as normas sociais. A própria sociedade fazia coro às exclusões fundadas nos estigmas em construção desse período:

Não faltaram a Cláudio amigos que o aconselhassem a abandonar a mãe, que ela o desprestigiava, que era o seu atraso, sua vergonha. (MORAES, 2000, p. 102)
Ele repelia brandamente as insinuações e respondia e pensava de si para si:
-Felizmente, se amanhã eu abandonasse, esses mesmos que me aconselham tamanha indignidade, seriam os primeiros que me censurariam. (MORAES, 2000, p. 103)

Além disso, percebe-se uma outra face do alcoolismo, que seria o caso de Zé Catraia, o qual, de taberna em taberna, fingia-se de bêbado para ouvir e levar as conversas de canto a canto da cidade. Nessa toada, Catraia se coloca como um importante informante de segredos da alta sociedade, um guardador da memória do pós-abolição no seio do centro histórico, interpretando os fatos pela sabedoria popular, da vida prática do Maranhão que não deu certo:

- Pois bem, eu sou o Zé Catraia. Sabe disso? Ora, quem dá importância ao Zé Catraia? Ninguém! Um bêbado que anda escornado pelas esquinas... um pobre diabo, imbecil... cretino, como dizem os senhores que conhecem os termos da língua. Mas ah! É puro engano!... Eu tenho uma cabeça... Sabe o que me falta? É cultura!...Mas...como eu lhe ia dizendo... Ninguém dá importância ao Zé Catraia, mas o Zé Catraia sabe de tudo. (MORAES, 2000, p. 146).

Zé Catraia revela a Cláudio como o Machado ficou rico, depois do treze de maio, contando-lhe que não foi pelo trabalho, já que, nos idos dos anos, este, antes de vender dinheiro a juros, tinha uma pacata quitanda, e teria enriquecido vultuosamente de um dia para o outro, após se apropriar de um dinheiro encarcerado em latas de manteiga. As latas teriam sido adquiridas com o outro comerciante, Teixeira, que, sem querer, teria as vendido ao Machado como se fossem apenas latas de manteiga. Todavia, naquelas latas carregadas pelo português, teriam 80 contos de reis, o que levaria a crer que sua origem remeteria a alguma atividade ilícita, como o tráfico ou contrabando de mercadorias ilícitas.

O jornalista, parado no meio do beco, ouvia atenciosamente as despedidas do Zé Catraia e, indo no rumo de sua casa, pensava no espírito do Zé como um homem do povo, conhecedor

das misérias de sua terra e das dissimulações dos capitais dos ricos. Para Cláudio, a preciosidade do Catraia estava, em ao mesmo tempo, que era desprezado, sem amigos e obscuro, não se render ao pilantra engravatado, tampouco invejar ou curvar-se para a potestade do ouro de colarinho branco. Essa idiossincrasia dava ao personagem ex-escravizado o poder necromante de fotografar na ironia a eterna comédia da vida:

Zé Catraia não: naquela água em que vivia mergulhado, sem princípio nem fim, não invejava a boa fortuna dos graúdos, nem lhes beijava os calcanhares. Ali, onde o viam, era dos poucos que sabiam e podiam desprezar os miseráveis, rir do despudor hipócrita, fotografar a eterna comédia da vida...” (MORAES, 2000, p. 154)

Os velhos amigos de Olivier diziam que o jovem poeta negro tinha um largo futuro aberto dentro de si. Cláudio até se recolhia em felicidades, no entanto, já tinha percebido que a arte, embora imite a vida, destoa dela; seus dias correntes estavam cada vez mais difíceis naquelas plagas. Lembrava de uma das crônicas de seu pai, segundo a qual *“três defeitos há nessa terra, que dão origem a todos os seus males: 1º preto querer ser branco - 2º burro querer ser sábio – 3º pobre querer ser rico”* (MORAES, 2000, p. 188).

Em reflexões sobre o que a sociedade maranhense estava se tornando anos após o treze de maio, o velho Bento dá continuidade a um panfleto escrito por Olivier, cujo tema era *“Síntese Social e Política”*. Nesse panfleto de autoria de gerações de literatos maranhenses, o negro já falecido, o branco já idoso, reflete-se diretamente sobre as condições de vida dos diferentes cidadãos maranhenses. O plano da distopia, que sempre esteve presente como um fantasma na obra, acomodando-se com os lampejos de esperança, toma conta na forma de indignação do velho professor do Liceu.

Oliver, em espírito, e o velho Bento questionam o racismo republicano, *“Porque o estúpido preconceito não ofende e amesquinha somente os filhos do povo; enlaça também nos seus braços de ferro os nobres que o alimentam”* (MORAES, 2000, p. 209), a terra perdida está guiada por homens de poucas luzes. A terra iluminada se toma em trevas, e a escuridão toma conta dos operários, dos caxeiros, dos funcionários públicos estaduais, tímidos e servis, das diversas classes sociais que viviam na ausência de direitos civis e políticos. Ademais, o desconhecimento desses, por vezes, colocavam-os imersos em uma letargia no mundo da vida:

Se queres, leitor amigo, quadro pior, indaga do que se passa no litoral e no interior. Há vilas que há anos não possuem um professor! Contam-se os felizardos que sabem ler e escrever em certas localidades. Depois do 13 de Maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem. Mas os concursos sendo abolidos, os lentes deixaram de ingressar nos estabelecimentos de instruções pelas portas abertas,

como dantes: passaram a saltar janelas, pela interinidade. O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo.” (MORAES, 2000, p. 210).

A Cerimônia final, no antigo teatro São Luís, hoje chamado de Arthur Azevedo, revive o 15 de novembro de 1889 com um arrocho policial no falastrão Zé Catraia e a passagem súbita de Cláudio, que chegara do Amazonas, de passagem para o sul, de veste e adereços que remontam um relativo sucesso material. Observando nos arredores a cerimônia em comemoração da República, vem em pensamento o velho Olivier:

O partidarismo que começou a reinar desde 15 de novembro de 1889, espedaçou-lhe o seio, corrompeu o caráter de seus filhos, converteu-os em escravos e bajuladores! Onde iremos parar? Para onde vamos nós? Ainda veem nos filhos dos que foram seus escravos, uma propriedade sua! Os filhos dos fazendeiros seguem o exemplo e não veem com olhos de amigos esses rapazes mestiços que destemidos e fortes, à custa de sacrifícios, estudam e aproveitam.” (MORAES, 2000, p. 212).

Assim, refletindo no trauma geracional passado entre filhos de fazendeiros e filhos de ex-escravos, que se capilarizou na memória coletiva da sociedade, Nascimento consolida a grande interdição, a ferida aberta e exposta no seio da sociedade do pós-abolição: a escravidão precisava estar mais viva do que nunca. *“Desconfia, leitor resignado e inexperiente da vida, desconfia do seu patricio insipiente, que não sufoca na garganta, que não tapa na boca a palavra – negro!”* (MORAES, 2000, p. 215).

Professor Nascimento dizia que esta batalha era um grão de areia, ante a montanha que tinha de ser escalada, e todos nós já sabemos disso. Apenas nos resta continuar juntando os grãos e fortalecendo os braços para o topo da montanha. O Pós-Abolição como catástrofe, que impede a representação da cidadania do negro, pelo rearrajamento das interdições e extermínio em torno do significante do nome negro, é intergeracional e inscrito nas instituições do Estado, seja qual for o paradigma. Os direitos fundamentais das pessoas negras são de segunda ordem, ou, como diz Gato, ocorre *“Uma liberdade sem emancipação”* (2019, p. 59).

CONCLUSÃO

Assopro a poeira que encosta o romance de Nascimento Moraes, colo algumas páginas que ficaram soltas durante as idas e vindas entre bibliotecas, ilha e cerrado, e penso que terminei a minha história; ou melhor, abri um novo caminho possível. Revisar o passado com uma nova lente ou tentar iluminar outros focos é uma viagem dentro de si mesmo e dos personagens que te povoam e que invariavelmente irão dar o tônus e a tônica da tua hermenêutica. Por isso, a nossa será a da suspeição e da memória como instrumento poderoso de transformação por sua plasticidade e por sua seletividade.

O romance como gênero, capaz de inscrever uma classe e de criticar teses perenes, como a inevitabilidade do passado e o sistema durável eurocêntrico, faz-se ferramenta preciosa na missão de reconstrução das coletividades inviabilizadas pelos registros oficiais, esquecidas pelos calendários anuais. Nesse contexto, o romance de autoria negra reposiciona e reescreve os lugares dos fatos que constituem a memória da população negra.

O pós-abolição, evento escolhido para tentarmos interpretar as suas representações, recebe um efeito de longo impacto, compondo marcadamente um estrato temporal, que, como ondas, ainda nos causam ressonâncias e ecos. Se já era difícil humanizar personagens escravizados e negros na literatura, a enunciação desse locus no final do século XIX, por um autor negro, recebe fatalmente o caráter disruptivo e uma atenção na investigação dessas construções ficcionais.

Não há dúvida de que o romance de Nascimento pode ser visto não apenas como um testemunho histórico, mas também como uma literatura que antecipa hermenêuticas e teorias posteriormente criadas para explicar a sociedade maranhense. A obra “*Vencidos e Degenerados*”, portanto, abre um campo inacabado de possibilidades interpretativas sobre o pós-abolição no Brasil, a partir do Maranhão.

Dialogando com a mais recente historiografia literária maranhense, observamos que o Maranhão participou de um movimento centrípeto e centrífugo na construção da identidade nacional. Ao mesmo tempo que os intelectuais semióforos maranhenses consolidavam a ética e estética preditiva na construção da história oficial e da literatura nacional, erguia-se no Maranhão o mito da Atenas brasileira.

O epíteto da Atenas brasileira cumpria os ideários civilizacionais da branquitude e tentava abafar a revolta popular da Balaiada, e o medo e o terror de uma possível haitinização do Maranhão foi possível no período regencial. Não obstante, essa “*Frente ampla democrática*”, como afirma Rohrig (2010, p. 202), veio pavimentar os sentidos de lutas por

liberdades e pela autonomia de decidir seu próprio destino, gestando o seu próprio tempo e relacionando-se de outro modo com a terra, na formação das terras de preto.

O estrato temporal do pós-abolição maranhense estava sedimentado nessas lutas pretéritas, mas que compunham esse período de transição e construíram os significados de cidadania plena e dos direitos fundamentais. Sem a descoberta da face ocultada da modernidade, não há efetividade em conceitos tão caros ao paradigma do Estado Democrático de Direito.

Não por acaso, a República não deu conta das suas promessas de inclusão e de igualdade no plano da cidadania. A imersão na matriz colonial de poder recria e atualiza elementos, que sustentam engrenagens coloniais. A política de cores, a gramática dos adjetivos, a construção dos estereótipos de inimigo da sociedade, trazem o escravizado, o negro, à margem da civilização eurocentricamente republicana.

A abolição ainda está em curso e a República, ainda que degenerada, caberá aos vencidos. Nascimento toma o bico de pena e escreve com os vencidos. A esfericidade dos seus personagens dos principais aos secundários evocam narrativas subalternizadas, mas que possuem força de arrancar vida da morte; de subir quantas vezes for preciso a pedra de Sisifo, o martírio do racismo compartilhado pelas pessoas negras na modernidade.

Ao longo dessa experiência no próprio tempo, em que a crononormatividade é perdida, persegui a investigação das pegadas deixadas por Olivier, continuadas por Cláudio, que se misturam com as de Nascimento, cuja escrita poderia ser a do meu pai, mas, também, a minha. Uma teia de vivências repetidas e permanentes, compartilhadas coletivamente entre pessoas negras que ousam a liberdade e reescrever as visões do mundo, a partir de outras consciências; a quebra do espelho de narciso e a evocação dos espelhos de Oxum e Iemanjá.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. *Antologia da Academia Maranhense de Letras (1908-1958)*. São Luís: AML, 1958.
- APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. *Perfil e Habilidades do Jurista: razão e sensibilidade*. *Notícia do Direito Brasileiro*, Brasília, v. 5, p. 117-131, 1999.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A memória do tempo de cativo no Maranhão*. Dossiê: Patrimônio e memória da escravidão atlântica - História e Política. Rio de Janeiro, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: A teoria do Romance*. São Paulo: Hucitec editora, 2014.
- BERNARDINO COSTA Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e Relações Raciais: Uma Introdução Crítica ao Racismo*. Florianópolis, 1989. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/bertulio-dora-lucia-direito-e-relacoes-raziais-uma-introducao-critica.html>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, 2019.
- BOSI, Alfredo. *Narrativa e Resistência*. Itinerários, Araraquara, nº 10, 1996.
- BUCK MORSS, Susan. *Hegel, o Haiti e a História Universal*. Pensilvânia: University of Pittsburg Press, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- CARREIRA, Ribeiro Aparecida Rosângela. *A Paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em Vencidos e Degenerados*. Tese de doutoramento em língua portuguesa, São Paulo 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. CAMPOS, Adriana Pereira (org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 355-376
- CARVALHO NETTO, M. *Requisitos pragmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do Estado Democrático de Direito*. *Revista Brasileira de Direito Comparado*. Belo Horizonte, v. 3, p. 473-486, 1999
- CARVALHO NETTO, M; RODRIGUES, Guilherme Scotti. *Os direitos fundamentais e a (in)certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras*. Belo Horizonte: Editora 13
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

CHARTIER, Roger. Debate: *Literatura e História*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Rossini. *Atenas Brasileira: A cultura maranhense na civilização nacional*. Brasília: Thesaurus, 2001.

DA SILVA, Agostinho Régia. *Escravidão e Resistência no Maranhão: Anúncios e fugas escravas no século XIX*. Ver. Hist. UEG- Anápolis v3 n2 p. 31-50 jul-2014.

DUARTE, Eduardo de A. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (v.1 e v.4)

DUARTE, Evandro C. Piza. *Do medo da diferença à igualdade como liberdade: as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de seus beneficiários*. Tese de doutorado no curso de pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2011.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; NETTO, Menelick. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. *Universitas Jus*, v. 26, n. 2, p. 26-39, 2015;

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme. História e memória nacional no discurso jurídico: ADPF 186. *Unijus*, Brasília, v.24, n.3, 2013;

DUSSEL, Enrique. 1942: *o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferência de Frankfurt*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DWORKIN, Ronald. *Capítulo VII: Integridade no Direito*. In: DWORKIN, Ronald. *O Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 271-331.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séc. XVIII e XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. *Fluxos, ima(r)gens e conexões de uma história atlântica*. In: “Revista de História Comparada”, Rio de Janeiro, 7, 1, 7-8, 2013, p. 08.

FARIA, Regina Helena. *Demografia, escravidão africana e agroexportação no Maranhão oitocentista*, Ciências Humanas em Revista, n. 2 (2004), p. 92.

FERREIRA, Justo Jansen. Do parto e suas consequências na espécie negra, Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1887, pp. 35-36.

GARGARELLA, Roberto. Interpretando a Dworkin. Artigo apresentado en el Seminario de profesores del ITAM, México DF, enero de 2015, p. 10-11.

GATO, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). Pesquisa financiada pela Fapesp. São Paulo, 2019.

_____. *RAÇA E CIDADANIA NO PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE* (1888-1889) Afro-Ásia, núm. 59, 2019, Janeiro-Junho, p. 235-274. Universidade Federal da Bahia.

_____. *Ninguém quer ser um treze de Maio: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903–1907)*. Novos Estudos, CEBRAP 110, jan.–abr. 2018 pp. 117-140, São Paulo.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora 34 e Universidade Candido Mendes, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mitos, emblemas e sianis: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Jaime. *Autoritarismo e Literatura: A História como trauma*. Janeiro/Junho, 2000.

GÓES, Luciano. PIRES, Thula. 130 anos de Lei Áurea e 30 anos de Constituição de 1988: Constitucionalismo e decolonialidade em perspectiva diaspórica. Belo Horizonte, editora D'Plácido, 2018.

GOMES, Rodrigo Portela. Quilombos, Constitucionalismo e Racismo: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí. Brasília, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. In: “Revista Ciências Sociais Hoje”, Anpocs, 1984, p. 223- 244.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte Autêntica editora, 2015. p. 39.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and Atlantic Slave Trade, 1600-1830*, Nova York: Cambridge University Press, 2010, pp. 118-119.

HESPANHA, António Manuel. *Questões de etiqueta jurídica: se, como e por que a história constitucional é uma história jurídica*.

HOMERO. Odisseia. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. *Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885)*. In: GALVES,

Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs.). *O Maranhão oitocentista*. 2. ed. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 241-167.

KOSELLECK, Reinhart. História, direito e justiça, in *Estratos do tempo – estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2014, p. 313-332.

LACAN, Jacques. *O Seminário livro 4: Relação de objeto*, São Paulo, 1995, p.160.

LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). *Os atenienses e a invenção do cânone nacional*. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.

LEAL, Antônio Henriques. *Patheon Maranhense. Ensaio bibliográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*. São Luís, 1873; Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. Tomo II.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão: A Colônia*. 2 ed. Revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2006.

_____. *História do Maranhão: A Monarquia*. 2 ed. Revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

_____. *História do Maranhão: A República*. 2 ed. Revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LOBO, Antônio. *Os Novos atenienses*. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. 34. ed. São Paulo: Duas cidades, 2000

MACHADO, Nauro. *Esferas Lineares: 4 Estudos Maranhenses*. São Luís: SECMA, 1996.

_____. *A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes*. [Prefácio] In *Neurose do Medo e 100 artigos*. São Luís: Ed. Civilização Brasileira e Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.

MARTINS, Agemi, Roesler, Cláudia, Paixão, Cristiano. *Os tempos do direito: diacronias, crise, historicidade*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020. p. 56.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia. *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: 541 Departamento de Letras Românicas; Faculdade de Letras da UFMG; Programa de PósGraduação em Letras – Estudos Literários, pp. 69-92, 2002.

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 243.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELO NETO, João Cabral. *O cão sem plumas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Vencidos e degenerados: um documento sociológico*. In: MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MIGNOLO, Walter D. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e Degenerados*. 4 ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

_____. *Puxos e Repuxos*. São Luís: Typ. Dos Artistas, 1910.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PAIXÃO, Cristiano. *Os Tempos do Direito: Diacronias, Crise, Historicidade*. 2020, p. 25.

PEREIRA, Paloma Veras. *As relações de poder em uma cidade em ruínas: o lugar dos excluídos no romance Vencidos e Degenerados*. Dissertação de mestrado defendida na UFMA, 2018.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*. Vitória, v. 20, n. 3, p. 199-224, set./dez. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2017.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1995, p. 165.

RANCIÈRE, Jacques. *As margens da ficção*. Tradução de Fernando Scheibe. São Paulo, 2021.
REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa (tomo I)*. Tradução de Constança Marcondes Cesar, São Paulo: Papirus, 1994.

SABINO, Fernando. II – O Escolhido. In: *O Encontro Marcado*. Editora Record. 79ª edição. 2005.

SCHWARCZ, Moritz Lilia. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das letras 2005.

SOARES, Lissandra Vieira e MACHADO, Paula Sandrine. "*Escrevivências*" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2017, vol.17, n.39, pp. 203-219. ISSN 1519-549X.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VON MARTIUS, Carlos Frederico. *Como se deve escrever a história do Brasil*. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 401-402, jan. 1845. São Luís.